



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**V Legislatura**

**Número: 5**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira, 19 de Novembro de 1992**

**Presidente:** *Deputado Madruga da Costa*

**Secretários:** *Deputados Manuel Brasil (substituído pelo Deputado José Ramos Aguiar) e Hélio Pombo*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos iniciaram-se às 10.15 horas.*

De acordo com o n.º 4 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional, prosseguiu-se o Período da Ordem do Dia (continuação da Sessão anterior), cujo único ponto consistia na apresentação do Programa do V Governo Regional. Assim, participaram no debate os seguintes Srs. Deputados: Homem de Gouveia (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rogério Serpa (*PS*), José Bruges (*CDS*), Rosa Machado (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), João Cunha (*PSD*), Carlos Mendonça (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Fernando Lopes (*PS*), Artur Martins (*PSD*), Ricardo Barros (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Fátima Oliveira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*), Gaspar da Rosa (*PSD*), Ana Carolina Silva (*PSD*), Lisete Silveira (*PS*), Silva Melo (*PS*), José Ramos Aguiar (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*), José Fernando Gomes (*PSD*), Mário Machado (*PS*), José Manuel Lima (*PSD*), Manuel

António Martins (PS), António Silveira (PSD), Manuel Brasil (PSD), Francisco Sousa (PS), e ainda os Srs. Subsecretários da Cooperação Externa, *Lalanda Gonçalves* e da Comunicação Social, *Joaquim Machado*, bem como os Srs. Secretários do Turismo E Ambiente, *Eugénio Leal*; das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*; da Habitação e Obras Públicas, *Natalino Viveiros*; da Saúde e Segurança Social, *António Menezes*; da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima* e da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca* que, ora proferiram intervenções, ora prestaram esclarecimentos aos diversos Srs. Deputados.

*Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeçia que tomassem os vossos lugares pois vai proceder-se à chamada.

*(Eram 10.15 horas)*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Homem de Gouveia, Jorge Valadão dos Santos, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Manuel Lima, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Manuela Soares, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Silva Melo António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco de Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Luís Brito de Azevedo, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; CDS - José Bruges; PCP - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 51 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos continuar a nossa ordem de trabalhos, com a apreciação do Programa do V Governo.

Ontem tínhamos ficado na intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Não havendo nenhum pedido de esclarecimento ou pergunta sobre a mesma, vamos prosseguir com as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia para uma intervenção.

**Deputado Homem de Gouveia (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Ao iniciar a minha intervenção nesta Assembleia, sede da Autonomia Açoriana, não posso deixar de exprimir a minha emoção pela honra que me é concedida e ainda pela possibilidade de poder defender os interesses deste extraordinário povo que me recebeu há 35 anos de forma que jamais esquecerei, defesa que farei com humildade mas com o vigor e convicção a que me habituei no desempenho das minhas funções profissionais.

Ao ler o Programa do V Governo, trabalho que desde já classifico de relevante por crer que muito irá contribuir para a melhoria das condições de vida na Região, melhoria que todos desejamos, verifico igualmente com satisfação que ele vem ao encontro de uma série de problemas que nos preocupam no momento actual.

No seu período introdutório, pode ler-se, e passo a citar:

"Assistiu-se, nas últimas décadas, a um conjunto de mudanças onde sobressaem o aumento de esperança de vida e a alteração da pirâmide etária, o que torna necessário a adopção de novos tipos de intervenção".

Considerando que se trata de uma afirmação da maior actualidade não posso deixar de a enquadrar num acontecimento de todos conhecido - o decréscimo da nossa mortalidade infantil assim como das consequências que dela advém.

Nestas, é de realçar o apagamento da imagem negativa que a mesma transmitia à nossa Região.

Felizmente que esta taxa baixou para cifras aceitáveis dentro do contexto nacional mercê da melhoria do nosso nível de vida e da oferta de cuidados de saúde, postos à disposição da população açoriana e nos quais é lícito e justo realçar o papel que os Centros de Saúde desempenharam e continuam a desempenhar nesta luta em prol da saúde e do bem estar da criança.

Aproveito, igualmente, esta oportunidade para publicamente prestar as minhas mais sentidas homenagens a quantos contribuíram com a sua competência profissional, mas acima de tudo com um verdadeiro espírito de abnegação que contribuíram de forma insofismável para os resultados alcançados.

No entanto, novo problema surge no nosso horizonte e que urge enfrentar com igual empenhamento.

Trata-se da nossa mortalidade perinatal que infelizmente mantém valores elevados.

Para os que entre V. Exas. não estejam relacionados com esta terminologia, esclareço que a Mortalidade Perinatal respeita a fase final da gravidez e primeira semana de vida.

Como devem calcular, os meios utilizados para combater a M. Infantil (que respeita à morte da criança desde o nascimento até ao fim do primeiro ano de vida) pouca ou nenhuma influência tem sobre aquela taxa.

Assim, para o seu combate há que incidir os nossos esforços em 3 direcções, a saber:

- vigilância da gravidez
- assistência ao parto
- assistência ao R.N. normal e patológico.

Para cada um dos quais estão bem definidas as medidas a implementar.

No que respeita à "vigilância da gravidez" esta é da inteira responsabilidade dos cuidados de Saúde Primários, isto é, dos Centros de Saúde que felizmente existem em número que praticamente satisfazem as necessidades da população açoriana.

A "assistência ao parto" exige a existência de estruturas hospitalares dotadas de alta tecnologia, mas principalmente de pessoal altamente diferenciado. Segundo os modernos conceitos definidos pela O.M.S., para que o parto decorra com um mínimo de segurança para a parturiente e para o feto, segurança a que hoje em dia qualquer cidadão tem indiscutível direito, torna-se necessária a presença física, repito, a presença física permanente 24/24h do dia de um obstetra, um pediatra, um anestesiológico e de uma enfermeira com especialização obstétrica.

Assim definido o que hoje em dia se entende por "maternidade" e considerando os condicionalismos geográficos da Região, o facto acarreta consequências de índole vária nas quais há a destacar a transferência atempada das grávidas residentes nas ilhas que não têm hospitais para as que os possuem caso de S. Miguel, Terceira e Faial.

Reconheço, e disso tenho plena consciência, do sacrifício que é pedido à grávida.

No entanto, estes princípios não são fruto de meros caprichos pessoais, mas consequências de orientações da O.M.S. à sombra dos quais se tem verificado no continente português o encerramento pelo Ministério da Saúde de vários estabelecimentos antes classificados como "maternidades" por não respeitarem os princípios atrás citados.

Não esqueço que vivemos numa região insular, em que o mar que nos rodeia constitui um obstáculo difícil de ultrapassar em situações de emergência. Mas se qualquer cidadão em pleno uso das suas faculdades mentais aceita ser transferido quando lhe é feito o diagnóstico de doença que requer para o seu tratamento de uma intervenção cirúrgica ou de cuidados altamente diferenciados, não vejo por que razão o não deve fazer para salvaguardar a saúde, mas, principalmente o futuro de uma criança. Só quem nunca teve necessidade de tratar ou conviver com um deficiente vítima de traumatismo de parto que evoluiu sem uma assistência adequada, é que poderá ficar indiferente ou não aceitar estes princípios que ao fim e ao cabo foram estabelecidos para

garantirem ao RN a sua segurança a observar à sombra do código que rege os direitos da criança.

Finalmente, uma palavra em relação aos cuidados a dispensar ao R.N após o parto.

Enquanto aquele que nasceu bem não requer cuidados especiais, já o mesmo não se pode dizer daquele que "patologia" que hoje exige uma assistência altamente diferenciada em que se inclui aparelhagem sofisticada, e como é obvio, terá de estar adstrita aos serviços de Pediatra dos 3 hospitais da Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sras. Deputadas e Srs Deputados:

Embora os vários aspectos abordados nesta minha intervenção se encontrem definidos há já dois anos no Plano da Saúde para a R.A.A da responsabilidade de S.R.S.S.S. estando em plena evolução, no entanto, e dada a complexidade de meios envolvidos no processo, temos encontrado algumas dificuldades no seu percurso, pelo que entendi que se justificava trazê-los a esta Assembleia tanto mais que temos presentes os responsáveis pelo V Governo que agora inicia as suas funções.

Assim, é com satisfação que no seu Programa podemos ler e passo a citar: "desenvolver o processo de planeamento e gestão de recursos humanos, reforçando mecanismos de fixação dos profissionais de saúde em toda a Região".

Folgo ao ler que esta preocupação está na mente dos seus responsáveis, dado que uma das dificuldades encontradas tem sido a carência de profissionais - nomeadamente Clínicos Gerais/ Médicos de Família e de algumas especialidades nas áreas citadas na assistência ao parto.

Todos sabemos que esta fixação depende essencialmente de critérios determinados a nível nacional - caso das Carreiras Médicas - mas não obsta que se procure ultrapassá-los com a adopção de medidas a instituir, à luz dos poderes que a Constituição confere à Região.

Finalmente, e porque o tempo que disponho não permite que escalpelize como pretendia este apaixonante tema, passo a fazer uma rápida referência a um ponto que pela sua importância o justifica plenamente.

Refiro-me à criação de um sistema rápido e eficaz para a evacuação de doentes, nele se incluindo obviamente o Recém-nascido, sistema que permita o transporte em boas condições técnicas dos utentes que necessitam ser transferidos para centros de tratamento melhor apetrechados.

Com esta chamada de atenção não pretendo diminuir ou minimamente denegrir o muito que devemos à Força Aérea, Transportadora Regional e mais recentemente à "Oceanair". No entanto, a Região chegou a um grau de desenvolvimento que impõe a existência de um meio de transporte aéreo apropriado onde o doente recebe uma assistência adequada durante o percurso, o que só é possível com a aquisição ou montagem de avião próprio para esse fim, tal como já acontece em regiões com características geográficas idênticas às nossas, caso da R.A. das Canárias.

Tenho dito.

*(Aplausos da bancada do PSD, do Governo e dos Deputados socialistas, Manuel Serpa e Carlos Mendonça)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra para?

**Deputado Manuel Serpa (PS):** É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção proferida há pouco e queria deixar bem gravada nesta Sala a minha admiração pelas palavras que ouvi neste Parlamento.

De há anos a esta parte, tem sido para mim, que vivo numa ilha chamada Pico e que tem problemas com a saúde, um dos grandes "cavalos de batalha", no sentido de dignificar os doentes, sobretudo acerca do transporte em relação a

esta ilha vizinha, e também na maneira como eles devem ser tratados, quando se deslocam por motivos imperiosos.

Portanto, é com muita satisfação - digo à vontade - que realço as palavras que foram aqui proferidas, por uma pessoa competente, reconhecidamente a nível dos Açores, e pode ser que seja, de facto, uma "lufada de ar puro", para se mudarem certas atitudes que ainda não foram mudadas.

Eu posso concretizar:

Falou-se ontem, aqui, no envelhecimento de algumas das nossas ilhas, quando no Mundo se paga, se estimula os nascimentos, em algumas das nossas ilhas "castiga-se" o nascimento.

Uma pessoa que se desloque duma ilha qualquer aqui para o Faial, tem que ser nas melhores condições - estou plenamente de acordo - deve nascer-se nas melhores condições, deve-se respeitar quem sabe da técnica, da ciência etc.. Mas não nos esqueçamos que por vezes, uma pessoa desloca-se e fica durante um mês na Horta e recebe 1500 escudos por dia, para dormir e comer.

Este é que é o drama e este é que é o problema!

Se a grávida for acompanhada do seu marido, como tem todo o direito, além de receber só isto e gastar muito mais, perde o dinheiro que não ganhou durante o mês.

Quer dizer, custa nascer 200 ou 300 contos!

Famílias pobres, que não têm possibilidades, nem capacidade, não se podem sujeitar a isto. E nós temos responsabilidades e ainda bem que a sua voz autorizada foi aqui ouvida. Todos nós temos responsabilidades, embora eu saiba que o Governo Regional não é que estipulou a taxa de 1.500 escudos.

Mas eu vejo, porque moro ali numa casa perto dessa, grávidas que dormem e ficam num andar superior, com escadas inclinadíssimas, sem as mínimas condições, para só pagarem... 600 escudos para dormir, porque o resto... é para comer!

Mais. Eu concordo, plenamente, que deve haver uma rede de transportes para os doentes, porque se este Governo Regional estimulou esta política de saúde e a implementou, podia ter estimulado e implementado outra. Se implementou esta



política de saúde, tem de agora assumir as responsabilidades e as consequências da mesma. Isso é muito importante. Podia ter sido por ilha e não foi.

Portanto, se o Sr. Dr. - desculpe tratá-lo assim - soubesse o que se tem passado neste canal... com lanchas e doentes, dava para fazer um romance.

Está melhor, não há dúvida nenhuma, mas ainda não se resolveu todo o problema. Sem um transporte aéreo **condigno, rápido e oportuno**, nós não conseguimos dar dignidade aos doentes da nossas ilhas.

Afinal não lhe pedi nenhum esclarecimento. Porém, gostava de saber se o Sr. Deputado concorda ou não com esta posição - eu sei que naturalmente concordará - mas eu gostaria de o ouvir.

Eu não estou a fazer uma crítica frontal ao Governo. Estou, sim, a pôr este problema e já há anos que ele é posto. E ainda bem que há uma voz dessa bancada que vem aqui reafirmar aquilo que nós temos dito.

Muito obrigado por isso.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia para prestar um esclarecimento.

**Deputado Homem de Gouveia (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Serpa:

Em primeiro lugar queria agradecer as suas palavras. Gostaria de dizer-lhe, como médico, que é um problema de ética e deontologia recomendar ou indicar aquilo que nós achamos que é mais seguro para o ser humano. Daí que eu tenha dito, na minha intervenção, que estava bem consciente do sacrifício que faz (ou que se pede) uma grávida, mas hoje em dia a nova tecnologia exige que assim se faça.

Só quem não trabalha em hospitais, é que não vê a complexidade que hoje é, que é uma coisa ainda do meu tempo - eu já estou velho, já aqui disseram nesta Assembleia que sou o mais velho e já vi muito - e que é o que nós antigamente chamávamos "maternidade". Hoje isso é uma coisa que ninguém

aceita - a palavra "maternidade" - sem exigências tecnológicas e, principalmente, de meios humanos.

Daí que , dada a nossa dimensão e as nossas características geográficas, não tenhamos neste momento em que está o ponto da ciência, outra alternativa senão esta que está recomendada.

Hoje, as maternidades têm que estar nos hospitais, pois não há possibilidades técnicas nem humanas, para dotarmos as restantes ilhas desta estrutura. É impossível.

Quanto à questão do transporte, eu penso que o Sr. Deputado talvez tenha referido aqui algum caso especial e pontual. No entanto, nós temos que dividir a gravidez em dois grandes pontos, ou seja, a gravidez normal que em princípio quase não necessita de qualquer deslocação, tirando um caso ou outro que suscite uma necessidade de uma ecografia (desculpem estar aqui a entrar em termos técnicos mas é para dar uma resposta completa ao Sr. Deputado). Há apenas o problema do parto. E hoje em dia, se uma gravidez for bem seguida, tecnicamente, a deslocação da grávida pode fazer-se praticamente só na altura do parto. Não há necessidade de ela permanecer fora da sua casa, por longo tempo, como acabou de referir.

Normalmente, isso são casos de gravidez patológica, ou ao que se chama mais comumente de gravidez de risco. Mas claro que são essas tais excepções que nós não podemos prever.

Quanto à questão do transporte, eu também estou de acordo e, aliás, fui o primeiro a preconizar que esse é dos pontos que tem que ser revisto. Porém, estas coisas não se podem resolver de um dia para o outro. Eu sei que está no pensamento da própria Secretaria Regional da Saúde, em fazê-lo e no de todos nós. Inclusivamente, qualquer um de nós que está aqui presente, pode ter a necessidade de ser transportado.

Portanto, caminhamos com o desenvolvimento, mas esta é uma proposta que eu trouxe e que sei que está no pensamento da Secretaria Regional. E espero que a curto prazo, ela seja satisfeita.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs Membros do Governo

Ao debatermos um documento tão importante e que terá com certeza implicações no futuro desta Região, nos próximos quatro anos, é nosso dever trazer aqui algumas aporções ligadas ao círculo eleitoral que nos elegeu - a Ilha das Flores. E, vamos fazê-lo, procurando de forma positiva lembrar alguns aspectos que, em nosso entender, devem estar presentes tanto nesta Câmara, como no espírito daqueles que terão a responsabilidade da governação destas Ilhas.

No Programa do Governo que foi apresentado, são referidas as estruturas portuárias. Aliás ainda ontem o Sr. Secretário da tutela referiu-se a estes aspectos. É uma matéria que em relação às Flores mereceu muitas e diversas discussões que todos conhecemos, mas a realidade é que o porto acostável das Flores, sem dúvida uma das maiores obras que neste século beneficiará toda a população daquela Ilha, ainda se encontra em construção, faltando muito para que aquela infra-estrutura se conclua, havendo que terminar a obra a executar no mar, não esquecendo que são absolutamente indispensáveis diversas estruturas anexas ao próprio porto, assim como, uma via de acesso condigna com toda aquela estrutura.

Quando no Programa do Governo se refere a necessidade de **promoção da oferta de alojamento turístico** imediatamente somos levados a lembrar que a Residencial da "Siturflor" em Santa Cruz das Flores, foi iniciada há muito, com capitais quase exclusivamente públicos, mas que nos últimos tempos avançou com muita lentidão; consideramos urgente que aquela infraestrutura seja concluída, posta a funcionar e conseqüentemente contribua para o aumento da oferta de alojamento turístico, por um lado; mas, por outro, que também se possam começar a arrecadar alguns lucros provenientes da sua exploração.

Na Vila das Lajes, a única unidade de alojamento turístico lá existente - a Pousada - está fechada e a servir de apoio a funcionários deslocados em consequência da obra do Porto. Consideramos absolutamente indispensável que num futuro, o mais breve possível, aquela infraestrutura possa voltar a contribuir para o desenvolvimento do turismo nas Flores, dum modo muito especial nas Lajes.

Quando no Programa do Governo vemos referida **a inserção dos Açores no quadro dos portos de recreio europeu** é forçoso referir que uma das aspirações dos florentinos, hoje, é ver o início da construção de uma Marina, na medida em que a Ilha tem todas as condições para poder ocupar um lugar de destaque no que se refere ao iatismo, e essa construção é absolutamente necessária no sentido de contribuir para o desenvolvimento, com o aumento de tráfego que iria proporcionar e com o afluxo de pessoas que traria.

No Programa do Governo é referido o **conhecimento e avaliação de recursos naturais, designadamente águas termais, minero-medicinais**; seria oportuno que nas Flores se levasse a cabo o estudo necessário para se conhecer melhor as águas termais da Costa do Lajedo, muito utilizadas no século passado e no início do nosso século, dadas as suas propriedades minero-medicinais e que no presente, brotam da terra e encaminham-se para o Oceano totalmente esquecidas.

No seu Programa o Governo propõe-se **reforçar o movimento cooperativo apoiando financeiramente as cooperativas**, o que nas Flores tem evoluído com excessiva lentidão, na medida em que a Fábrica de Lacticínios da União de Cooperativas continua a ser construída, e seria muito urgente a sua conclusão e apetrechamento, no sentido de poder funcionar em condições de produzir com qualidade; embora defendendo que não devem existir interferências da parte do poder político instituído na gestão do sector cooperativo, há apoios técnicos que no caso das Flores são absolutamente necessários e devem ser prestados com a colaboração activa da Região, pois só assim a produção poderá utilizar uma tecnologia capaz e eficiente.

Quando no Programa do Governo é referido o **desenvolvimento da cooperação técnica com o exterior no domínio das indústrias lácteas, carnes e de pescado**, para além do que acabamos de referir sobre o facto de apenas se estar a construir a fábrica de lacticínios, também nos ocorre o facto de nas Flores não existir um matadouro com condições mínimas, infra-estrutura que consideramos absolutamente necessária para uma Ilha que vive fundamentalmente na dependência do sector pecuário.

Quanto às pescas, o essencial será a reparação dos actuais portos pesqueiros, os quais continuam a degradar-se, sem se fazer nada no sentido da sua reparação e manutenção. Ainda em relação a este sector é fundamental dotá-lo duma rede de frio nas devidas condições e com a capacidade que o aumento da implementação desta actividade exige, porque se a Ilha dispuser desta rede de frio, de portos capazes e de transportes eficientes, fundamentalmente aéreos, a resposta dos empresários, em termos de quantidade e qualidade, também existirá.

No Programa do Governo são referidos os **caminhos agrícolas**, os quais, em nosso entender são absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento da agricultura. Na Ilha das Flores há muito que é urgente serem construídos e também torna-se cada vez mais necessário que os existentes sejam mantidos em condições transitáveis.

Ao referir-se à rede viária, o programa do Governo aponta as seguintes medidas:

**construção de novas estradas, designadamente as que privilegiem as ligações entre os principais centros geradores de tráfego e entre as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e zonas industriais e melhoria e pavimentação dos troços degradados.**

Estas medidas necessitam urgentemente de ser implementadas nas Flores! Se compreendemos que as estradas de acesso ao porto, dado que ele ainda está em construção, continuam em mau estado, o mesmo não compreendemos em relação às vias de acesso ao aeroporto e à zona industrial de Santa Cruz, algumas das quais encontram-se em péssimo estado. É urgente atender aos

casos nestas condições, como consideramos absolutamente necessário e urgente que se conclua, nas devidas condições a Estrada da Volta da Ilha!

Quanto ao ambiente, numa Ilha como as Flores, é difícil compreender a razão de persistirem tantas e tão diversas anomalias; são os lixos nas lixeiras a céu aberto e na orla marítima, é a Lagoa da Lomba a ser invadida por plantas aquáticas, é a Rocha dos Bordões infestada por vegetação que necessita de ser controlada! Se o Governo se propõe combater a **eutrofização das lagoas** é importante que também o faça na Lagoa da Lomba, nas Flores. Se o Governo se propõe fazer a **prevenção e controlo das diversas formas e riscos naturais** que também o faça na Rocha dos Bordões, nas Flores, porque está a salvaguardar o património natural desta Região.

Quanto aos lixos, continuamos a não aceitar que apenas se opte pelos aterros sanitários; será que já se fizeram os estudos necessários no sentido do tratamento dos lixos? Continuamos a defender que na nossa Ilha poder-se-ia e dever-se-ia optar também pelo tratamento de lixos, que assim deixariam de poluir e até poderiam ser utilizados em sentido útil.

Quanto ao ensino o Governo propõe a **melhoria da qualidade do ensino, igualdade de oportunidade de acesso, melhorar a rede de edifícios**, etc., o que em nosso entender, nas Flores tem obrigatoriamente de passar pela construção duma Escola Preparatória nas Lajes, pela implementação dos 10.º, e 11.º e 12.º anos, pela implementação do ensino especial inexistente na Ilha, pelo apoio às crianças com dificuldades de aprendizagem, por políticas que levem à fixação de professores, etc.. Mas, numa ilha onde nem existem para venda os manuais para o ensino obrigatório, não podemos acreditar na igualdade de oportunidades propostas.

Quanto ao património cultural e arquitectónico o programa do Governo aponta para a sua defesa. É esta mais uma área em que as Flores necessita urgentemente de ser atendida, na medida em que por exemplo, a fábrica da baleia, se degrada assustadoramente e em que algumas Igrejas necessitam com urgência apoios no sentido da sua preservação.

No que diz respeito à comunicação social e para apenas referirmo-nos à Televisão, mais uma vez queremos lembrar que uma parte da Ilha continua a necessitar de micro-cobertura.

Quanto à saúde, o Programa do Governo refere a **igualdade de acesso aos cuidados de saúde**; para que uma medida destas possa ser aplicada, torna-se necessário que a Ilha seja visitada por médicos especialistas cujos doentes têm grandes dificuldades em se poderem deslocar, estando em alguns casos, mesmo impossibilitados. Por outro lado, há que melhorar o apoio que é concedido àqueles que são obrigados a sair da Ilha, e que esses apoios sejam postos à sua disposição antes ou durante a deslocação.

Quanto à habitação, ainda há famílias tão desprovidas de recursos que não têm possibilidade de se socorrerem dos actuais programas habitacionais. Nós entendemos que essas famílias devem ter a possibilidade de poderem usufruir de habitação condigna.

O Programa do Governo aponta como objectivo **dotar as Corporações de Bombeiros Voluntários de adequadas instalações**, objectivo este que nas Flores também se deverá aplicar, na medida em que os Bombeiros Voluntários, continuam a não possuir instalações próprias.

Finalmente vamos referir outra intenção contemplada neste programa do Governo: **serão lançados novos equipamentos colectivos para idosos**. Queremos chamar a atenção para a necessidade das obras do Lar de Santa Cruz das Flores deverem continuar com o ritmo que tem, porque é uma estrutura de que a Ilha necessita com muita urgência. Mas, em nosso entender, torna-se absolutamente necessário que também se projecte e construa uma Casa de Repouso para a Terceira Idade nas Lajes, porque a que está em construção, logo que concluída, ficará totalmente ocupada, para além de consideramos que os idosos que delas, infelizmente, necessitam, têm o direito de viverem o último período da sua vida, o mais próximo possível do local onde trabalharam durante a maior parte dela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez trouxemos aqui muitas questões relacionadas com uma Ilha que esteve esquecida e abandonada durante muito tempo. É por isso que continua com muitos estrangulamentos, com ausência de diversas infraestruturas imprescindíveis, e com algumas obras em execução que é urgente serem terminadas.

O desenvolvimento harmonioso da Região implica que as Ilhas mais pequenas e mais afastadas, possuam as mesmas possibilidades que as restantes. O Progresso não poderá, nem deverá depender da extensão, ou da população das Ilhas, mas tem de ser um direito de todos os açorianos independentemente do local onde residam.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao reiniciarmos os trabalhos nesta Câmara, será oportuno saudar em primeiro lugar o Povo Açoriano que com o seu voto aqui nos colocou e em segundo lugar dar as boas vindas àqueles que pela primeira vez tomam assento nesta Assembleia, que é como todos sabem a base e o símbolo do poder democrático e autónómico desta Região.

Finalmente dirijo as minhas saudações a todos aqueles correligionários ou não que pela vontade do nosso Povo aqui vieram certamente animados daquele espírito de serviço que a todos nós se deve impôr como factor primário de progresso da terra que nós com humildade e espírito de compreensão devemos servir.

Postas estas considerações iniciais vamos permitir-nos, respigar do programa do V Governo aqueles pontos que nos prenderam mais a atenção.

Na página 40 do Programa do Governo encontramos a seguinte afirmação que parece constituir um propósito : "No que diz respeito aos transportes aéreos inter-ilhas, o Governo defende uma política aérea ao serviço dos cidadãos residentes nos Açores que têm em conta o desenvolvimento do sector turístico". Pelo que se refere à Ilha das Flores, constatando o que se afirma neste parágrafo



do V Governo, leva-nos naturalmente, e como deputado da Ilha das Flores, a reclamar para a mesma necessidade da existência de um voo ao sábado, visto que esta Ilha no contexto açoriano é a única a ter ao fim de semana o seu aeroporto fechado, o que como é bom de ver nada favorece o turismo. Assunto que o IV Governo afirmava ter como prioritário, apesar de no que diz respeito à Ilha das Flores, verificarmos carências graves nesse propósito. Em 1990 aquando da visita oficial do Governo àquela Ilha, foi prometido para a mesma um posto de turismo o que até à data ainda não se verificou, não sabemos qual o motivo desta protelação. Em referência a este assunto, não posso deixar de chamar à atenção do Governo para a situação inexplicável da existência do matadouro a 10 metros de distância da infraestrutura da Siturflor, obra esta que será inaugurada brevemente, vindo a sofrer as mesmas consequências pouco atractivas em virtude da proximidade do referido matadouro e dos odores pouco salubres que dele emanam para os lugares mais próximos. Será oportuno referir neste momento que a construção de um matadouro para a Ilha das Flores já se achou mencionado em vários planos anuais do anterior Governo.

Posto isto, abordaremos outro assunto relacionado com este programa; na pág. 50 diz-se o seguinte: "melhoria das condições de operação nos principais portos de pesca local, numa perspectiva de custo - benefício social (fixação de populações sem alternativas de emprego)".

Neste momento lembraria a esta Câmara que, em várias intervenções no que respeita à Ilha das Flores, abordei este problema sem que pareça que o mesmo tenha encontrado eco nas instâncias governamentais. Por isso vou sintetizar o que acima referi e que constitui sem dúvida uma das grandes preocupações da classe piscatória daquela ilha: a valorização dos portos de pesca de Ponta Delgada, Fajã Grande e Santa Cruz e como já aqui foi dito seria oportuno aproveitar a presença da empresa que actualmente constroi o Porto das Flores e que se encontra vocacionada para este tipo de trabalho.

Queria ainda aproveitar o tempo que me resta para abordar o problema da energia eléctrica na Ilha das Flores. É preciso ter em conta a promessa do IV Governo de executar o reforço do caudal de Além-Fazenda até Julho de 92,

obra que infelizmente ainda não se iniciou, bem como a construção da nova Central Hídrica no Vale da Fajãzinha, obra esta que solucionaria creio, por alguns anos, o problema energético da nossa terra.

Terminaria por manifestar o meu regozijo visto que após tantos apelos aqui feitos, acabou mais uma zona escura na Ilha das Flores no que diz respeito à cobertura televisiva da mesma, refiro-me à freguesia de Ponta Delgada.

No entanto não posso deixar neste momento e, julgo que bem atempadamente, de lembrar ao Governo nesta Câmara que 4 freguesias daquela Ilha permanecem sem cobertura televisiva, apesar de mais uma promessa vã do anterior Governo, numa altura em que já se fala para a Região na instalação de um segundo canal. Será absolutamente imperdoável que as freguesias de Fajã Grande, Fajãzinha, Mosteiro e Lajedo permaneçam sem sinal televisivo.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Bruges.

**Deputado José Bruges (CDS):** Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Perante o estádio da vida regional, quer no plano orçamental; quer no quadro do investimento e do desenvolvimento sectorial; quer ainda no plano institucional; encontramos atitudes, comportamentos ou tão só intenções, que nos deixam na dúvida quanto ao rigor, à vontade de melhor servir, ao intuito da transparência.

A política de verdade impõe " atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre as aparências dos preceitos e a sua realidade, entre a lei e a sua execução, faz da vida administrativa uma tremenda desilusão ":

"Se temos um vencimento e o oneramos com a acumulação exorbitante de impostos temos um ludíbrio de ordenados ":

"Se temos um número de funcionários que trabalha e parte deles excedentários, temos uma ilusão de quadros ":

"Se temos taxas de tributação excessivas para as actividades a que se destinam, criamos um fosso fiscal...

Se existem prazos para liquidação de dívidas e prorrogamos esses prazos, temos uma falsidade de prazos, e os privados que aguentem.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram sobreavaliadas, e as despesas foram artificialmente reduzidas, abaixo do que deveriam ser, temos a mentira das contas.

Se nas empresas públicas não contabilizamos todas as despesas que saem do orçamento, temos o embuste fiscal;

Se não se disciplina a desordem; se as escolas não ensinam; se os tribunais não fazem boa averiguação dos factos que mais interessam à Região e importa esclarecer para benefício do Sistema, e recta aplicação da lei, temos a falsidade da instituição pública; a mentira do ensino; o ardil da justiça.

De todas estas insuficiências, enredadas umas nas outras, vêm todos os males de que a Região padece e de que há absoluta necessidade de suprir.

Durante os cinco lustres de existência da Autonomia, entendeu-se que haveria o Governo de alargar as suas funções económicas, organizando a produção e repartindo a riqueza. Ainda se mantém a tendência da organização e distribuição do crédito; do domínio dos meios de transporte; da função privilegiada da construção; da exploração de eventuais fontes de riqueza; do domínio dos ramos de produção agrícola e industrial; do fomento das pescas; do domínio de todo o comércio!

O Governo, meus senhores, deve manter-se superior ao mundo da produção; longe da absorção monopolista, e da intervenção na concorrência. Quando, pelos seus órgãos o Governo tem decisiva influência, ameaça corromper-se. Há perigo para a independência do governo; para a justiça; para a liberdade e igualdade dos cidadãos!

Para a defesa do interesse geral não pode o Governo estar dependente da produção nem da repartição da riqueza.

Para ser árbitro, não pode estar manipulado.

Ao Governo compete a orientação da economia, zelando pela ordem, pela justiça, pela criação de condições económicas e sociais, pelo apoio técnico, pelo desenvolvimento da educação, pela correcção de assimetrias, pela protecção dos menos favorecidos.

Mas a virtude do Governo estará em abrir mão, abandonar, todos os campos de actividade em que se possa desenvolver livre e naturalmente, a iniciativa privada.

A tendência instalada do domínio dos meios e do controlo dos sectores, não será facilmente vencida. É no entanto de todo necessário encontrar outra postura, outro comportamento, outra eficácia, se quisermos desenvolver as potencialidades que ainda restam à Região e ao seu débil aparelho económico.

Pondo de parte as "virtudes" de todos os apoios comunitários, que naturalmente devem merecer a maior atenção, o maior cuidado, no seu aproveitamento, para a valorização do desenvolvimento regional, e a aproximação da sociedade açoriana das zonas mais evoluídas da Europa, importa saber que meios porá o Governo à disposição do empresariado para o desenvolvimento do tecido económico e que zonas privilegia para o crescimento industrial?; Que atitude assume em definitivo, relativamente a Zona Franca de Santa Maria e se esta zona privilegiada de expansão e riqueza de serviços, deve ou não estender-se a outras ilhas e zonas, tradicionalmente apontadas como vocacionadas para o crescimento industrial? E o caso da zona do porto da Praia da Vitória, esquecida há anos, como exemplo de desperdício de oportunidades e de energias; como motivo de desilusão...

Que condições pensa o Governo criar aos nossos pescadores, no sentido de desenvolverem as suas actividades sem serem cilindrados pelo fisco? À frota artesanal, para poder ocupar a zona tradicional de pescas? Que medidas pensa o Governo tomar para a defesa e protecção da zona de pescas da costa, para a garantia das espécies tradicionais que são o sustento das populações e constituem parte do nosso património natural.

Que intenções tem o Governo relativamente aos esforços a desenvolver para a fixação de frotas de pesca do alto por forma a ocuparem as estruturas

piscatórias específicas em execução na Região? E pensa o Governo aproveitar essa, ao menos, potencial oportunidade, para negociar a participação de capitais dessas empresas envolvidas em unidades industriais, a instalar nos mesmos portos? Ou esta ideia não interessa e nesse caso com que frota de pesca pensa o Governo ocupar, por exemplo o cais de pescas da Praia da Vitória, com a frota regional? Vão ser desenvolvidos esforços e criado algum programa específico para apoio à criação de uma frota de alto da Região? Ou vamos permanecer indiferentes, circunscritos à ilustre frota azul, do atum vagabundo?

Que política terá o Governo para a defesa do Ambiente, a criação de incultos para a formação de parques naturais, para protecção da fauna e da flora autóctones que passivamente, vemos destruir?

Que intervenção pensa o Governo ter na resolução urgente do tratamento dos lixos, para a defesa da paisagem e das orlas marítimas? E já ontem o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas referia ontem este assunto, como sendo de tão graves consequências, que se espera que o Governo possa intervir, já que as Câmaras Municipais a quem está cometida esta missão não têm podido resolver tão grave situação.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Eugénio Leal*): Porque não querem!

**O Orador:** E já que na óptica do executivo as vacas estarão bem, com todos os apoios à vista temos de inquirir o Governo relativamente à pobreza reinante em várias zonas da Região, para sabermos, com rigor, que será feito pelos mais desprotegidos que são aqueles que sofrem a severidade da pobreza? Neste domínio, a Ilha de São Miguel apresenta-se paradoxalmente, nisto também, com expressão maioritária! E importa fazer algo para que esta situação rapidamente se modifique.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ensino é uma das áreas sensíveis da nossa sociedade e através dele queremos ver preparados os nossos filhos para o dia de amanhã. Para além das deficiências imperdoáveis, que continuam a existir a nível de estruturas por toda a Região e a Secundária de Angra do Heroísmo é um exemplo gritante. Que dizer da inexistência de professores para

numerosíssimas áreas, que dizer da falta de apoio à Universidade na qual se propõe o Governo estabelecer relação mais íntima? Será para aumentar a dependência daquela relativamente ao executivo?

Que dizer das propinas impostas, incomportáveis para a maioria dos orçamentos familiares?! Que dizer da desordem de ideias, de perspectivas?

No caderno de intenções apresentado pelo Governo, registam-se indicadores de valorização da participação da sociedade na construção do futuro. Todavia, persiste o Governo no seu programa em defender canais regionais de televisão.

Como se pode desenvolver em liberdade um povo, sem o acesso a melhor qualidade e à mais isenta informação? Como explica o Governo isto?

Todos os esforços no sentido de formação profissional nesta área são de elogiar. Mas face à pobreza de informação, à escassez dos meios, não tem o Governo em vista outra alternativa que não seja o controlo dos meios de comunicação?

Finalmente, face ao reconhecimento da situação actual do problema, que futuro para os que não têm casa? Que futuro para as novas famílias, agregados fundamentais da estrutura da sociedade regional? Como muito bem o Governo reconhece...

Queremos famílias saudáveis.

Queremos famílias estáveis, e elas merecem melhor atenção! Queremos famílias felizes e elas merecem melhor empenhamento!

Por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aqui deixamos a nota das nossas preocupações, dos nossos anseios, pelo bem dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Rosa Machado.

**Deputada Rosa Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que ocupo este lugar venho expressar publicamente o desejo que todas as minhas intervenções tenham sempre como único objectivo contribuir para a resolução de problemas inerentes ao cargo para que fui eleita e a dignificação desta instituição

Sendo a Educação o motor de qualquer sociedade é com muito agrado que se vê no programa do Governo a educação como factor prioritário onde se aposta num projecto de vida que visa a construção e o desenvolvimento harmonioso das capacidades humanas, que deve ser apreendido em todas as suas dimensões e nos seus diferentes aspectos, onde não se dissocie o aspecto da formação cognitiva dos restantes, tantas vezes relegados para planos secundários, os demais componentes da personalidade como sejam a educação desportiva afectiva e moral, para que o individuo possa crescer num conjunto pleno e harmonioso que lhe permita actualizar todas as suas potencialidades que a existência humana permite, porque como ser inacabado incompleto e insuficiente todo o ser humano necessita de uma sociedade e de um projecto educativo para poder ascender à verdadeira existência a que tem direito pelo facto de ter nascido e, que é atingir a forma mais rica e perfeita da personalidade que for capaz para a sua completa realização como homem.

Ao privilegiar estes aspectos o programa do Governo está a contribuir para a sua plena realização.

As sociedades hoje têm necessidade de inovação e mudança, é precisamente uma educação equilibrada que possibilita fazer das pessoas os agentes da mudança.

O cuidado apontado no programa do Governo com as instituições da infância e da juventude, mostram-nos a sua compreensão para todas as fases da vida que têm em si o seu valor próprio e que não podem ser vistas como uma preparação para a fase adulta, que seria fazer delas um meio para atingir um fim e não valorizá-las como um fim em si mesmo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo

"Mens Sana in Corpore Sano" é um lema que nos vem da antiguidade greco/latina, por isso achamos que nunca é demais valorizar e apostar nesta área, porque como uma das componentes a ter em conta na formação, e que além de formar fisicamente cidadãos sadios, favorece a abertura espiritual, na

entre-ajuda, no espírito de equipa e na cooperação, mostrando que "o todo é maior que a soma das partes".

Por isso a manutenção dos Jogos Desportivos Escolares e os do Atlântico são uma forma de desenvolver este espírito. É por isso que vemos com muito agrado finalmente, a criação na Universidade dos Açores da licenciatura em Educação Física.

A juventude, por ser contestatária, é a fase que melhor serve de agente de mudança da sociedade, mas essa mudança tem de apontar na direcção de uma melhoria, por isso investir na juventude é proporcionar a mudança de um modo harmonioso e sem sobressaltos, pois ao mesmo tempo que se investe nesta área e, sem custos acrescidos está-se a fazer a prevenção contra os maus vícios que se podem adquirir quando não há núcleos de interesse.

No que respeita ao ponto do programa do Governo da abertura dos Jovens à Europa e ao Mundo, pessoalmente posso confirmar o interesse e empenhamento dos jovens à roda dum projecto deste género pois recentemente estive com um grupo de 21 jovens na Grécia integrados num programa da Comunidade Europeia. "Os Jovens ao Encontro da Europa", em que dispusemos de toda a informação e apoio da Secretaria da Juventude e Recursos Humanos. Este encontro proporcionou aos jovens participantes uma troca de experiências e ideias, que se poderão ver nos trabalhos e relatórios por eles apresentados à Comunidade Europeia.

Ao propor o programa do Governo a articulação do ensino universitário com a realidade da vida açoriana, fazendo com que aquela instituição, sem nunca perder de vista o seu carácter universalista e de detentora do saber possa integrar cursos médios numa maior aproximação de teoria/prática, visando e cito: "a qualificação profissional em sectores estratégicos para o desenvolvimento dos Açores" -fim de citação,- vem preencher uma brecha em que ao mesmo tempo que proporciona um diploma de curso médio vem prover o mercado de trabalho de especialistas, tão carenciado desde que se acabaram as escolas industriais e comerciais.



Por tudo o que foi dito, tem este programa a minha concordância como cidadã, e como deputada estarei atenta na sua efectiva implementação  
Muito obrigada.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos uma nova Legislatura. Todos ambicionamos, estou certo, dar o nosso, melhor na prossecução dos objectivos a que nos propusemos. O eleitorado espera isso de nós. Pela nossa parte motiva-nos o firme propósito de não defraudarmos os Açorianos, nomeadamente todos os Picarotos sem excepção, a quem desta Tribuna saudamos respeitosa e efusivamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que relembre hoje aqui nesta Assembleia, a minha anterior participação como Deputado desta Região Autónoma no Parlamento Nacional. Defendi com firmeza e coerência, vários assuntos que se relacionavam directamente com a nossa Região Autónoma. Realço entre outras a última intervenção que proferi em 2 de Julho último, altura em que, estou certo ter sido o primeiro a afirmar e cito: "... mantendo-se o não cumprimento do acordo em vigor por parte dos EUA, no que se refere ao pagamento das contrapartidas financeiras já vencidas ...**Deve o Estado assumir o pagamento integral dessas verbas à Região Autónoma dos Açores** e inclusivé **prever no futuro** um esquema adicional e anual do tipo "Transferências - do Estado para a RAA Indemnização Excepcional" ou outra semelhante, durante um período não inferior a dez anos".

O caso da "**obrigação do Estado**" em adquirir os terrenos onde se encontra instalada a Base das Lajes, foi outro assunto que tratei não só em requerimentos como também em intervenções, em Plenário, durante dois anos e meio e ainda

numa audiência que o Senhor Ministro da Defesa - Fernando Nogueira me concedeu.

Relembrar o pedido de ratificação do celeberrimo Decreto-Lei nº 336/90, feito pelos Deputados do PS da Madeira e dos Açores, no começo de 1991, que levou os Srs. Deputados do PSD, quer da Madeira quer dos Açores, a se absterem nessa votação, também é algo que nos honra.

Por último, e só para referir três dos temas em que me empenhei, quero frisar a importância política do Projecto de Lei que apresentei para a criação do Tribunal da Relação dos Açores, admitido em 15 de Julho de 1992.

Com toda a seriedade aqui relembro que o actual Governo Regional não deve descurar estes temas, como, segundo presumo, terá acontecido inicialmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta abordagem sumária, vou aflorar outros temas que hoje interessam e preocupam as comunidades locais.

Preservar o ambiente, resolver os problemas ecológicos e minimizar os efeitos nefastos da Poluição, são preocupações relativamente recentes, pois há duas ou três décadas ainda, ou não eram sentidos ou, então, eram vistos pelas nossas comunidades locais, como algo que só acontecia nos grandes Países altamente industrializados e nas grandes urbes super povoadas .

Não contestamos a necessidade do progresso das comunidades.

No entanto os esforços do homem para melhorar a sua qualidade de vida, são feitos quantas vezes à custa da deterioração do meio natural, de onde retira riquezas e quase sempre malevolamente, deposita os seus rezeduos, provocando graves desequilíbrios, principalmente desde que a noção da exigência de um mínimo de necessidades básicas higieno-sanitárias se inculcou felizmente nos hábitos dos nossos habitantes.

Embora de forma ainda pouco pronunciada, já estamos sentindo na nossa Região os efeitos provocados pela industrialização e pela urbanização, nalgumas ilhas. Os efluentes industriais e a consequente contaminação dos solos, podem afectar nalgumas ilhas os chamados aquíferos subterrâneos. Sendo a exploração destes aquíferos a maneira mais utilizada para o abastecimento

domiciliário de água potável às nossas populações, fácil é constatar a preocupação que temos quanto à qualidade da água que podemos vir a consumir. Por isso todo o cuidado que tivermos na protecção às zonas envolventes dos "furos de captação" de água, será benéfico e produzirá frutos a médio prazo.

Está também na ordem do dia a eutrofização de algumas Lagoas da nossa Região. As origens podem ser, entre outras, a sobrecarga das águas em matérias orgânicas e em sais minerais nutritivos. Todas as acções que se desencadearem para tentar debelar este flagelo recente, devem, em nossa opinião, procurar congregar uma grande envolvente técnico-científica para que com precaução e ponderação técnica, sejam testados com eficácia nesse combate, os meios mais indicados.

Neste Sector do Ambiente, outro problema se põe na nossa Região - os resíduos sólidos.

Começaram a surgir, esporadicamente, como fruto dum maior consumismo, grandes quantidades de lixos domésticos que os quintais ou logradouros individuais deixaram de comportar. E isso obrigou as Autarquias Rurais a iniciarem as recolhas domiciliárias. As recolhas de bi-semanais passaram a diárias e das Vilas estenderam-se às freguesias rurais. No entanto nada se planeou.

Hoje estamos na fase dos Aterros Sanitários, vamos ultrapassando, felizmente, a fase das lixeiras a céu aberto. Temos de continuar a avançar para o tratamento dos lixos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

"As preocupações ambientais têm de estar na consciência dos cidadãos ou não serão aplicadas, pelo que é fundamental começar pela educação ambiental "citei o Programa Eleitoral do Partido Socialista. Igualmente quero citar do Programa de Governo esta frase: "uma política ambiental(...) exige uma consciência acrescida por parte dos cidadãos...". As nossas preocupações são as vossas, mas as vossas responsabilidades são infinitamente maiores. **Urge passar à prática nestes problemas da Defesa do Ambiente, a vertente educacional.** Preservar

não é só legislar. É preciso regulamentar depois, com coerência. Sendo o Programa de Governo, ora apresentado, o decalque do vosso Programa Eleitoral, pensamos que V. Exas. foram politicamente pouco ambiciosos, pois ficam-se pelo diagnóstico, mais que conhecido, deste sector. A terapêutica tarda em surgir, com indispensável eficácia. Damos no entanto o benefício da dúvida, esperando uma actuação imediata e mais convincente. Não faremos oposição por simples oposição. Deixo desde já um recado quanto ao vosso ponto **"Prevenção e controlo das diversas formas e riscos naturais" que não olvideis ou proteleis por muito mais tempo a resolução definitiva da "defesa e protecção da orla marítima" da Vila das Lajes, bem como a consolidação do Molhe do Porto Comercial em S. Roque na Ilha do Pico e do Molhe do Porto de Santa Maria. A desgraça pode acontecer!**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A parte a obsessão de "garantir a presença de desportistas açorianos nas Olimpíadas do ano 2000" - por que não em 1996 ou 2004? E em que modalidades? perguntamos nós - à parte isso e algum eletismo urbano dos Clubes Escolares, dado terem pouca expressão no meio rural, encontramos neste sector do Programa do Governo, uma ideia comum ao nosso Programa Eleitoral - a criação do Departamento de Educação Física na Universidade dos Açores.

Só com técnicos especializados, colocados em todas as Escolas Preparatórias e Secundárias da Região, podemos aspirar a que os nossos jovens em todas as Ilhas tenham formação desportiva com alguma qualidade. Ressalvamos contudo que muitos dos que hoje sem formação específica, ministram esta disciplina nas nossas Escolas do Meio Rural, o fazem com uma dedicação tal que é merecedora do nosso público elogio.

Defendemos no entanto, e no todo, uma filosofia oposta e politicamente fundamental quanto ao Desporto: Queremos um Governo que apoie mas não tutele. Apoie mais a construção de Polidesportivos em tantas freguesias carenciadas por toda a nossa Região. Incentive, com a cooperação das Autarquias, a construção de Pistas de Atletismo nas Ilhas e Concelhos que ainda

não dispõem dessa **indispensável** infraestrutura desportiva. Reconhecemos que a descontinuidade territorial da nossa Região é um factor altamente penalizante do aproveitamento integral das infra-estruturas já criadas, mas também por isso a Juventude do Meio Rural e das Ilhas mais pequenas, não pode ser coarctada nas suas justas e legítimas expectativas e aspirações. E aqui num curto parêntesis deixo um aceno de simpatia ao único Clube da minha Ilha - o Clube Desportivo Ribeirense - que se encontra a disputar uma prova desportiva Nacional em Voleibol e também à jovem Vanda Silveira vice-campeã nacional de salto em altura. A persistência, a abnegação, a carolice de uns poucos e a ajuda Municipal fazem milagres. E também o exemplo de um trabalho de base que pode ser contraposto à "importação" desenfreada de atletas estrangeiros.

Finalizando dizemos claramente que sempre pugnaremos politicamente pela libertação do Sociedade Civil Açoriana, da tutela asfixiante duma máquina Governativa que por excessiva, pode-se tornar muitas vezes bloqueadora e redutora.

Só com agentes criativos e politicamente libertos teremos uma governação isenta e eficaz. Possibilitemos todos nós a existência de uma Juventude inserida numa Comunidade de Cidadãos de mentes sãs, e não faltará o verdadeiro "Ambiente São" em todas as nossas ilhas.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional do Turismo pede a palavra para?

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, na parte que diz respeito ao ambiente e, ao fim e ao cabo, algumas são as preocupações por

nós manifestadas. Contudo, não posso deixar de protestar pelo facto do Sr. Deputado ser, simultaneamente, vereador dum Câmara Municipal à qual, há bastante tempo, a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente apresentou, elaborou e pagou um projecto. Entregou-o às respectivas Câmaras e até hoje, **nada foi feito!**

Vir para aqui dizer-se que os problemas do lixo, são problemas complexos, são problemas que afectam o ambiente é muito verdade. Mas a realidade é que a competência é das Câmaras Municipais.

De facto, na Ilha do Pico, e concretamente no Concelho do qual o Sr. Deputado é vereador, efectivamente não há vontade de resolver o problema!

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*)

**O Orador:** Eu queria deixar muito claro este meu protesto, porquanto é imperioso que seja resolvida essa situação. Mas não se pode vir aqui "atirar pedras" para os outros, quando a responsabilidade está na nossa casa.

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para um contraprotesto, naturalmente.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu, francamente já esperava.

*(Risos do Presidente do Governo)*

**O Orador:** E tenho aqui comigo a fotocópia do ofício que V. Ex.<sup>a</sup>, referiu extemporaneamente, em minha opinião. E vou procurar ser mais calmo.

Nós pugnamos pela cooperação. Nós sabemos que não há soluções acabadas em nenhuma destas questões.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que o problema pode ser resolvido a nível de ilha, mas também pode ser resolvido a nível do concelho. E a Câmara de S. Roque tem a sua lixeira própria.

O problema surgiu com o problema da lixeira da Madalena que, desde há muitos anos como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, está junto dum parque da Administração Florestal do Pico.

É verdade que as Câmaras - principalmente depois que V. Ex.<sup>a</sup> tomou a seu cargo a parte do ambiente, na governação regional - indicaram na ilha, vários locais e depois os técnicos foram estudar a possibilidade de implementação de um aterro sanitário nesses vários locais.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> também sabe que o primeiro local que teve o estudo que V. Ex.<sup>a</sup> diz que pagou - com o nosso dinheiro, bem entendido - não foi aceite pela população. E nós não fazemos guerra com a população.

A freguesia da Praínha do Norte toda se levantou. Foram lá técnicos da vossa Secretaria, juntamente com a Câmara Municipal, explicar-lhes e, mesmo assim, a freguesia não quis que lá ficasse o aterro sanitário.

Não há soluções acabadas em nada disto.

Como vereador da Câmara, que tenho muito orgulho de ser, sinto essa preocupação. Nós no nosso concelho vamos resolvendo o nosso problema. Mas acho, também, que foi extemporâneo dizer-se que, porque as câmaras não tinham dito nada, a vossa Directora Regional diz isto:

"Deste modo, e tendo em consideração o lapso de tempo já decorrido, vem esta Direcção Regional comunicar a V. Ex.<sup>a</sup>, que se desvincula de suportar os custos inerentes à realização do referido projecto". Porquê?!

E agora eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: Agora que voltou a ser Secretário, está V. Ex.<sup>a</sup> na disposição de continuar a cooperar connosco?

Nós sentimos também que há uma dificuldade, mas arranje sítio!

Está mais que provado que as nossas ilhas não podem ter aterros sanitários no cimo das ilhas, porque vai conspurcar os nossos aquíferos subterrâneos.

Eu como vereador, não me demito da minha responsabilidade, mas acho que também não se deve demitir da sua.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra para?

**Deputado Manuel Serpa (PS):** É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente eu esperava a reacção levantada pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente. Mas quero acrescentar duas ou três coisas às que foram ditas aqui pelo meu companheiro de bancada Rui Pedro Ávila.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Camarada, por que não? Aliás camarada é um nome bonito.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**O Orador:** Eu tenho que acrescentar algumas coisas ao que aqui foi dito, porque eu creio que numa situação destas, e sobretudo tratando-se dum problema tão importante e tão grave como este, não deve haver nem afrontamentos, nem vinganças, nem outras coisas do género.

Acho que temos que ser conscientes e claros.

Não foi apenas um local que as câmaras indicaram. Eu conheço quatro locais que ajudei a escolher e foram todos "chumbados". Eu explico porquê:

As habitações do Pico estão todas à "beira mar". Tudo o que se fizer para cima das habitações, vai bulir com os furos de água, uma vez que o Pico é uma ilha altamente porosa, onde se tem que fazer dezenas de furos para ter água. Portanto, tudo o que se fizer acima das habitações é condenado. O que se fizer abaixo, vai bulir com as populações, porque ninguém quer lixo perto de sua casa.

Eu creio que esta situação é dramática e não pode ter a escusa de ninguém. Eu não vou dizer que as Câmaras não possam ter as suas culpas, porque não levaram a coisa com força. Mas não se deixe de lutar e não se corte a cooperação num caso que é grave. E eu volto a explicar aqui:

Quatro locais que eu vi escolhidos, foram todos condenados. Porquê?



Porque vão bulir com os furos de água. E é necessário fazer mais furos de água, senão não há abastecimento às populações da Ilha do Pico.

Como toda a gente sabe nesta Assembleia, eu moro numa freguesia que não tem água e só a terá daqui a algum tempo. Há freguesias que não têm água canalizada. E até nem sei se essa foi a melhor solução ou se seria outra. Mas não vamos discutir isso agora.

E eu pergunto:

- Onde é que vão pôr o lixo?

Se a Secretaria tem técnicos abalizados, competentes, e eu não vou dizer o que já alguns me disseram que o lixo em certos lugares é que estava bem, contra a opinião generalizada de toda a gente. E o Sr. Secretário sabe que isso é verdade. Portanto, acho que este problema deve ser tratado, não com certo afrontamento, mas atendendo às implicações graves que ele tem, não só para as outras ilhas, mas para o Pico que é uma ilha porosa, complicada, relativamente à água e que ainda tem muitas freguesias que não têm água.

**Deputado António Silveira (PSD):** Numa ilha daquele tamanho não há lugar para o lixo?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para dar esclarecimentos.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila coloca, eu gostaria de dizer o seguinte:

Foram indicados no estudo **três locais pelo menos**, com as respectivas prioridades - 1.º, 2.º e 3.º.

Foi, de facto, indicado e portanto, houve diligências por parte da Câmara, para se localizar no primeiro, indicado na Praínha do Norte.

A população reagiu. Mas a verdade é que não foram feitas quaisquer diligências para se avançar para os pontos seguintes.

É perfeitamente compreensível, em termos políticos, para a Ilha do Pico. Ninguém quer o aterro sanitário no seu concelho. E é isso, Sr. Deputado, que

está errado. E é isso que nós temos vindo a fazer, ou seja, pressão bastante e contactos informais vários, com os Srs. Presidentes, no sentido de acelerarem a resolução do problema. E pura e simplesmente, têm posto uma pedra sobre a questão. E é contra isso, Sr. Deputado, que eu reclamo e que eu protestei acerca da sua intervenção.

As Câmaras Municipais da Ilha do Pico, **infelizmente**, não estão a dar o tratamento devido à resolução deste problema dos lixos. Esta é que é a verdade. De facto, o Sr. Deputado leu um ofício que lhe foi remetido, porque já lá vão dois anos e a situação continua na mesma. Estamos e mantemo-nos dispostos a colaborar, como o temos vindo a fazer com outras autarquias. E como disse ontem, temos vindo a fazê-lo com sucesso.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** E agora?!

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra para?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Para dar explicações, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderá parecer, por esta última intervenção do Sr. Secretário Regional, que há algumas roturas ou aquilo que a gente vê na televisão, que são lixeiras a céu aberto na Ilha do Pico. Não há Srs. Deputados.

As Câmaras têm o seu problema resolvido. E a melhor solução para a ilha - com a qual eu também concordo - seria um aterro sanitário único. Mas que não fique aqui a ideia de que as Câmaras não estão resolvendo o problema dos seus concelhos. Longe disso.

As recolhas são feitas como deve ser, em viaturas adequadas, com recipientes como devem ser, em qualquer um dos concelhos da Ilha do Pico.

Cada concelho tem a sua lixeira que é coberta, dentro das possibilidades do município. E não há nada hoje, naquelas lixeiras, que obste à saúde pública - que fique bem claro.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu quero pedir desculpa ao Sr. Deputado João Cunha, que estava inscrito para intervir desde há pouco, mas como houve aqui esta troca de protestos e contraprotostos, avançámos no tempo e estamos na altura de fazer um intervalo. De modo que eu daria a palavra ao Sr. Deputado João Cunha após o mesmo.

Faremos um intervalo de 15 minutos, após o que retomaremos os nossos trabalhos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 11.35 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeia que retomassem os vossos lugares prosseguirmos os nossos trabalhos.

*(Eram 12.10 minutos)*

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para uma intervenção.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

Nesta minha primeira intervenção nesta casa permitam-me V. Exas. que as minhas primeiras palavras sejam para saudar Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Regional pelo alto cargo que desempenha e a votação da qual resultou a sua eleição é fruto do respeito e da admiração que esta Câmara tem por Vossa Excelência.

Seguidamente quero também saudar os Senhores Deputados porque na verdade, vós sois os legítimos representantes do Povo desta bela Região Autónoma dos Açores.

Como, com certeza, vós todos sabeis eu sou um "caloiro" nestas andanças e tenho de confessar que anteontem fiquei um pouco espantado exactamente porque pensei estar num campo de batalha quando aqui foi feita uma declaração de guerra. Julgava eu que estava e na realidade estou na Assembleia Legislativa

Regional dos Açores, local que deve ser o espelho da democracia aqui nas nossas ilhas.

Nas passadas eleições de 11 de Outubro o povo foi bem claro e escolheu uma maioria para governar em paz e estabilidade.

Foi o povo claro porque a mensagem do Partido mais votado também era clara, dizia o que queria e o que pretendia para esta Região.

E mais, alicerçava-se naquilo que é a obra feita pelo IV Governo Regional também da responsabilidade do PSD.

Essa obra está bem à vista de todos em todas as ilhas desde Santa Maria ao Corvo.

Essa obra toca todas as áreas desde a Saúde às Obras Públicas, desde os Portos ao Turismo, desde a Agricultura às Pescas, desde a Educação à Habitação.

São, também fruto das eleições de 11 de Outubro pretérito passado, o V Governo Regional dos Açores a quem também desejo saudar na pessoa do seu Presidente, Dr. Mota Amaral, homem integro a quem esta Região muito deve e que pela sua maneira de ser e de estar na política continua a ser o grande Timoneiro para esta Nau.

Todos nós sabemos o que eram os Açores aqui há uns anos atrás.

Muito se fez nos últimos 16 anos e como não podia deixar de ser a Graciosa também acompanhou o Progresso e o Desenvolvimento que se tem feito sentir desde que se reinstalou a Autonomia no Arquipélago.

Apetece-me mesmo dizer que a maioria das infra-estruturas estão executadas.

Mas o homem sempre foi e sempre há-de ser um ser insatisfeito. E os graciosenses como homens que são, querem e esperam do seu Governo, mais. Exactamente porque muito ainda há para se fazer naquela pequena, mas bela parcela dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

Estamos aqui a apreciar o Programa do V Governo.

Li-o com atenção.

Vi também que estão ali as linhas mestras de uma boa governação para os próximos quatros anos. Penso que é um Programa que possui pés para andar e

que nos vai levar à integração plena na Comunidade Económica Europeia onde estamos por direito próprio.

Digo-vos, desde já que é minha intenção votar favoravelmente este Programa, mas permitam-me, naquilo que concerne à ilha Graciosa, que deixe ficar aqui algumas preocupações com vista a melhorar a acção governativa deste V Governo Regional dos Açores.

Na área da agricultura esperam os graciosenses que os Serviços de Desenvolvimento Agrário sofram uma transformação para que passem a ser realmente os serviços de apoio aos agricultores, horticultores, lavradores, etc..

Nas Obras Públicas muito se tem feito ao nível das estradas regionais, quer em pavimentações quer ainda em correcções do seu traçado, mas relembro que continuamos a ter pisos com 25 e mais anos que esperam e merecem ser reformados.

Espera-se a todo o momento que a classificação das Estradas Regionais seja uma realidade e que as limitações de carga também entrem rapidamente em vigor afim de que em algumas estradas se possa transitar com mais conforto.

Na área da saúde é urgente que se concluam as obras que decorrem no Centro de Saúde de Santa Cruz para que aquele Centro entre em funcionamento pleno o mais rapidamente possível.

Na educação, relembro ao Governo que a Escola Primária de Santa Cruz está a abarrotar e a sua ampliação é urgente, e no que se refere à Escola Preparatória de Santa Cruz para além da necessidade da sua ampliação bem como da substituição de algumas coberturas, faço notar que faltam professores com habilitação própria.

Nas pescas julgo que era importante serem dados mais incentivos com o intuito de se verem substituídos os velhos barcos de pesca tipo boca aberta por outros mais modernos e melhor equipados. Sugiro ainda que sejam melhorados os portos de pesca da Praia, Carapacho e Porto Afonso.

No sector do turismo muito haveria para dizer. Mas de forma reduzida e para não roubar tempo aos meus colegas de bancada, digo que me parece importante

o apoio aos restaurantes existentes de forma a torná-los mais condignos e melhor apetrechados.

Que se continuem a fazer cursos de hotelaria afim de melhorarmos o nível do pessoal, que escolheu aquela área para sua profissão. Que seja apoiada a Residencial que um particular pretende e está a tentar levar a cabo na Praia da Graciosa.

Que seja executado um quebra-mar na Praia que sirva de abrigo ao já elevado número de embarcações de recreio que procuram a Graciosa e ao mesmo tempo sirva de protecção ao Porto comercial daquela ilha.

Na área da formação seria importante aparecerem cursos de formação profissional de canteiros e ferreiros, artes essas que são tão necessárias para a manutenção das belas edificações existentes no centro histórico de Santa Cruz assim como no resto da ilha.

No sector dos transportes, cumpre-me dizer que fiquei deveras contente quando vi neste Programa que seria estabelecido um caderno de encargos para a execução de um quadro de serviço público marítimo inter-regional.

Quanto a mim acho-o importantíssimo e os graciosenses esperam ansiosamente que ele venha a resolver o problema das ligações marítimas com aquela ilha.

No que diz respeito à energia está a EDA a remodelar e a melhorar a sua rede de distribuição ao longo de toda a ilha mas quero frisar que por razões de vária índole e que me excuso de enumerar, a central termo-eléctrica da Barra deverá ser substituída por outra a construir fora do núcleo urbano da Vila.

Por último resta-me desejar que sejam aproveitados todos os incentivos comunitários que possam vir para a Região com vista à continua acção do desenvolvimento harmónico destas ilhas o que permitirá criar o princípio da solidariedade e a promoção da igualdade de oportunidades.

Disse.

*(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para?

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** É para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Ouvi atentamente a sua intervenção, como não podia deixar de ser e é meu timbre e hábito e, particularmente, porque a sua intervenção situou-se num âmbito territorial que é o nosso berço de nascimento.

É evidente que nesse pressuposto, ela disse-me particularmente respeito.

Devo dizer-lhe que dos vários itens que V. Ex.<sup>a</sup> abordou, em termos de algumas carências que ainda persistem na nossa ilha, estou globalmente de acordo consigo. Ou não tivesse eu já 12 anos de permanência nesta Casa...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Veterano, veterano.

**O Orador:** Espero ter oportunidade de ver a veteranaria de V. Ex.<sup>a</sup>.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Eu não desejo, Sr. Deputado.

**O Orador:** São opções, são opções. E pode não ter oportunidade disso também. Mas isso é outra história.

**Presidente:** Srs. Deputados, não mantenham o diálogo, por favor.

**O Orador:** Portanto, como eu dizia com todo o respeito que V. Ex.<sup>a</sup> me merece, atentei pormenorizadamente nos itens da sua intervenção.

Não vou particularizá-los, nem analisá-los cada um "de per si", até porque noutros momentos, possivelmente, teremos oportunidade de estabelecer o diálogo. E penso que alguns dos aspectos que V. Ex.<sup>a</sup> expos, penso eu, - é um pensamento subjectivo- teremos oportunidade de trabalhar em conjunto com o seu colega também, porque os interesses da ilha, sempre o defendi, devem estar acima dos interesses político-partidários.

No entanto, há um aspecto que eu não posso deixar passar em claro em relação a uma preocupação que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou e que eu vou tentar complementá-la, se é possível. E vou tentar torná-la extensiva ao titular da Secretaria respectiva.

V. Ex.<sup>a</sup> disse, e muito bem, que é um anseio da população, a conclusão das obras do Centro de Saúde da Graciosa, vulgo hospital. De facto, não vou tentar descobrir a razão por que aquelas obras decorrem já algum tempo a esta parte e está manifestamente a tornar-se insustentável o estado em que as pessoas são atendidas no hospital.

Queria tão só, tornar mais abrangente essa preocupação. As infra-estruturas são necessárias, mas na minha perspectiva, mais importante do que as infra-estruturas materiais, é a necessidade de dotação daquela unidade de saúde, de pelo menos mais um médico, e não vou entrar aqui no capítulo dos paramédicos, dos enfermeiros, etc..

A questão que eu lhe deixo - se V. Ex.<sup>a</sup> entender responder-me - é a de saber qual a sua perspectiva em relação ao facto de neste momento, há alguns meses a esta parte, existir na Ilha Graciosa, uma médica **disponível** para prestar serviço no âmbito da sua formação académica, e quais são os embargos, ou os obstáculos de índole administrativa que não permitem que estejam já desbloqueadas as diversas situações, sabendo que nós temos 3 médicos, e muitas das vezes, como eu aqui já disse, ficamos com um único médico, para uma ordem de 5 mil habitantes. E estando uma médica disponível, pronta a prestar serviço, não houve ainda da parte do conselho administrativo do Centro de Saúde ou - pergunto - da parte da Secretaria da tutela, disponibilidade, coragem para se ultrapassar meros actos de mera administração ou de burocracia, para que seja posta à disposição e ao serviço da população, ainda que seja por um só ano, pessoas de tamanha qualificação e especialidade de índole médica que devem ser aproveitadas, qualquer que sejam os entraves que se tenham de ultrapassar.

Era esta a questão que eu deixava, em simultâneo ao Sr. Secretário da tutela que, pelos vistos, não tem conhecimento do assunto, e deixava também a V. Ex.<sup>a</sup>.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para prestar um esclarecimento.



**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Ouvi atentamente a sua exposição e em parte concordo com ela. E, como bom graciosense que sou, acho que é realmente um problema a falta de médicos na Graciosa, como de outros técnicos de outras áreas.

Mas vi que o Sr. Deputado pediu-me o esclarecimento, embora olhasse para o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social. De modo que não sei se quer a resposta dele ou se quer a minha.

Quanto à minha resposta, penso que já está dada.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Eu concluo que o Sr. Secretário não tem conhecimento disso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma intervenção.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna, facto que constitui para mim, motivo de grande honra, começo naturalmente por saudar V.Exas., dignos e legítimos representantes do Povo dos Açores, e manifestar o meu empenhamento e total disponibilidade para partilhar convosco o trabalho e o esforço necessários ao desenvolvimento desta nossa Região Autónoma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Competindo-me neste momento abordar a problemática do Turismo na nossa Região, procurei fazer uma leitura cuidada de todo o programa do V Governo, pois se é certo que este importante sector de actividade contém características próprias e específicas que o distinguem de outros, não é menos certo que se inter-relaciona decisivamente, dependendo mesmo em muitos casos, de outros sectores sociais e económicos, da nossa vivência colectiva.

Na verdade, é impensável analisar a problemática do turismo de forma isolada, sem considerar, entre outras, o relacionamento estreito, por exemplo, com os transportes, o ambiente, a cultura, o património natural e arquitectónico e a formação profissional.

Nesta perspectiva, a primeira observação que nos suscita a leitura do ponto que se refere ao Turismo no Capítulo VII do Programa do Governo, é a inexistência de uma articulação clara e coerente com os sectores atrás referidos, explicitados nos diferentes capítulos do programa.

Por outro lado, o tratamento desta área prioritária do nosso desenvolvimento económico e social, parece-nos padecer de alguma "timidez" e da falta de uma rigorosa e fundamentada estratégia de desenvolvimento.

A falta de arrojo e criatividade, revela-se, desde logo, pela constatação de um enunciado de propostas, que são as mesmas de há longos anos, verificando-se mesmo o abandono de algumas opções anteriormente defendidas como sejam o "turismo cinegético" e o "jogo" ambas referenciadas no programa do IV Governo.

Quanto a nós, a existência de "zonas de caça turística" e o seu correcto aproveitamento podem implicar, para além de benéficos resultados económicos, a multiplicação e preservação de espécies cinegéticas e a protecção de habitats, não nos tolhendo manifestações ecológicas de carácter mais ou menos "fundamentalista".

Relativamente ao "jogo" partilhamos da preocupação manifestada no anterior programa de Governo ao afirmar (citação) "a concessão de zonas de jogo, tendo em consideração as suas repercussões sociais e as incidências do desenvolvimento regional".

A falta de uma estratégia clara manifesta-se fundamentalmente pela forma como as diversas opções são apresentadas sem uma definição globalizadora dos objectivos pretendidos e dos meios necessários para que os mesmos sejam alcançados.

Neste contexto, já não se refere, por exemplo, a definição de pólos de desenvolvimento turístico, não se aborda o problema dos fluxos e da capacidade de carga turística óptima, omite-se qualquer referência ao investimento estrangeiro e conseqüentemente o enquadramento do sector na óptica do mercado único europeu.

Da leitura do Programa para o Turismo, fica-nos pois a ideia de que o PSD, depois de ter considerado este sector como prioritário, num anterior executivo "de combate" que apenas saiu das "trincheiras" em vésperas de eleições, balança agora entre o avançar decididamente abrindo ao exterior, ao desenvolvimento e ao futuro, e o fechar-se em si mesmo, na insularidade dos seus receios e temores.

E nesta "função" em que o "mordomo" é o mesmo, nós todos segurando as "varas" continuaremos a caminhar lentamente ao som monótono dos "foliões".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comprendemos algumas hesitações e também nos preocupamos, porque não queremos a nossa terra transformada num qualquer destino turístico, descaracterizado e uniformizado.

Ninguém tem dúvidas de que o nosso turismo só viverá da nossa diferenciação e que esta se traduz na qualidade e características do nosso meio ambiente, do nosso património, da nossa cultura e tradições.

Mas também não duvidamos que é urgente transformar a nossa diferença em vantagens ou benefício, através de uma política rigorosa, capaz de preservar os nossos valores potenciando, sem os destruir, o nosso desenvolvimento.

Neste desiderato, assume particular relevo e importância, o Plano Director de Turismo da Região Autónoma dos Açores que, apesar de prometido desde há longos anos e de absolutamente prioritário, até hoje não viu a luz do dia.

Se pensarmos na necessária discussão pública que o Plano deverá provocar junto das populações, dos agentes económicos, dos trabalhadores do sector, das autarquias e demais entidades, e posteriormente na respectiva regulamentação e publicação, podemos, sem receio de erro ou injustiça, afirmar que, tão cedo não haverá Plano Director de Turismo.

Assim, compreende-se a impossibilidade deste Governo em definir o ordenamento turístico da Região e em planear as acções indispensáveis à sua implementação.

Todavia, o destino turístico dos Açores, não pode continuar a crescer de forma desordenada, com prejuízo do ambiente, do montante dos investimentos a

considerar, e sem uma filosofia coerente para o desenvolvimento do sector entre nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais haveria a dizer sobre um tema tão aliciante e tão importante para o nosso progresso.

Permitimo-nos contudo deixar para o ulterior momento algumas questões que nos parecem pertinentes e que desejaríamos ver respondidas.

Uma última nota queremos registar desde já.

Apesar das críticas que fizemos ao programa, designadamente no que se refere às insuficiências que o mesmo contém, fazemos votos para que não represente apenas um conjunto de boas intenções, a serem objecto das mais variadas alterações decorrentes de ineficazes lógicas eleitoralistas e lembremo-nos dos actos eleitorais que se seguem, ou de particulares interesses de "lobbies".

O Turismo pode e deve, com rapidez, fazer mais pelos Açores do que qualquer outra actividade.

Tendo como pressuposto a participação da nossa população no trilhar do seu próprio caminho e conhecedores do efeito multiplicador que esta actividade tem na nossa economia, esperamos que o Turismo seja factor de riqueza e de bem estar para os açorianos.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário da Cooperação Externa para uma intervenção.

**Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A política de cooperação externa do V Governo Regional assenta numa opção decidida no processo da União Europeia na valorização da Região no quadro geo-estratégico e geo-económico internacional e no estreitamento dos laços de cooperação técnica, económica e cultural com as comunidades Açorianas

espalhadas pelo Mundo. Em suma, uma política que permita uma abertura segura e firme ao exterior assente na partilha de interesses comuns e nos valores da paz e do desenvolvimento.

De facto, a evolução do sistema geo-estratégico mundial de uma bipolaridade para uma multipolaridade na sequência de ruir dos sistemas comunistas do centro e do leste europeu induziu em todos os países uma profunda reformulação dos seus sistemas de defesa. Assim, a redução das despesas militares e a redução do número de Bases exteriores veio atingir directamente a Região sem desvalorizar directamente o seu valor estratégico no quadro do sistema de segurança e defesa da NATO nem mesmo no contexto da Política europeia de segurança comum nos termos previstos no Tratado de Maastricht.

Neste sentido rejeitamos a concepção meramente intelectualizada de uma **centralidade atlântica de valor intrínseco** que não tem em conta o complexo sistema de inter-relações possíveis no qual esta se insere, assim como também rejeitamos uma concepção miserabilista de uma ultraperifericidade situacional, onde apenas se pretende níveis elevados de assistência económica e de defesa da especificidade como factor de isolamento face ao exterior.

Os Açores projectam a Europa para o Atlântico e por isso, apesar de muito receberem também dão ao espaço europeu.

Por isso, a política de cooperação externa do **V Governo Regional** dos Açores assenta nos seguintes vectores:

- 1.º - Defesa dos interesses da Região no quadro da renegociação dos Tratados e Acordos Internacionais que envolvem directamente os Açores;**
- 2.º - Valorização do espaço regional, enquanto área potencial de prestação de serviços nos domínios do transporte aéreo e marítimo, do turismo, das comunicações e telecomunicações e dos acessos aos recursos do mar no quadro do Espaço Económico Europeu;**
- 3.º - Defesa da especificidade regional enquanto factor de igualdade de oportunidades aos operadores económicos regionais de modulação da aplicação das Directivas e Regulamentos comunitários à realidade insular,**

**tendo em vista uma correcta inserção no contexto do Mercado Interno e da União Económica e Monetária;**

**4.º - Valorização da cooperação com regiões insulares atlânticas (Açores, Madeira e também com todas as regiões ultraperiféricas da Europa, visando apresentar em comum à comunidade programas de cooperação em áreas de interesse específico insular), designadamente na área dos Transportes, Turismo, Ambiente, Novas Tecnologias e Formação Profissional.**

Aliás, a Região já participa em vários programas de cooperação inter-regional ao abrigo do artigo 10º-B do regulamento FEDER, programa RECITE no domínio da energia (ECOWATT), informação e estatística (EURISLES), sistemas administrativos insulares, ciência e tecnologia, e transportes (ARCANTEL) e da inter-relação das nossas marinas e portos de recreio, com os portos de recreio do arco atlântico.

É vector fundamental da política de cooperação externa, o reforço da participação e a contínua participação na Assembleia das Regiões da Europa, da Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

De facto, está em causa, sobretudo, a constituição duma política europeia para as ilhas. E isto implica a nossa inserção correcta no espaço europeu.

Também, o reforço dos laços económicos, culturais e políticos com as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo é algo de muito importante, tendo em vista potenciar o real valor destas no quadro da constituição de redes exteriores de influência política, económica e cultural.

A política de cooperação externa valoriza assim a universalidade da cultura açoriana portuguesa no contexto de uma verdadeira comunidade atlântica que deve no quadro europeu e internacional afirmar a sua identidade e a sua especificidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A política de cooperação externa desenvolver-se-á, num quadro em que os principais "dossiers" são os seguintes:

**- Concretização do Mercado Interno;**

- **União Económica e Monetária e políticas de coesão social a ela inerente;**
- **Desenvolvimento da União Política Europeia;**
- **Relações Externas da Comunidade.**

No âmbito do mercado interno, a concretização a partir do dia 1 de Janeiro, das principais medidas no livro da Comissão, lança um importante conjunto de desafios à sociedade e à economia açorianas.

Salienta-se a este propósito:

- **A abolição das fronteiras internas da comunidade e o aumento da concorrência nos mercados de bens, serviços e capitais, tanto públicos como privados, assim como a mobilidade dos recursos humanos:**
- **A inserção da Região no contexto das redes transeuropeias de transportes, comunicações, compensação reivindicada nos dois programas eleitorais em confronto, está contemplada no próprio Tratado de Maastricht, ao afirmar a necessidade da ligação das regiões insulares às redes transeuropeias de transportes e, energia. Mas no caso desta, não sendo possível uma ligação à rede europeia, torna-se necessário continuar com a política de compensação às regiões ultraperiféricas neste domínio.**

Assume neste contexto especial importância o volume e o impacto financeiro na Região das políticas europeias de **Coesão Económica e Social** onde se salientam

- **A aprovação do Pacote Delors II** nos termos propostos pela Comissão ou em termos semelhantes permitindo o desenvolvimento a partir de 1/1/94 de um **novo Quadro Comunitário de Apoio** a Portugal e à R.A.A. que responda aos desafios do Mercado Único bem como aos desafios da União Económica e Monetária. Saliento aqui, que o quadro comunitário de apoio em vigor, terminará no final de 93, pelo que não há hiato nenhum entre os dois quadros comunitários.

A instituição na sequência da rectificação do Tratado de Maastricht, do Fundo de Coesão, também será um importante instrumento que permite à Região apresentar programas e projectos, no domínio da protecção do ambiente e no domínio dos transportes.

- **O desenvolvimento de uma política de cooperação inter-regional** que permita reforçar os mecanismos de formação profissional, transferência de tecnologia e alargamento de mercados, com cooperação de regiões mais avançadas no espaço continental europeu.

No domínio do "dossier" da União Económica e Monetária, o impacto das medidas previstas será o de exigir um profundo rigor no Orçamento e nas Despesas Públicas tendo em vista combater a inflação, objectivo anunciado no Tratado de Maastricht como essencial para um crescimento sustentável da economia europeia e da economia dos vários países membros, dando corpo, aliás, à nova redacção do artigo 2º do Tratado de Roma, que revisto pelos Acordos de Maastricht, diz o seguinte:

"Na comunidade ir-se-á promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista, que respeite o ambiente, um alto grau de **convergência** dos comportamentos das economias e de protecção social, o aumento do nível de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os **Estados Membros**".

Assim, num quadro internacional marcado por sintomas de fraco crescimento económico e no quadro do programa de convergência apresentado por Portugal à Comunidade Europeia, a política de cooperação externa deverá pautar-se pelo **realismo** e pelo **bom senso** tendo em vista minimizar efeitos redutores do crescimento económico numa **Região** desde já marcada pela sua insularidade e ultraperifericidade que lhe impõem especiais dificuldades em termos de crescimento económico.

### **1.ª etapa da União Económica e Monetária:**

**Assim, a União Económica e Monetária** que é constituída por fases, irá, impôr a partir de 1994, na sua 2.ª etapa, alguns constrangimentos ao desenvolvimento da política financeira e monetária do Estado Português.

- A segunda etapa (fase) terá lugar a partir de 1/1/94.

- No decurso da segunda etapa da UME os EMS deverão evitar os déficits excessivos das finanças públicas. Paralelamente será proibido o financiamento



monetário destes déficits e também o acesso privilegiado dos poderes públicos ao mercado de capitais bem como nenhum estado Membro ou a Comunidade poderá auxiliar um Estado em dificuldades.

Considera-se, segundo um Protocolo anexo ao Tratado, déficits excessivos quando a relação déficit (PIB) é superior a 3% e a dívida pública é excessiva e quando esta é superior a 60% do PIB.

A partir de 94 até 96, desenvolve-se toda uma política de convergência económica essencialmente penalizadora da despesa pela despesa.

- A 3.<sup>a</sup> etapa terá início em 1996 que conduzirá à criação de uma moeda única.

Ora, os Açores terão de perspectivar a sua política de cooperação externa e de inserção na Europa, tendo em conta essas grandes metas que estão constantes no tratado e nos Acordos de Maastricht. Também neste tratado, existe uma alínea especial relativamente ao desenvolvimento da união política e dentro deste contexto, aparece o **Comité das Regiões**, como algo de muito importante para que a Região manifeste, com clareza e com vigor, as suas apostas para o seu desenvolvimento, dando parecer às políticas comunitárias tanto nos domínios do desenvolvimento regional, como nos domínios que dizem directamente respeito às Regiões insulares.

Por outro lado, o desenvolvimento na comunidade de uma política de defesa e segurança comum valoriza o papel de Portugal na estruturação de verdadeira política atlântica de segurança potenciando o valor geo-estratégico dos Açores face aos focos de instabilidade existentes tanto no flanco sul do atlântico bem como no Atlântico oriental.

Também dever-se-á ter em conta as Relações Externas da Comunidade e a sua inserção no espaço mundial.

Chamo particularmente a atenção para o impacto da assinatura do GATT e dos novos Sistemas de Preferências Generalizadas da Comunidade em termos comerciais.

Assume relevância, neste domínio, a forma como a nova estruturação de espaços económicos, tanto ao nível da Europa como ao nível da América, ir-se-ão desenvolver nos próximos tempos.

Como medidas de acção, directamente aplicáveis na Região, a política de cooperação externa irá desenvolver os seguintes pontos:

Reforço dos mecanismos de coordenação regional e participação activa nas estruturas nacionais e comunitárias, acções no domínio da informação/formação em assuntos comunitários mantendo a tradição de fazer dos Açores um centro de reflexão sobre matérias de natureza comunitária e no estreitamento do relacionamento do Governo com a Assembleia Legislativa Regional através das Comissões.

Termino a minha intervenção com o seguinte apelo;

Espero que os açorianos **unidos**, defendendo com vigor os seus interesses, possam vencer na Europa Comunitária.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Foi com agrado que ouvi a intervenção do Sr. Subsecretário da Cooperação Externa. Contudo, gostaria de pedir um esclarecimento para a contradição evidente no seu discurso, com afirmações anteriormente (ontem) proferidas, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Passo a citar. V. Ex.<sup>a</sup> disse hoje que "se prevê a aprovação do pacote Delors II, no início de 1993".

Ontem, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento disse, e passo a citar, "... já que é hoje um dado adquirido que as expectativas e o optimismo gerado em torno do Novo Quadro Comunitário de Apoio e do Fundo de Coesão, estão bastante mais arrefecidas".

Segundo o Financial Times de 17 de Dezembro, mais do que arrefecidas, nós diríamos que estão **geladas**. Porque, de facto, a posição que vem do Conselho, é

que os oito Membros que são financiadores, neste momento, apresentam uma posição contra. Só os Estados que vão beneficiar, nomeadamente a Irlanda, a Espanha, Portugal e Grécia, estão solidários com o apoio à rápida implementação do Pacote Delors II.

Eu pedia um esclarecimento para esta contradição.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para pedir esclarecimentos.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário da Cooperação Externa:

Na sua intervenção, V. Ex.<sup>a</sup> referiu o impacto e o interesse positivo que poderá ter para os transportes, a nível dos Açores, a implementação da rede transeuropeia. De resto, no vosso Programa do Governo, e como disse na Tribuna, essa é uma preocupação comum aos dois principais partidos, em termos quantitativos, representados nesta Assembleia. No vosso Programa do Governo vem citado qual o artigo do próprio Tratado de Maastricht que se debruça sobre esse aspecto.

A pergunta que eu queria deixar-lhe, neste momento, é a seguinte:

- No âmbito do seu conhecimento sobre a matéria - penso que é uma pessoa abalizada no assunto - gostaria que informasse a Câmara para quando prevê, e qual é a fase de negociações, dos reflexos imediatos e importantíssimos que advirão da extensão da rede transeuropeia às zonas ultraperiféricas da CEE e para quando prevê e quais os benefícios imediatos da extensão à RAA, dos princípios consagrados, nomeadamente no Tratado de Maastricht, neste artigo 129.º?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa, para prestar esclarecimentos.

**Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à primeira questão que me foi colocada, eu penso que é uma falsa pergunta, porque eu não afirmei que o Pacote iria ser aprovado no princípio de 1992, nem podia.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** 1993.

**O Orador:** Eu não disse que era em 1993.

O que eu afirmei, e volto a reafirmar é que o Pacote Delors II está em discussão, estava prevista - aquando da Presidência Portuguesa - a sua aprovação no Conselho Europeu de Edimburgo, no final deste ano.

As dificuldades que se estão a verificar, em termos da aprovação do mesmo, neste momento, foram ontem referidas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e eu estou plenamente de acordo.

Há dificuldades, relativamente à aplicação de algumas disposições do Pacote Delors II, mas chamo também a atenção para o facto de que a salvaguarda de determinados pontos, em relação à primeira proposta, no que diz respeito às regiões ultraperiféricas, no texto inicial, é preocupação da Comissão que estas regiões não venham a ser prejudicadas no âmbito da aplicação do próprio Pacote Delors II. E chamo também a atenção para algumas declarações já proferidas pelo Presidente Jacques Delors, a esse respeito. Refere que o sacrifício não pode acontecer nas políticas de coesão, se não houver aumento dos recursos globais financeiros da Comunidade.

Quanto à questão das redes transeuropeias de transportes, estas são um dossier que nos últimos anos tem vindo a ser debatido no seio da Comunidade com muito interesse e esteve na base, inclusivamente, da proposta do Fundo de Coesão no âmbito do Tratado de Maastricht.

A sua aplicação directa poderá vir a verificar-se em termos de programação, na interligação dos quadros comunitários de apoio, a partir de 1 de Janeiro. De qualquer modo, a legislação está a ser preparada até essa data, relativamente à consideração do interesse europeu - e neste momento está em discussão no Conselho - dos portos, aeroportos que irão constituir os pontos e os núcleos fundamentais dessas redes. E o nosso compromisso é incluir nessas mesmas redes, os portos e aeroportos fundamentais dos Açores, para que sejam considerados como pontos de ligação entre a Europa e a nossa Região. O que permite conceber o espaço europeu, não apenas na sua vertente continental, cuja grande preocupação - como se sabe - são os comboios de alta velocidade e os

problemas de ligação entre as principais cidades, mas também considerar a vertente da ligação insular, que como é referido na própria alínea do Tratado, é para nós fundamental.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pedir mais esclarecimentos porque, e cito, o Subsecretário Regional da Cooperação Externa disse, textualmente: "Não haverá hiato nenhum nos quadros comunitários de apoio".

Neste momento, está-se também a negociar o orçamento comunitário para o próximo ano. Foram produzidas declarações por responsáveis, nomeadamente por Sir John Cope, o responsável pelas questões orçamentais britânicas, de que se está em risco de não se chegar a acordo, inclusivé sobre o orçamento do próximo ano, podendo, eventualmente, entrar-se em esquemas já previstos em situações semelhantes.

Neste momento, também não é tão claro como o Sr. Subsecretário pretender dar a entender, que de facto não haverá hiato algum.

Eu volto a insistir aqui, na definição duma posição clara, porque a questão do financiamento europeu, foi aqui reconhecida como importante para o próximo período de governação deste V Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de afirmar que realmente não vejo nenhuma contradição entre as minhas afirmações e as do Dr. Lalanda Gonçalves. E aquilo que o Sr. Deputado Fernando Lopes acabou de referir, também não tem - sob o ponto de vista técnico - grande fundamento. Porque mesmo que não haja consenso,

relativamente ao orçamento, a Região e a CEE não vão deixar de ter o seu. O que entra é o mecanismo previsto dos duodécimos. Por conseguinte, não vai haver hiato. Vai continuar a haver um orçamento.

Neste caso, é importante referir o Novo Quadro Comunitário de Apoio que passa a ser o actual Quadro Comunitário de Apoio.

**Presidente:** Srs. Deputados, nós chegámos à hora de interromper os nossos trabalhos para almoço. Vamos suspendê-los e retomá-los-emos às 15.00 horas. Estão interrompidos os nossos trabalhos.

*(Eram 13.00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares.

*(Eram 15.15 horas)*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Martins para uma intervenção.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Apurados os resultados eleitorais de 11 de Outubro, verificados os poderes dos deputados eleitos, aberta solenemente esta Assembleia Legislativa, segue-se estatutária e regimentalmente a discussão do programa do Governo, do V Governo Regional dos Açores.

Temos, entre mãos, em nossa opinião, um programa claro e arrojado, que aposta, na mudança e na inovação, na afirmação da identidade açoriana, na participação da construção europeia, no esforço da procura de novas formas de solidariedade nacional, no desenvolvimento da cooperação inter-regional, na valorização das comunidades açorianos.

- Projectar os Açores
- Acreditar nos Açorianos
- Abrir novos horizontes

- Viver com qualidade
- Construir novas solidariedades

São rumos e metas que o programa do V Governo privilegia e, estou certo, serão conseguidas e implementadas com sucesso.

No entanto, até terminar o debate, dos lados da oposição, vêm protestos, tomadas de posição antagónicas. Surgem as mesmas dúvidas e o usual cepticismo, os habituais discursos inflamados e inflacionados de desencanto e miserabilismo, as frequentes afirmações derrotistas de quem não quer ver, porque quer continuar incrédulo. Vão ressuscitar velhas querelas, vão tentar por último, como se isso fosse possível, querer convencer aqui, o eleitorado, que não conseguiram conquistar em 11 de Outubro.

É este o cenário que na realidade a oposição nos habituou.

Assistimos à apresentação de intervenções onde a primeira e única preocupação que os senhores deputados da oposição tiveram, foi encher a boca de palavras, algumas nem sequer bonitas e lamentar...

Lamentam hoje, tal qual fizeram ontem e parece que vão querer continuar a fazê-lo no futuro. Digamos que é a estratégia da oposição que, teimosa e decididamente não aprende nada, com as derrotas consecutivas que vem apanhando à boca das urnas.

É obvio que, nem o Governo Regional, nem o Grupo Parlamentar do PSD, estavam à espera que a oposição viesse aqui, evidenciar as virtudes do programa do Governo. Para isto estamos cá nós. Dispostos a fazê-lo com convicção e sem qualquer favor. Esperávamos, isso sim, era que criticando como impõem as próprias regras da democracia, a oposição o fizesse, apresentando alternativas. A este propósito, constatamos que dos lados da oposição, quanto a inovações, é o vazio, o habitual deserto de ideias.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Muitas são as áreas sectoriais do programa do Governo que gostaríamos de realçar, mas limitações de tempo, obriga-nos a optar e a destacar, os propósitos de execução de uma política de acção social de combate à pobreza.

Pensamos que actuar sobre as causas do fenómeno da pobreza, requer um estudo aprofundado dessas realidades que surgem aos nossos olhos, muitas vezes, sob uma forma puramente aparente.

É necessário, antes de mais, uma actuação "in-loco" procurando comprometer os próprios visados, trabalhando "com os pobres" e não somente "para os pobres", correndo o risco, se assim for, das medidas preconizadas não terem aplicabilidade.

Face à preocupação da Coesão Social constante do programa do Governo em análise, as políticas estruturais comunitárias são um factor preponderante na erradicação da pobreza de certas zonas. Os fundos comunitários devem dirigir-se para acções de carácter global que criem condições duradouras, contribuindo para a mudança de certas estruturas que, tal como se encontram, serão geradoras de fenómenos de exclusão social.

Se tivermos em conta os parâmetros de desenvolvimento apontados para um verdadeiro equilíbrio entre os países que constituem a Comunidade Europeia, os fundos estruturais aplicados estão longe de serem suficientes, havendo que reforçá-los no sentido de:

- Diminuir as assimetrias regionais, através das múltiplas acções como sejam as melhorias das vias de comunicação e de transporte;.
- Investir na melhoria do ambiente e do asseio das freguesias rurais, com dificuldades em meios humanos e económicos para fazer a manutenção e limpeza das vias e dos recintos públicos.;
- Evitar as migrações em direcção aos centros urbanos e conseqüentemente a desertificação rural, - dotar de condições de fixação através da revitalização dos sectores económicos locais, criando novos postos de trabalho, com o máximo de aproveitamento dos recursos endógenos;
- Criar medidas de formação profissional, com vista à reintegração de certos grupos sociais, designadamente ex-reclusos, deficientes, mulheres, etc., apoiando os respectivos agregados familiares dos mesmos.



- Incentivar o associativismo e o espírito de participação com vista à assunção, pelos próprios, de medidas de resolução dos seus problemas, constituindo assim a ideia de comunidade e auto-confiança.

Reforçar a autoridade acompanhando este reforço com acções directas com vista a combater o absentismo escolar e promover a segurança das pessoas e bens;

Adopção de medidas que facilitem o acesso a necessidades básicas de conforto, nomeadamente à habitação dita social, promovendo acções facilitadoras de aquisição e restauração do parque habitacional degradado;

Estabelecer condições que possibilitem a deslocação e conseqüente fixação de agregados familiares de ilhas mais populares, para as ilhas mais pequenas, em regime de voluntariado, facilitando-se a necessária reintegração.

Aplicação de mecanismos de protecção social, criando medidas e estruturas de apoio que visem combater o alcoolismo, a droga e a prostituição..

Acreditando que o Governo, ao longo dos últimos anos, tem mostrado muita sensibilidade, está sensível para as questões referidas, como aliás tem vindo paulatinamente e com sucesso a intervir nestas áreas, termino com a esperança que o V Governo Regional dos Açores vai conseguir minimizar muitos destes obstáculos.

Disse.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra para?

**Deputado Manuel Serpa (PS):** É para pedir esclarecimentos Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se eu bem percebi, o Sr. Deputado Artur Martins disse no seu discurso que havia "assimetrias regionais".

Eu gostaria que explicasse quais são essas assimetrias.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para responder.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Assimetrias regionais são, por exemplo, na sua Ilha do Pico, não haver nenhum caminho de terra. E se for a S. Miguel, a maioria dos caminhos rurais ainda são de terra. Essa pode ser uma assimetria regional.

*(Risos da bancada do PS)*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Ficámos esclarecidos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma intervenção.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No exercício dos seus poderes, esta Assembleia inicia os seus trabalhos, nesta sessão legislativa, discutindo o Programa do V Governo da Região Autónoma dos Açores. Reafirma-se assim mais uma vez que o Governo Regional é politicamente responsável perante a Assembleia Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** Isso já se sabia!

**O Orador:** Esta responsabilidade política deriva do exercício da representação e da vontade popular expressa em eleições e exercida conjuntamente por todos os membros da Assembleia, maioria e minoria, situação e oposição.

Queremos começar por felicitar o Governo por trazer a esta Assembleia um programa que pouco difere do que apresentou durante a campanha eleitoral.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** É mentira!

**O Orador:** Tendo-se furtado ao debate eleitoral deste programa nos órgãos de comunicação social, esperamos agora que a ocasião seja propícia a esclarecer algumas das questões levantadas pela opinião pública e pelos parceiros sociais.

Propõe-se o V Governo Regional nas grandes opções deste programa, classificadas de modelo de opções estratégicas:

- Afirmar os Açores na Europa e no Mundo;
- Apostar no dinamismo e na capacidade de resposta dos Açorianos;
- Melhorar a qualidade de vida e o ambiente;
- Fortalecer a sociedade civil;
- Responder aos desafios dum mundo em mudança.

O cerne da política económica do V Governo está centrado na orientação "Apostar no dinamismo e na capacidade de resposta dos Açorianos" que é no seu conteúdo a versão regionalista da orientação do Governo da República".

"Fortalecer a competitividade e o movimento de internacionalização da economia"

Como economia(s) aberta(s), a economia Portuguesa e Açoriana, têm o seu crescimento balizado por factores de ordem estrutural interna e pelo crescimento das economias envolventes. A dependência da Economia Açoriana do ritmo de crescimento da Economia Portuguesa e das transferências financeiras estabelece o enquadramento no qual o programa e a política económica de qualquer Governo da Região Autónoma dos Açores se deve situar.

No programa agora apresentado não se apontam metas de crescimento para os próximos quatro anos. Sabemos, todavia, que a economia Portuguesa desacelerou para um crescimento anual de 2% em 1992 sem sinais de retoma durante 1993. Se se mantiver a relação histórica prevemos que o PIB regional cresça no máximo 1,8% nos próximos dois anos.

Não se definindo neste programa objectivos de crescimento também se deixa no vazio as necessidades de financiamento externo, seja por transferências unilaterais ou por recurso ao empréstimo bancário. A política orçamental, instrumento principal de política económica do Governo Regional, preconizada para o próximo quadriénio dará especial atenção ao nível das receitas como factor de condicionamento para uma política orçamental prudente" (citei). Não é feita nenhuma análise do risco e da incerteza que envolvem as transferências

financeiras comunitárias, do Orçamento nacional e das Bases das Lajes e Flores. Sabendo-se que as transferências representam mais de 1/4 do produto e que as que dizem respeito às bases das Lajes e Flores terminam em 1993, consideramos inadequada esta ligeireza do programa eleitoral do V Governo.

*(Risos do Presidente do Governo Regional)*

**O Orador:** O controlo das despesas correntes e o equilíbrio orçamental são, segundo este programa, uma necessidade. Contudo, se ao défice orçamental de 6 a 7 milhões de contos verificado nos últimos quatro anos, se somar as receitas das bases (40 milhões de \$US e 0,5 milhões de contos) teremos a breve trecho uma duplicação do défice global. A necessidade de financiar um défice de 12 milhões de contos é pura e simplesmente escamoteada com um ligeiro comentário sobre o controlo da dívida pública e do rácio dívida/PIB.

Conforte-se o cidadão/eleitor que a dívida só representa, segundo o BCA, 28% do PIB, e que portanto podemos alegremente harmonizar até aos níveis europeus de 60% do PIB. Do anterior e do actual Secretário ainda não ouvimos posição definitiva sobre o assunto, pensamos que será o momento e o lugar propício.

Permitir-me-ia chamar a atenção aqui, para a correcta definição da dívida pública, tal qual vem definida no Tratado da União Europeia, do qual, recomendo viva leitura. Também permito-me chamar a atenção, para o facto de que se diz nesse Tratado que 60% é o limiar, perante o qual, as entidades comunitárias, nomeadamente a Comissão, se reservam o poder e o direito de intervir através de inquérito ao que se passa no Estado-Membro, através das recomendações e estas podem chegar, inclusivamente, a convidar o Banco Europeu de Investimentos a reconsiderar a sua política de empréstimos, em relação ao Estado Membro em causa.

Com base nas últimas contas da Região publicadas, referentes a 1991, e com base nos défices orçamentais previstos, um simples exercício aritmético prova

que a dívida atinge actualmente um mínimo de 52 milhões de contos, ou seja, 35% do PIB.

Gostaria de ouvir o Sr. Secretário apresentar as suas projecções sobre a evolução da dívida nos próximos quatro anos, porque os eleitores não se contentam com objectivos vagos.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*):  
Nem tinham!

**O Orador:** Navegar à vista em política orçamental tem custos elevados, sobretudo quando não se apontam propostas dum quadro financeiro seguro.

Projecções de evolução da dívida dos declarados (declarados pelo BCA) 28% do PIB, adoptando como orientação a manutenção do actual défice primário, apontam para um rácio dívida/PIB de 45% no final do mandato do V Governo. Caso o V Governo queira manter o nível da dívida nos 28% do PIB, terá de reduzir a despesa em 6.9 milhões de contos. Quais são as medidas preconizadas por este Governo para alcançar esta meta de controlo da dívida? Se admitirmos como hipótese válida, confirmada nesta Assembleia pelo Sr. Presidente do Governo que as receitas das Bases das Lajes e das Flores não serão arrecadadas na próxima legislatura, então o défice primário duplicará no primeiro ano de mandato deste V Governo. Até ao fim desta legislatura este V Governo cometerá a proeza de conseguir a harmonização do rácio dívida/PIB com os níveis ditos europeus. Nesse caso, a estabilização do rácio dívida/PIB em 54% exigirá uma redução da despesa de 8 milhões de contos.

Senhor Secretário: Qual é o financiamento necessário para atingir o objectivo de orçamento equilibrado enunciado neste Programa do Governo?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O "Açoriano Oriental" revelou citando "fontes fiáveis" que o atraso nos pagamentos do Governo Regional se aproximam dos 12 milhões de contos. Requeremos aqui que seja produzida prova refutando esta notícia.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): O que é que isso tem a ver?

**O Orador:** Estes atrasos de pagamentos criam dificuldades financeiras e de tesouraria ao empresariado regional. É esse mesmo empresariado que através desta Câmara de Comércio e Indústria dos Açores se declara preocupado com a desarticulação da Secretaria da Economia e a pulverização das suas competências. É o próprio Presidente da Câmara do Comércio, que eu ouvi há pouco dizer que não conhecia o Programa deste Governo, porque não lhe tinha sido disponibilizado um exemplar.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Ele próprio participou nele!

**O Orador:** Esta política é a continuação da indefinição que de 1988 a 1992 levou três Secretários à Secretaria Regional da Economia esvaziando-a de competências e transferindo-as para o IIPA. A conclusão desta política é a desarticulação do que resta da Secretaria da Economia.

A confusão generaliza-se com a criação de três entidades promotoras de investimento e da modernização, o IIPA, a CDR e agora o BIC (Business Innovation Center). O Sr. Presidente do Governo anunciou aqui que os sistemas de incentivos terão de ser mais selectivos e que privilegia o diálogo com os empresários como forma de gerir o impacto económico e social dos ajustamentos necessários. Também já foi aqui dito, que se propõe a transferência da promoção do investimento para a iniciativa privada, sugestão feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento. Afinal... em que é que ficamos?

Reconhece este programa que o Mercado Único e a União Económica e Monetária colocam as empresas Açorianas perante a necessidade de modernização para obter ganhos de produtividade? Aqui preconiza-se um programa específico que articule a política fiscal e a política de transportes e comunicações. Um POSEIMA para a indústria.

Sabendo por experiência feita que o actual programa demorou três anos a negociar, entrando em vigor no fim do mandato do IV Governo, é de prever que em caso de sucesso o POSEIMA - Indústria só entraria em execução no último

ano deste Governo. Entretanto quais as medidas de política que se propõe executar nos três primeiros anos de mandato?

As opções sectoriais de política económica colocam em primeiro lugar o desenvolvimento do turismo seguido pela agricultura e finalmente os serviços de apoio às actividades empresariais. Esta hierarquia está claramente desajustada do peso destes sectores económicos na economia real. Pergunta-se se a este ordenamento corresponde uma hierarquia de afectação de recursos?

Qual é o ritmo de crescimento projectado para o sector do turismo? Quais os mercados que se pretende atingir? A maioria da procura turística provém do mercado continental de segmentos tradicionais.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Eugénio Leal*): Ainda bem!

**O Orador:** Como se propõe este Governo fazer uma reorientação para segmentos de turismo de qualidade? O passado recente produziu dois elefantes brancos, os hotéis dos franceses, devido à desarticulação entre a política de turismo e de transporte. Como se propõe este Governo resolver esse problema? Sabendo que as indústrias agro-alimentares são as que maior contributo dão em termos de valor acrescentado e exportações qual é o seu posicionamento nesta hierarquia sectorial?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início dos anos 60 acreditava-se que o modelo de desenvolvimento baseado na transferência de capitais e de tecnologia permitiria uma aceleração do desenvolvimento e obter a termo a convergência real entre as economias regionais. Aqui ensaiou-se uma versão mutilada desse modelo injectando dinheiro das transferências da Base das Lajes, do Orçamento e agora da CEE. Esqueceram-se da tecnologia e da iniciativa privada local, enfim, esqueceram-se do desenvolvimento. Depois da década de 60 o Banco Mundial reconhece nos seus relatórios que a experiência falhou. Falhou nos Açores assim como em outras regiões. As sociedades desenvolvem-se se adoptarem internamente políticas de mobilização dos seus recursos endógenos. O melhor capital duma região são os seus cidadãos.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Nós dizemos isso!

**O Orador:** Criar condições para que a iniciativa privada regional e nacional crie novos empreendimentos, atrair investimentos novos de raiz, faz-se com vontade política. A indefinição da política de privatizações, o crescente endividamento do Governo Regional não permitem a criação dum clima de confiança económica no futuro. Este V Governo iniciou os seus primeiros passos com um acto que aumentou a insegurança do empresariado açoriano. Este Governo entrou com o pé errado ao desmantelar a Secretaria Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Espero que por palavras e, sobretudo, por actos o V Governo da Região Autónoma dos Açores venha corrigir o que nasceu torto.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento pede a palavra para?

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para corrigir algumas afirmações menos correctas do Sr. Deputado Fernando Lopes. E são afirmações...

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)*



**O Orador:** Quando o Sr. falou eu não o interrompi. O Sr. ainda não parou de falar, desde que chegou a esta Câmara. Eu acho que o Sr. vai-se calar e não vai levar muito tempo.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Isso é alguma ameaça?!

**O Orador:** Não, é apenas conversa. Só que ele tem que se calar como os outros também se calam, mais nada.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Eu tenho direito aos apartes!

**O Orador:** O Sr. Deputado Fernando Lopes afirmou aqui que o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dizia que desconhecia o Programa do Governo. Não é verdade. Isso é mentira!

O que ele disse há pouco, vou ler-lhe, está registado e o Sr. Deputado pode consultar, foi que - e cito - "A Câmara do Comércio dos Açores desconhece ainda, as propostas do Governo para o Plano do próximo ano".

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Responda às perguntas.

**O Orador:** É verdade, pois realmente ele não conhece as propostas do Plano do próximo ano.

Quanto à questão do Programa do Governo, a forma mais cabal para desmontar isso que foi dito, eu recuso-me a fazê-lo aqui, mas o Sr. Deputado pode perguntar-lhe, pessoalmente, se ele conhece ou não, o Programa do Governo.

O Programa foi-lhe entregue pelo Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa e eu tenho o Prof. Monteiro da Silva como sendo um homem de palavra e ele pode confirmar-lhe isso.

Relativamente a outro assunto produzido nesta Câmara, e que não corresponde, minimamente, à realidade, diz respeito ao facto de não se referir no Programa do Governo, que a quebra da receita da Base das Lajes, constituiu um constrangimento à política orçamental.

Na página 34 do Programa do Governo, pode ler-se o seguinte:

"A política orçamental preconizada para o próximo quadriénio dará especial atenção ao nível das receitas como factor condicionante para uma política orçamental prudente. O impacto das negociações sobre a Base das Lajes e sobre a Base das Flores será analisado à luz da evolução previsível dos fluxos financeiros comunitários, das transferências do Estado e do nível das receitas regionais. Uma correcta adequação das despesas às receitas será prosseguida".

Outro aspecto que foi aqui referido, prende-se com a dívida pública regional e é aquela que vem no relatório de contas e que é aprovada. E como sabe, nós já a fizemos publicar no Diário da República, ou seja, a Conta referente ao terceiro trimestre de 1992. E a dívida pública no terceiro trimestre era de 37.840.783.851\$65. Por conseguinte, é por essa que nós nos responsabilizamos e é perante essa que nós prestamos contas.

Finalmente, quanto às naturezas quantificadas e às metas a atingir, como o Sr. Deputado sabe, nós estamos a discutir o Programa do Governo que é um programa de grandes orientações estratégicas, com as medidas concretas e específicas. Um programa é sempre um negociar de fins e objectivos. Em relação às metas concretas e ao desenvolvimento das medidas a adoptar, estas têm perfeito cabimento na política orçamental e na apresentação do plano a curto, médio e longo prazo.

Muito obrigado.

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Ele não sabe distinguir isso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para pedir esclarecimentos.

**Deputado Ricardo Barros** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário das Finanças e Planeamento se o Governo Regional, por acaso, conhece o Plano de Desactivação da Base das Lajes, que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Embaixador dos Estados Unidos da América acabou de entregar ao Governo da República.

Se conhece esse Plano, gostaria que me informasse, e também a Câmara, se sabe qual foi a resposta do Sr. Ministro da Defesa dada ao Sr. Embaixador?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para responder.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não conheço isso. Mas o que eu sei é que, quando debatemos no ano passado a proposta de Plano e do Orçamento, a posição - que foi tomada por esta Câmara, relativamente às medidas correctivas do Orçamento para 1992 - estava lá inscrita uma verba para a Base das Lajes e a mesma não foi em nada rectificada. E as medidas que foram introduzidas, foi tendo em conta e em consideração essa receita que lá estava consagrada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, é o próprio documento, são as próprias contas da Região de 1991, que saíram exactamente da Secretaria que o Sr. Secretário dirige, que dizem que em 1991, a dívida da Região é de 47 milhões de contos. A não ser que durante o corrente ano, o Sr. Secretário tenha conseguido pagar a mesma. O que eu gostaria que me esclarecesse, é como é que chegou aos números que agora apresentou.

Vou também repetir o pedido de esclarecimento feito. Ou seja, mesmo admitindo como certos os números que actualmente citou, não me respondeu à pergunta de qual é a projecção de dívida para a duração deste mandato.

Também não respondeu em relação às medidas preconizadas por este Governo, para alcançar esta meta de controlo da dívida.

Eu não me refiro, em abstracto, a uma qualquer dívida ou a um qualquer montante a poupar. Eu refiro-me, exactamente, a 6,9 milhões de contos. Não se resolve isso, mandando apagar as luzes! Resolve-se com medidas muito mais eficazes do que essas.

Tenho dito.

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de referir que, mais uma vez, o Sr. Deputado Fernando Lopes confunde dois conceitos. Ele que é um economista, mas suponho que deve ser economia agrária, é também professor da Universidade.

O Sr. Deputado confunde o "stock" bruto de capital da dívida pública, com a dívida pública líquida. Esse valor que refere, é o valor bruto da dívida.

Depois existem as amortizações que são feitas em encargos correntes da dívida e a parte referente às amortizações de capital que vêm devidamente escrituradas nesse documento que está na rubrica de "Despesas de Capital". E, por conseguinte, deduz-se à rubrica 1.3.9., ou seja, a parte referente aos empréstimos e dá este valor que eu estou a dizer-lhe.

Por outro lado, em relação à projecção da dívida para os próximos 4 anos, eu queria anunciar à Câmara que o Sr. Presidente do Governo entendeu, e bem, que no próximo quadriénio, o nosso cenário orçamental fosse construído com base numa aproximação, tanto quanto possível, correcta das receitas e das despesas, razão por que nós, oportunamente, iremos apresentar a esta Casa, medidas concretas para que o próximo plano a médio prazo e o próximo orçamento reflectam, objectivamente, essas densidades de financiamento.

Como o Sr. Deputado sabe, nós temos bastantes fontes de financiamento externo, algumas delas prendem-se com os acordos internacionais, os fundos comunitários, os empréstimos e outros tipos de ajuda à Região.

Em relação ao Quadro Comunitário de Apoio, existe um clima gelado, e só quando virmos luz ao fim do túnel, e essa luz for suficientemente clara, é que vamos avançar para um cenário de hipotético desenho de financiamento da economia açoriana.

Já lhe posso dizer que temos vários cenários, temos várias hipóteses de trabalho já feitas e concluídas. Mas essas que estão aqui, só serão feitas depois de sabermos, realmente, o que é que se vai passar com o Pacote Delors II.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra, naturalmente para pedir mais um esclarecimento.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não me foi dada resposta a outra pergunta que já vem sendo feita, também, por um órgão tão respeitável como é o Tribunal de Contas. Eu afirmei aqui, citando o "Açoriano Oriental", que haveriam dívidas de 12 milhões de contos, aos fornecedores do Governo.

Eu gostaria de ver refutada esta notícia, porque é uma notícia que intranquiliza o sector económico e que tem reflexos negativos. E eu penso que não é do interesse da Região, nem do Governo, nem da economia regional, manter esta incerteza.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O orçamento consolidado da RAA, com as contas de ordem deste ano, ultrapassa os 120 milhões de contos. Houve, de facto, perturbações nas fontes de financiamento, existem alguns problemas que estamos a tentar extinguir. A nossa despesa autorizada este ano, e paga em termos de despesas do plano, ultrapassa os 4 milhões de contos. Nós hoje (este mês) vamos pagar de ordenado ao funcionalismo público 4,8 milhões de contos, a tempo e horas. Isso significa que existem alguns problemas, como existem em todas as instituições e em todo o mundo. Mas não confirmo essa verba dos 12 milhões de contos.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo tinha pedido a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, é para dar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para um esclarecimento.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Lopes, pois penso que não percebeu que estamos aqui nesta Câmara a discutir ou a debater o Programa do V Governo Regional.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Tu é que não percebeste!

**O Orador:** E não percebeu, porque trouxe-nos alguma matéria que é pertinente, que precisa de resposta. E o Governo tem que ter resposta para ela, mas situada no tempo. E nós vamos ter tempo - e o PSD agradece ao Sr. Deputado pelo facto de já ter adiantado as perguntas - quando for o debate do plano e do orçamento.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Quer-se é agora!

**O Orador:** Agora estamos debatendo o Programa do Governo.

Eu compreendo a frustração do Sr. Deputado Fernando Lopes, porque certamente que era o Secretário da Economia indigitado. E depois daquela grande euforia das campanhas eleitorais, sente-se completamente frustrado. De modo que agora tem que demonstrar ao Partido Socialista...

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Levantou-se para dar um esclarecimento, Sr. Deputado! Então esclareça-me!

**O Orador:** Oh minha senhora, nós também sabemos que iria ser Secretária da Educação!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Esclareça-me, Sr. Deputado! Quero ouvir o seu esclarecimento!

**Presidente:** Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada: o Sr. Deputado Rui Melo tem todo o direito de dar o esclarecimento da forma que entender, desde que não

ultrapasse os três minutos. Está procurando, naturalmente, basear o seu esclarecimento. De modo que agradecia que não estabelecessem diálogo.

**O Orador:** Como eu estava dizendo, de facto, o Sr. Deputado Fernando Lopes tem que demonstrar ao PS que sabe da matéria. Tem as coisas estudadas e demonstra-o. Mas como bom amigo que sou, devo avisá-lo de que não se fie nas palmas. Estes que o aplaudem agora, foram os mesmos que aplaudiram aqui o Dr. Casaca e depois correram com ele! Não se esqueça disso!

*(Risos da bancada o PSD)*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Sr. Deputado tem mais um minuto.

**O Orador:** São os mesmos que irão assobiar na hora da partida.

Muito obrigado.

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Oliveira para uma intervenção.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais: Permitam-me que em primeiro lugar, dirija a esta Câmara, bem como ao Governo Regional, uma saudação especial formulando, desde já, votos para que o nosso trabalho em conjunto possa sempre estar ao serviço do povo dos Açores.

Na apreciação do Programa de Governo desta V Legislatura é salutar verificar que o mesmo não se queda na apreciação palaciana duma obra gigantesca já realizada, mas antes se adapta e se debruça sobre os grandes desafios que a obra feita, a integração de pleno direito dos Açores no contexto nacional e europeu nos interpelam a realizar como forma de corresponder a uma exigência cada vez maior da sociedade açoriana.

Sociedade esta que, quebrado o isolamento e atraso de séculos, se mostra cada vez mais inconformista e exigente na melhoria dos seus padrões de qualidade.

Qualidade de nível de vida, qualidade dos serviços públicos e privados, qualidade produtiva, qualidade e capacidade governativa, qualidade e capacidade legislativa de modo a que todos se possam sentir cidadãos de pleno direito de uma Região, de um país e do contexto europeu, sem esquecer os países da diáspora onde habitam tantos filhos destes Açores e que daqui partiram porque, quantas vezes, outra alternativa de sobrevivência não lhes restava.

O desafio que nos é feito, neste momento conturbado de incertezas sobre fontes de financiamento que se nos podem escapar, ou não completamente definidas, exige que com determinação, isenção e rigor se realize uma administração cuidadosa e criteriosa dos poucos ou muitos recursos que possamos vir a ter.

Uma determinação tão forte, tão convicta e tão profunda como aquela com que há 16 anos se começou a construir a unidade Região como única forma possível de afirmação e conquista de um espaço próprio no contexto nacional e, paulatina mas seguramente no contexto internacional.

Os acidentes de percurso naturais em todas as histórias, mesmo nas infantis, deverão constituir fonte de reflexão para um novo ponto de partida de modo ainda mais ousado e intrépido, de forma solidária, para uma melhor e mais correcta acção legislativa e governativa desburocratizada e eficaz que aproxime e dê respostas concretas às expectativas dos açorianos para os próximos 4 anos.

Gorar essas expectativas é não contribuir para a mudança qualitativa da Região porque como muito bem se pode ler na pág. 33 do Programa do Governo as sociedades não se mudam por decretos.

Consequentemente só com uma acção determinada, uma justa e equitativa repartição dos recursos de que dispomos ou viermos a dispor, uma administração criteriosa dos mesmos, uma absoluta transparência da acção governativa, dialogante e com a concertação de capacidade de resposta eficaz às necessidades de cada uma das suas parcelas, se poderá reforçar fortemente a unidade regional condição indispensável para vencer os grandes desafios que se



nos colocam. "Arregaçando as mangas" e partindo para a luta sentindo que somos um todo e não nove parcelas desligadas e perdidas no meio do Atlântico! Porque tal como o Governo a nível nacional não aceita a construção de uma Europa a duas velocidades também o Governo Regional, pelo que do seu programa se infere, com objectividade, pretende continuar o desenvolvimento dos Açores de forma harmoniosa " visando o reforço da coesão económica e social no interior do arquipélago com a inerente projecção global nacional e internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E porque se torna urgente promover, intensificar e diversificar a economia regional, viabilizar mais e melhor a aposta do turismo de qualidade, promover a baixos custos a circulação de pessoas e bens dentro da Região e desta com o exterior, uma das grandes exigências que se nos põem em íntima conexão com a nossa condição ultra-periférica, já formalmente reconhecida a nível europeu é remodelar prioritariamente uma rede de transportes marítimos e aéreos inter-ilhas, mormente no Grupo Central, de forma a que ao incentivo de produzir mais e melhor correspondam os consequentes meios de escoamento desses produtos também dentro da própria Região, de acordo com as aptidões naturais de cada ilha e que poderão ser complementares e quase, em muitos casos talvez, bastar ao abastecimento interno.

É óbvio que não esqueço os custos de produção e a agressiva competitividade que cada vez mais já se faz sentir e a pequenez do nosso mercado. Mas creio que essa é mais uma razão para irmos à luta e sem tréguas.

Referi, há pouco, que algumas fontes de financiamento se nos podem escapar decorrentes das negociações dos Acordos Internacionais, mormente as respeitantes à Base das Lajes que durante anos foi uma confortável fonte de receita do Orçamento Regional e que não foi de **todo** inócua no processo da criação das grandes infra-estruturas básicas que se realizaram nesta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só que aqui há um outro reverso da medalha, ou seja, além de fonte de financiamento, era a Base das Lajes a maior entidade empregadora que

gradualmente vai diminuindo a sua capacidade de oferta de emprego - não interessa analisar aqui todo o contexto envolvente - pelo que urge rapidamente criar alternativas capazes neste sector. Assim há que, no interesse do todo regional, implementar o complexo do Porto da Praia da Vitória equipando-o devidamente, dada a saturação já surgida, e pondo a funcionar no mais curto prazo de tempo quer o porto de pesca quer as restantes áreas programadas bem como a sua promoção internacional e complementar à Zona Franca de Santa Maria numa harmonização da componente de centros operadores de riqueza e de diminuição racional de custos indispensáveis ao desenvolvimento harmónico da Região e respectiva qualidade de vida.

Outro aspecto concreto que se me afigura prioritário é o abastecimento de água e electricidade à lavoura como condição indispensável ao seu desenvolvimento em termos de qualidade, de custos e de melhor qualidade de vida ou de trabalho, como preferirem, para aqueles que se dedicam ao sector primário, isto independentemente da necessária reconversão.

Com um passado histórico riquíssimo e pólo dinamizador da Cultura, toda ela é culturalmente rica, e talvez, por isso mesmo, muitas vezes irreverente mas não pretende a Terceira assumir, no contexto regional, apenas, quando muito, o papel de "capital da cultura".

Ela quer, pode e deve ser um elemento activamente contributivo para a criação de um maior PIB regional.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Quer contribuir para que a aposta do turismo resulte e, por isso, quer ser integrada nos circuitos e divulgação turística e criar as infra-estruturas básicas necessárias ao contributo mais vasto que esta parcela da Região sabe que pode e quer dar ao todo regional num desenvolvimento harmónico que recrie e reforce a unidade regional consentida porque sentida.

*Vozes das bancadas do PSD e do PS: Muito bem! muito bem!*

**A Oradora:** Sobrevivendo ao sismo de 80 não se afundou no seio do Atlântico e pela solidariedade que recebeu e deu ao longo destes 16 anos é parte integrante do todo regional.

O trabalho é árduo mas espera-nos.

Contudo, no respeito pela idiossincrasia e aptidão própria de cada ilha, com novos métodos e exigências de trabalho diferentes e a coragem política que não pode faltar ao Governo e partido que o suporta, vamos vencer este novo desafio sem desânimo, em diálogo contínuo com o povo que nos quer sentir a todos nós, deputados e membros do governo, mais próximos dele, menos elitistas e mais identificáveis quer pelo nosso trabalho quer pela nossa disponibilidade.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD, do Governo e dos Deputados do PS Rui Pedro Ávila, Mário Machado e Fernando Lopes)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Podemos afirmar que a cultura de um Povo será tanto mais desenvolvida e próspera quanto maior for a possibilidade que esse mesmo Povo tenha de comunicar com o seu semelhante.

É mais do que vulgar usar-se a terminologia, com vista a darmos imagens, num sentido lato.

Ao iniciarmos esta nossa intervenção com o tema da "cultura" aplicamo-la no sentido abrangente que a mesma encerra, já que a cultura é a riqueza do espírito, mas tal só se consegue quando existe uma correlação de esforços no sentido da interpenetrabilidade dos diversos elementos que hão-de conseguir a obtenção dos objectivos que se pretende atingir.

Pretendemos assim dizer que a vida da população dos Açores será tanto melhor quanto maior for a possibilidade que os Açorianos tenham de comunicar entre si e com o Mundo.

Somos Ilhas: temos absoluta necessidade de, no dia a dia, estarmos em contacto com terceiros; toda a nossa vivência, quer no prisma económico quer social, depende da nossa aproximação com todos aqueles que constituem os nossos parceiros de relacionamento.

A regularidade, a celeridade e as boas condições dos meios de transporte que demandam o Arquipélago são pressupostos que não podem estar ausentes da rede de comunicações e transportes que nos servem.

Neste momento, e antes de nos debruçarmos um pouco no que o programa do Governo dedica a este importantíssimo ramo da vida colectiva desta Região, ousamos perguntar a este Governo o seguinte:

Após 16 anos de Governo Regional, entende este Executivo que estão atingidos os objectivos mínimos nesta matéria?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sim!

**O Orador:** Que eu saiba, o Sr. Deputado ainda não faz parte desse Governo.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Nunca se sabe!

**O Orador:** Talvez seja um desejo que um dia conseguirá, não sei.

Foi este um sector de sucesso da política dos sucessivos Governos PPD/PSD?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sim!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Como têm decorrido as conversações ou entendimentos, neste sector, com o Governo da República, no sentido de fazer este participar com a quota parte da responsabilidade que tem nesta matéria, nomeadamente em relação ao suporte dos custos da insularidade?

*Vozes do Presidente do Governo e alguns Secretários Regionais: Sim!*

**O Orador:** Eu agora não perguntei se sim se não, Sr. Presidente. Tenha calma! Nós debateremos "à posteriori" isso, se assim o entender, porque eu tenho-o visto de tal maneira calado, que não percebo agora o seu entusiasmo entre o sim e o não. Não diga "sins" precipitados! Diga "sins" pensados!

O que tem acontecido em termos de abertura dos diversos meios de transporte que demandam os Açores, por forma a que os monopólios deixem de existir?

Em que pé se encontram as negociações, no âmbito do competente sector da Comunidade Europeia - esta pergunta já foi oportunamente feita, mas não é demais repeti-la - por forma a que saibamos quando podem contar os Açores com as redes transeuropeias de transportes e comunicações?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Estas quatro ou cinco questões que levantámos não são, nem de perto nem de longe, uma inventariação dos múltiplos e complexos problemas que o sector dos transportes e comunicações atravessa nestas Ilhas! Elas constituem o mote para aquilo que pensamos do sector e que tem uma abrangência de tal ordem que não se compadece com alguns breves minutos de debate ou de intervenção. E mais. Pensamos que este sector é de tal grandeza e de tal importância que deve merecer uma reflexão e uma abordagem muitíssimo importante para bem de todos os Açorianos e não Açorianos que vivem nestas Ilhas.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Para que os espíritos mais intranquilos se amenizem, dizemos já que o Partido Socialista também tem olhos para ver o que está à vista!

As infra-estruturas aí estão! Portos e Aeroportos. Grosso modo, o ciclo caminha para o seu encerramento. Ninguém tem nada a agradecer a ninguém. Todo e qualquer governo existe, e tem por primeiro dever servir. E quando serve deve ter a humildade de reconhecer que no servir, por vezes se serve bem e por vezes se serve mal. Há que aceitar com humildade as críticas. E muitas vezes, bastas vezes, este Governo mostra-se avesso a tais críticas.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Nem tanto!

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Não é verdade!

**O Orador:** Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltemos aos transportes e às comunicações que temos; aos que desejaríamos ter e ao que este Governo nos indicia como sendo as suas traves-mestras para este sector.

E comecemos então pelo fim, com vista a compreendermos melhor o princípio. O Governo apresenta no seu Programa ora em discussão, a sua filosofia em matéria de transportes, traçando alguns dos objectivos que se propõe atingir em termos de transportes, aéreos e marítimos, inter-ilhas e entre o continente e os Açores, bem como as ligações internacionais.

Fala-nos da necessidade de melhorar a rentabilização das estruturas existentes; a reestruturação da SATA, com vista à minimização dos custos da exploração; da necessidade de abertura dos nossos portos e aeroportos a terceiros, etc., etc. . Acaso, nomeadamente no que se refere à reestruturação da Transportadora Aérea Regional, já não ouvimos esta promessa? E mais. Já não lemos estes princípios e estas intenções?

Tenho a certeza que já li e posso citá-lo.

O Programa do Governo indicia princípios, mas não define nem objectivos num sector que é vital para o desenvolvimento macro-económico das ilhas, mas mais importante ainda, para o dia a dia daqueles que vivem nesta parcela de Portugal. Os transportes têm custos elevadíssimos de exploração, sabêmo-lo bem. A sua exploração é muito difícil neste Arquipélago. Mas esses custos são de âmbito social, porque social é o serviço que os transportes têm que prestar a estas Ilhas e à sua população.

Os Açorianos, no sector que estamos a abordar, merecem mais e melhor!

Os Açorianos esperavam e mereciam que este Governo lhes dissesse, muito em particular, para não tornarmos muito abrangente esta nossa intervenção, **quando e como**, qual o dia, em que poderão contar com meios de transporte marítimo que possa transportar passageiros de Santa Maria ao Corvo, que se possa saber que no dia X sai de Santa Maria e no dia Y chega ao Corvo.

Nós temos os "Cruzeiros" que circulam, nomeadamente no Grupo Central.

Aquando do lançamento desses Cruzeiros em circulação nestas Ilhas, tenho bem presente que desta ou doutra tribuna, fiz referência que o primeiro não era satisfatório para as necessidades que se previam. E depois surgiu o segundo, com as mesmas características. E, sobretudo, aqueles que vivem em ilhas como a Graciosa, sabem qual tem sido o resultado da circulação desse tipo de barcos. Mas a Graciosa é uma das cinco ilhas do Grupo Central. Porque três ou quatro estão bem servidas. Mas eu pergunto, e ainda há pouco ouvi aqui apelar à unidade regional, os Açores são nove ilhas; qual é a situação de transporte de mercadorias e de passageiros, via marítima, porque nós somos um arquipélago e é fundamentalmente pelo mar que se deve circular, e então - repito - qual é a situação actual?

O que podem esperar os Açorianos?

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas)*

**O Orador:** Sim senhor. Mas não deve ser uma obrigação imposta às pessoas. Deve haver, no nosso entendimento, alternativa para esse meio de circulação. O Povo, como já disse, quer mais. Quer o possível. Quer o real. Mas este Governo persiste, nesta matéria, em ludibriá-lo com promessas vagas e com o item do "provável".

Mas, Sr. Secretário Regional da tutela, fala o Programa do Governo na reestruturação da SATA. Muito bem. Defendemos também tal reestruturação. Todos reconhecem a necessidade dessa medida. É urgente.

Mas perguntamos, pura e simplesmente, o seguinte a V. Ex.<sup>a</sup>:

Em termos puramente etimológicos, entendemos que o conceito de reestruturação passa por alterar; converter; reconverter; minimizar prejuízos; reaproveitamento de excedentes etc..

Mas em que ficamos? Só pelo rigor da palavra e sem que se continue a vislumbrar o resultado dos efeitos na prática?

Bem sei que não estamos a discutir números, porque o momento oportuno surgirá. Mas, permita-me Sr. Secretário Regional da tutela, que lhe coloque tão só estas questões:

A reestruturação da SATA prevê a redução do seu déficit diário de exploração em quantos milhares de escudos/dia?

Tal operação de reestruturação prevê alguma redução dos preços de passagens, sobretudo nos pequenos percursos?

Garante a estabilidade dos postos de trabalho já criados?

Em síntese, que podem esperar os Açorianos neste quadriénio 92/96, face a tão anunciada reestruturação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vamos terminar tal como começámos.

Aproximar as pessoas, é dar-lhes maiores possibilidades de acesso aos bens e serviços que não estão ao seu alcance imediato e é um factor determinante para a sua plena inserção cultural.

Os Açorianos têm necessidade de transportes, têm sede de cultura, merecem melhores transportes.

Este Governo, com o cumprimento de tal Programa, não nos dá, à partida, garantias de tal. Nem ao menos, nos dá essa possibilidade de lhe darmos o benefício da dúvida neste sector.

Este Programa vincula-nos a todos nós, mas neste momento e neste contexto, não terá o meu aval.

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pede a palavra para?

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.



**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos Mendonça levantou aqui algumas questões que eu gostaria de não deixar passar em branco, na medida em que mais uma vez se manifesta na bancada do Partido Socialista uma grande contradição política, relativamente a matérias...

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Carlos César, o Sr. não engula, porque está a engolir em seco, pois é verdade!

**Deputado Carlos César** (*PS*): É a diversidade.

**O Orador:** O Sr. não ouviu há pouco a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**Deputado Carlos César** (*PS*): Já conhecia.

**O Orador:** Ah já conhecia!

Mas então não a ouviu e eu ouvi. E o Sr. Deputado Carlos Mendonça vem propor reduções e não basta apenas vir propor essas reduções de despesas, contenção de gastos e depois fazer-se, logo a seguir, um discurso a dizer que o que é preciso é aumentar os gastos e tomar medidas que vão aumentar os gastos.

**Deputado Francisco Sousa** (*PS*): O Sr. diz que não falta dinheiro!

**O Orador:** Então e os custos sociais? Onde é que se vai buscar o dinheiro?

Vai-se pedir esmola? Não são despesas?

Aquilo que eu posso dizer ao Sr. Deputado Carlos Mendonça é que vamos, todos os açorianos - inclusivé os responsáveis políticos desta Câmara - ter conhecimento de quanto é que custa transportar nestas ilhas; seja de barco, seja de avião.

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**O Orador:** O Sr. vai saber que é para depois fazer o seu juízo.

Mas voltando ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, há aqui algumas questões que nós temos vindo a ouvir, ao longo dos anos, da sua parte, e eu considero que o Sr. está no seu papel. Mas não basta dizer que é preciso fazer ligações entre St<sup>a</sup>. Maria e o Corvo, pois é preciso ter passageiros para que esta ligação possa ser possível. Portanto, nós não vamos pôr equipamento a navegar, sem ter passageiros para transportar. E basta ver as estatísticas, quando nós tínhamos nos mares dos Açores, a fazer o transporte inter-ilhas, o antigo navio "Ponta Delgada".

Portanto, basta reflectir um pouco sobre isso, para vermos da viabilidade actual de colocar um transporte desta natureza a fazer o transporte de passageiros inter-ilhas.

Mas nós vamos equacionar todos estes parâmetros para podermos concluir o que é que se deve fazer no transporte inter-ilhas.

Por outro lado, quando o Sr. Deputado fala na reestruturação da SATA, eu devo dizer-lhe que não se pode pedir várias coisas ao mesmo tempo. O Sr. quer baixar os custos, quer minimizar os custos das passagens entre as ilhas pequenas, quer reduzir os custos de funcionamento, o Sr. não quer que se tire pessoal.

Eu Devo dizer-lhe que a SATA tem o número de trabalhadores que o Sr. sabe que tem. 70% das despesas da SATA são com pessoal. Cada trabalhador tem uma média de salário que eu não lhe vou referir, porque o Sr. tem acesso ao balanço social da empresa, sabe quanto é que custa e de modo que o que lhe posso garantir é o seguinte: nós podemos fazer corte em muitas áreas, mas o que eu quero que a SATA continue a ter é um serviço de segurança para servir as ilhas. E depois nós vamos ver o resto. Porém, todos temos que assumir esse princípio que é para não estarmos a defender posições num lado e, depois, quando for para se tomar as medidas de reforma que se deverão impor, virmos aqui defender o contrário.

Era só este esclarecimento que eu queria deixar, para que não se venha ter dois discursos sobre a mesma matéria. Ou seja, o discurso de que é preciso conter, o discurso de que é preciso reformular, ali liderado pelo Sr. Deputado Mário Machado, e o outro discurso que é o discurso do "despesismo," isto é, que é preciso mais isto e mais aquilo porque, socialmente, assim se manda que seja feito.

Portanto, é preciso que nos entendamos, duma vez por todas, sobre esta matéria. Era só isto que eu queria esclarecer.

*(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Fernando Fonte (PS):** "Despesistas"?! Daqui a dias o que é que seremos?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para uma intervenção.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Antes de mais gostaria de endereçar os meus mais respeitosos cumprimentos a todos os Srs. Deputados, aos Membros do Governo Regional e manifestar o meu desejo de contribuir e participar nos trabalhos que se irão realizar durante os próximos 4 anos.

A minha intervenção tem como objectivo abordar e reflectir sobre o tipo de cooperação que o Governo pretende implementar com as autarquias. Ela deveria começar pela AMRAA que representa todas as Câmaras da Região, o que não vejo reflectido no Programa do Governo.

Como é do conhecimento público a Associação têm sofrido no último ano alguns dissabores devido ao facto do Sr. Presidente do Governo ter indeferido o pedido feito pelo Conselho de Administração no sentido das Câmaras Municipais, por intermédio da sua Associação, continuarem, a ser as responsáveis pela exploração do Jogo Instantâneo.

Tal facto veio criar instabilidade na Associação e uma diminuição das vendas, e ocasionou também uma reacção negativa da parte de todos os Municípios, que em reunião da Assembleia Intermunicipal, manifestaram, por unanimidade, o seu desacordo pela posição assumida pelo Presidente do Governo Regional.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** No entender da maioria dos autarcas o despacho que V. Ex.<sup>a</sup> fez, não lhes parece ser legal, mas mesmo que se venha a confirmar a sua legalidade, entendo que a Associação não irá desaparecer, pois o interesse manifestado para que ela continue a existir, já foi publicamente assumido por muitos responsáveis das Câmaras da Região.

Tendo em conta o que foi exposto e também as solicitações já feitas a V. Ex.<sup>a</sup> pelo Conselho de Administração da Associação, no sentido de haver a anulação do seu despacho, julgo que deveria reconsiderar a sua tomada de posição, pois não é lícito retirar dos Municípios aquilo que com muito empenho implementaram na Região.

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Relativamente à distribuição de verbas pelas Câmaras Municipais e tendo em conta que a vontade de V. Ex.<sup>a</sup> ia no sentido das mesmas serem afectas ao desporto, sugiro que contacte os responsáveis autárquicos, porque julgo que não se oporiam, desde que o Governo mantivesse na Associação a exploração do Jogo Instantâneo e fossem os Vereadores, que têm a seu cargo nas Câmaras Municipais o Pelouro do Desporto, os responsáveis pela aplicação das verbas para equipas que participem nos Campeonatos Regionais nas diversas modalidades.

Quanto às equipas Federadas que militam nos Campeonatos Nacionais, poderá V. Ex.<sup>a</sup> aplicar aquelas verbas que são provenientes de IRS e entregues ao Governo pela AMRAA.

A exploração do Jogo Instantâneo além de ter ajudado a que se realizassem Obras Municipais e diversos encontros Autárquicos na Região e fora dela, teve o dom também de ter contribuído para a diminuição da venda do jogo clandestino.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Isso é que era bom!

**O Orador:** É verdade. Até o ano passado foi assim.

Para termos uma ideia da sua importância para os Municípios e para a Região, analisemos alguns números disponíveis e obtidos desde 1987 até final de 1991.

Prémios - cerca de 1 bilião de escudos;

Câmara Municipais - receberam cerca de 333 mil contos;

IRS (89,90 e 91) - 137 mil contos.

Quanto ao BCA, ainda ontem ouvi o Presidente do Governo dizer que gostaria que houvesse empresas que aplicassem a lei de mecenato, pois temos o BCA, o Sr. sensibilize-o para dar às associações culturais e aos grupos desportivos.

Publicidade (TV, Rádio, Jornais) - 79.156.576\$20 e ajudámos alguns jornais a viver.

Agentes - 217.080.000\$00.

Apesar de ter havido dificuldades na venda do jogo durante o corrente ano, já se obtiveram os seguintes resultados:

Prémios - 146 mil contos;

BCA - 12 mil contos;

IRS (que dói à S.R.F.) 36.974.000\$00;

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Uma ninharia!

**O Orador:** Publicidade cerca de 8.000 contos;

Agentes 30 mil contos.

Como podemos constatar foi importante a participação que o Jogo Instantâneo teve nas receitas da Região e das Câmaras Municipais. A cooperação deve começar através, da AMRAA, não retirando as verbas que os Municípios recebem por via do Jogo e dando à Associação oportunidade de se pronunciar sobre diplomas e resoluções que interessem às autarquias da Região.

Cooperação não pode ser uma palavra vã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Um dos assuntos que preocupa também e afecta tanto as Câmaras Municipais, como as Juntas de Freguesia, é a falta de apoio técnico que se faz sentir principalmente nas ilhas mais pequenas e nos Concelhos mais afastados dos grandes centros urbanos. A solução tem, sem dúvida, que ser encontrada e julgo que a criação de gabinetes de apoio técnico, seria uma das maneiras de resolver esta questão.

Era uma boa forma de cooperação.

Relativamente à habitação degradada, sem dúvida o "calcanhar de Aquiles" das Juntas de Freguesia, é necessário reflectir e pensar. Como pode um Presidente de Junta de Freguesia com falta de técnicos, com os comerciantes negando-se a fornecer materiais (porque o Governo Regional não paga atempadamente), levar por diante tão difícil missão? É humanamente impossível! O Governo Regional terá que, por intermédio da SRHOP, encontrar uma forma de resolver o assunto, pois caso contrário é muito possível que Presidentes de Junta de Freguesia se recusem a colaborar com o Governo Regional nesta área.

É necessário encontrar novas formas de cooperação entre o Poder Local e a Administração Regional, que podem ir desde o ensino à energia, passando por outros sectores, não impedindo de modo algum a transferência de novas competências, desde que as mesmas sejam acompanhadas das verbas necessárias à sua implementação. Estou em crer que se houver vontade política das duas partes poderemos ver possivelmente a cooperação entre o Governo e as Câmaras mais reforçada. Mais, o actual vazio que se vive com a extinção da SRAI irá causar certamente vários problemas às autarquias, tendo em conta que é nesta época do ano que os responsáveis autárquicos mais procuravam o apoio técnico dos juristas e economistas daquela ex-Secretaria.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): O Director existe.

**O Orador:** Eu queria terminar, pedindo ao Governo, como pessoa que esteve muito bem ligada às Câmaras da Região, que o Executivo tenha em atenção os

problemas dos eleitos locais, os problemas das autarquias, porque com o Fundo de Equilíbrio Financeiro que existe e as verbas reduzidas que vieram para os Açores, é preciso que haja um grande empenho na cooperação. E mais. É preciso um grande empenho na parte técnica porque há certamente, Câmaras na Região que vão ficar aflitas para fechar os orçamentos.

Obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** É para um pedido de esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que eu gostaria de pedir ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, prende-se com a questão que levantou sobre o conhecido e popular "Jogo do Raspa".

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Jogo do Bicho!

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Isso é o Jogo Instantâneo.

**O Orador:** Eu disse **popularmente conhecido** "Jogo do Raspa". O Sr. Deputado chama-lhe o que quiser, pois está no seu direito.

Eu entrei na Sala na altura em que o Sr. Deputado estava a citar números e, assim sendo, e uma vez que possuí esses números, eu gostaria que tivesse a gentileza de me responder ao que eu ia perguntar.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se essas verbas do jogo são distribuídas pelas Câmaras, nos termos do FEF, ou seja, quanto maior for a Câmara, maior será a verba a receber. É isto verdade?

**Presidente:** Sr. Deputado, eu gostaria de ser informado se pretende fazer só uma pergunta ou se são várias perguntas?

**O Orador:** Não Sr. Presidente. Tenho mais, mas era só para ele tomar nota.

**Presidente:** Então eu agradecia que o Sr. Deputado formulasse as suas perguntas e depois, o Sr. Deputado do Partido Socialista dará a sua resposta.

**O Orador:** A segunda pergunta, era saber - se isso corresponde à realidade - quanto é que recebeu a Câmara Municipal de P. Delgada, no ano de 1990, 91 e 92, caso o Sr. Deputado tenha esses números.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves em querendo responder às perguntas do Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à primeira pergunta, é efectivamente como se fosse a distribuição pelo FEF.

Não tenho quaisquer problemas em dizer quanto é que as Câmaras receberam e posso, inclusivamente, deixar na Mesa da Assembleia, a resposta a essa pergunta. Isso já foi aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal, tenho aqui os resultados e, portanto, não vejo qualquer problema. Está aqui, de modo que depois podem verificar.

Em relação ao ano de 92, não há resultados. Apenas no mês de Março. Portanto não há nada que esconder.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Era apenas para solicitar ao Sr. Presidente se podia fazer chegar esses documentos até a esta bancada.

**Presidente:** Sr. Deputado Victor Evaristo:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves disse que entregaria na Mesa aquele documento. Uma vez que ele esteja aqui, a Mesa não tem qualquer dificuldade em fazê-lo chegar às mãos do Sr. Deputado, por fotocópia ou de outra maneira qualquer.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** É para um pedido de esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para um esclarecimento.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O curto pedido de esclarecimento vai no sentido de saber se naqueles mapas constam também as despesas de funcionamento da Associação, bem como todas as viagens e despesas de representação da direcção da Associação.



**Deputado Carlos César (PS):** O Sr. Deputado Joaquim Ponte já lhe podia ter dito isso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Até parece que o Sr. Deputado nunca viu um relatório de contas do Governo Regional. É claro que no relatório aparece tudo.

O Sr. Deputado quando quiser, tem todo o direito, e qualquer Deputado pode solicitar à Associação esses dados. É claro que neste momento é evidente que não tenho aqui esses números. O que eu tenho aqui, são as verbas mais significativas e que expus. Mas quando quiser, pode solicitar isso à Associação.

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra para?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** É para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que este assunto, em princípio, não deveria merecer a polémica, mas sim, a análise e a reflexão daquilo que o meu colega de bancada procurou dizer.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Colega não, camarada.

**O Orador:** Mas digo mais. A pessoa que está acabando de mandar o aparte regimental, por exemplo, o Sr. Deputado Jorge Cabral, faz parte da Intermunicipal. O Sr. Deputado Joaquim Ponte também faz. O Sr. Deputado Manuel Arruda, por exemplo, também já fez parte de deslocações organizadas pela Associação dos Municípios.

Pelo amor de Deus! A Associação de Municípios não é um órgão partidário. Já teve imensos conselhos de administração. Pelo menos tenhamos o bom senso de reconhecer que todas as vezes que há Assembleias Intermunicipais, todos os eleitos locais quando falam, procuram pelo menos reconhecer que é bom, é dignificante e será sempre bom admitirmos que se os municípios da Região estiverem congregados numa única associação, tudo é melhor, ou seja, o municipalismo e o poder local sairão daí reforçados.

*(Risos do Presidente do Governo Regional)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** É para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, não está em causa aquilo que o Sr. Deputado esteve a dizer. É óbvio que não estamos aqui a discutir se a Associação é mal gerida ou bem gerida.

O pedido de esclarecimento, surge na sequência daquilo que me disse quanto à distribuição das verbas. Eu ouvi o Sr. Deputado dizer que parte dessas verbas eram destinadas ao apoio ao desporto.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Não! O Sr. Deputado ouviu mal!

**O Orador:** Então peço desculpa.

É que eu percebi que o Sr. Deputado tinha referido, inclusivamente, o desporto federado e clubes que disputam o campeonato da 3.<sup>a</sup> divisão.

*(Aparte inaudível do Deputado José Humberto Chaves)*

**O Orador:** Então pedia-lhe um outro esclarecimento, se V. Ex.<sup>a</sup> assim me permite. Ou seja, as verbas que as Câmaras recebem não se destinam a apoiar o desporto dos clubes da área de jurisdição das Câmaras...

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Ainda estou para perceber o que é que ele disse.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Evaristo já pediu os seus esclarecimentos todos?

**O Orador:** Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas...

**Presidente:** Desculpe, Sr. Deputado, mas o nosso Regimento é muito claro. As pessoas têm a palavra para pedir esclarecimentos e para dar. Pedem-nos globalmente e, depois, são dados esclarecimentos.

É assim que temos sempre trabalhado. Não é habitual, nunca foi praxe nem vai ser agora instituída, estabelecer diálogo, porque senão, perdemos completamente o fio desta meada.

Portanto, agradecia que os Srs. Deputados me ajudassem a fazer cumprir o Regimento.

Se o Sr. Deputado Victor Evaristo já concluiu os seus pedidos de esclarecimento, muito bem. Senão, agradecia que continuasse até ao final.

**Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, o esclarecimento que eu tinha pedido era no sentido de saber se as Câmaras tinham ou não - desses fundos que entram nas Associações de Municípios e são distribuídos às Câmaras - por finalidade, distribuir esse dinheiro para apoiar os clubes da sua área de jurisdição.

Acho que a pergunta é muito clara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo, naturalmente também para pedir esclarecimentos.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou usar a figura regimental do protesto, pois penso que não razão suficiente para o fazer é em relação ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila. Porque o Sr. Deputado veio dar um esclarecimento e aconselha no sentido de que nós possamos reflectir e olhar para o funcionamento da Associação. Eu venho pedir um esclarecimento, para me informar acerca dos elementos que posso colher para fazer essa reflexão e V. Ex.<sup>a</sup> "salta", imediatamente, tentando dar a entender que eu estava a insinuar que algo está mal na Associação.

Eu acredito que não haja nada de mal. Mas o Sr. Deputado veio dar a entender outra coisa. E "quem não deve não teme". E é preciso saber se deve ou não.

Quero aqui referir que eu fiz a pergunta com a melhor das intenções. Só queria saber se havia possibilidade de ter acesso àqueles mapas. O Sr. Deputado disse que não tinha hipóteses e pronto.

Logo, o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pretendeu dizer que eu estava a insinuar, que eu estava a duvidar do funcionamento da Associação de Municípios.

Nós, Partido Social Democrata, como se deve recordar, achamos que deve haver uma associação única dos autarcas, Não é das Câmaras Municipais.

Nós queremos abrir a Associação de Municípios às Assembleias Municipais, e os Srs. não querem. Querem é que aconteça o que acontece com a Associação Nacional de Municípios, ou seja, que tem as assembleias municipais incluídas.

O Sr. Deputado Carlos César sabe isso melhor que ninguém, pois nós até já discutimos isso numa comissão e esta foi sempre a nossa grande luta.

**Deputado Carlos César (PS):** Já lhe disse qual é a nossa posição!

**O Orador:** O Sr. Deputado, neste momento como tem a maioria das Câmaras Municipais, quer (e tentou, não sei se conseguiu) mentalizar a Associação de Municípios ...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não senhor!

**Orador:** Tenha calma, porque a gente tem alguns indicadores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que em relação à Associação de Municípios, não há qualquer problema se algum Deputado desta Casa quiser ver as contas. Elas foram aprovadas por todos os municípios e, portanto, está tudo bem. É só ir lá e ver, não há mais nada. Desde o momento que o presidente do conselho de administração as dê, pronto está feito.

Em relação às obras, oh meu amigo! Há tantas coisas. Eu vou dar-lhe apenas alguns exemplos. A Câmara Municipal da Ribeira Grande aplicou em associações culturais e desportivas. Houve outras que destinaram essas verbas a melhoramentos de bairros municipais. Houve outra, ainda, que até foi numa casa dum pobre.

Isto há em todos os lugares e está entregue ao Sr. Presidente do Governo. Ele está-se a rir, porque também leu. De modo que ele pode dar-lhe também esses dados todos.

**Presidente:** Srs. Deputados, há pouco cometi um lapso, e tenho de repará-lo, porque dei a palavra a dois Srs. Deputados do Partido Socialista, quando devia ter alternado. De modo que agora, para repor este nosso equilíbrio, vou dar a

palavra ao Sr. Deputado Gaspar da Rosa e a um outro Sr. Deputado do Partido Social Democrata e depois seguimos a nossa ordem normal.

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é a primeira vez que dirijo a palavra desta tribuna a todos os açorianos.

Faço-o com humildade dado ser esta a minha maneira de ser e estar, contudo sinto muita honra pela minha presença aqui, em poder falar em nome do povo açoriano, ao qual me orgulho de pertencer.

É por ele que pugnarei, pelo seu bem estar cultural, económico e social.

Aproveito a oportunidade para muito respeitosamente saudar o Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Srs. Membros do Governo Regional, a quem desejo as maiores prosperidades, no seu difícil mas dignificante trabalho a bem dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos à discussão o programa do V Governo Regional, analisando-o ser-nos-á dado o poder de decidir, o que levará toda esta Câmara a formular um critério judicioso.

Temos presente neste programa os objectivos, métodos e meios para o contínuo avanço da modernidade dos Açores, é uma responsabilidade exigida a todos nós deputados aqui presentes, pretender um trabalho cada vez mais perfeito, é um dever que nos assiste.

Para avaliar o programa do V Governo Regional há que recordar o passado, devemos olhar para essa longa caminhada de dezasseis anos de trabalho árduo e, para o testemunho do que já se criou e se fez nesta Região.

Dar-nos-á a razão e a força para continuarmos na senda do progresso. Anular todo este testemunho de verdade é impossível.

O Programa do V Governo Regional é realista, arrojado, inovador e não temos dúvidas que é para cumprir, embora saibamos que a nossa época é uma época de mudanças bruscas, mas com o fulgor, o optimismo e sobretudo a constância da Social Democracia, assente na componente humanista, não há mudança que desvie o labor dos sociais democratas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Permitam-me que faça ligeira apreciação a dois sectores deste Programa que reputo de muito interesse.

Congratulo-me pelas medidas preconizadas na aposta da fixação da população das nossas ilhas pelo abrandamento do ritmo da emigração e, pela criação, de novas condições de vida em vários sectores -ressaltando na área da juventude.

1.º - Melhoria do ensino - educação.

2.º - Formação Profissional.

3.º - Inserção social.

4.º - Ocupação dos tempos livres.

5.º - Apoiar a criatividade e realização pessoal.

6.º - Abertura à Europa e ao mundo.

Sectores estes que permitirão o retorno e fixação da nossa juventude à terra que lhe serviu de berço. Desde há alguns anos este tema é preocupação dominante da ilha que represento em particular.

Outro sector de primordial importância para continuarmos a passos largos no desenvolvimento dos Açores: a reforma do sistema de planeamento regional.

Planificar e controlar são instrumentos vitais estratégicos de qualquer instituição.

Planeia-se para não sermos apanhados desprevenidos e, para provocarmos os acontecimentos necessários à mudança, segundo o ritmo e a intensidade que quisermos.

Com isto a planificação e o controlo ajuda a organização a fixar-se e atingir os seus objectivos.

De facto trabalhar por objectivos é explicar muito claramente às pessoas quais as suas responsabilidades e aquilo que lhes compete fazer desde o princípio.

A gestão moderna é alcançar resultados, os resultados desejados pelo cidadão e pela Região, nos calendários previstos, dignificando os recursos humanos empenhados no processo.

A desburocratização ligada a este sector é outro factor do bom caminho das medidas enunciadas e, que muito vêm facilitar, desanuviar o dia a dia do cidadão comum.

Desburocratizar é melhorar a eficácia e qualidade da Administração Pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A discussão irá prosseguir e outras áreas serão aqui trazidas e cuidadosamente tratadas, para que as prioridades sejam realçadas, mas antes de me retirar quero recordar que o desenvolvimento das nossas ilhas, deve continuar a ser harmonioso e solidário, pedra de fecho e trave mestra do nosso Edifício Autónimo. Como o Programa do V Governo se dirige decisivamente neste rumo, merece toda a minha aprovação, confiança e aplauso.

Assim Deus o queira.

Disse.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD, do Governo e de alguns Deputado do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gomes da Silva.

**Deputada Ana Gomes da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de Juventude **aqui** nesta Casa é provar que a obra que o Governo se propõe continuar a realizar nesta área, o compromisso que o seu programa assume com os jovens açorianos também nos terá como construtores, também nos envolve neste acordo.

Falar de Juventude **agora**, em Novembro de 92, é acreditar que já partimos nesta viagem de valorização de uma faixa etária que é a grande força de mudança das sociedades e reconhecer que a caminhada é longa mas que esta equipa tem os instrumentos necessários para a fazer: a bússola da experiência, o mapa da competência, o combustível da força e do dinamismo para chegar cada vez mais longe.

Falar da Juventude **convosco** é alertar para a importância da existência de uma política global de juventude e apelar no sentido de anteciparmos o futuro - apostando aqui nos jovens, continuando a possibilitar a sua intervenção activa na sociedade e garantindo as condições que lhes permitam realizar-se com sucesso.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de política de juventude é, antes de mais, classificá-la de inter-sectorial, defendendo que cada uma das tutelas deve considerar o caso específico dos jovens na sua própria área.

A voz dos jovens não pode deixar de se fazer representar também aqui.

Há que trazer a esta Casa os seus anseios, revelar as situações que os afligem, enumerar os seus objectivos, resolver os seus problemas.

A JSD propõe-se levar a cabo esta tarefa!

Estamos aqui como jovens, com os jovens, trabalhando pelo presente que se impõe, pelo futuro que se vislumbra.

Nós jovens dizemos **sim** à aposta clara e coerente na juventude, **não** à utilização ocasional e perigosa de que por vezes somos alvo.

Nós jovens estamos onde estiver a verdade, onde imperar a justiça, onde a solidariedade for palavra-chave, onde a promoção da igualdade de oportunidades for o lema, onde o espírito de serviço for o guia.

O nosso desafio parte da experiência do passado, passa pela estabilidade e confiança que nos revela o presente e caminha para um futuro que promete.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom saber que o Governo conta connosco, com a nossa energia, com o nosso inconformismo, com a nossa vontade de renovar e conquistar.

Nós contamos com esta equipa, acreditamos neste projecto.

Temos provas dadas.



A JSD, como maior organização política de Juventude dos Açores, não pode deixar de manifestar o seu apoio a um documento que reconhece o papel que os jovens desempenham na sociedade açoriana.

E fazer parte de uma sociedade é participar activamente, é preocuparmo-nos com a mesma.

Este alerta é uma obrigação de todos nós.

Proteger o meio onde vivemos e onde queremos continuar a viver com saúde e segurança e criar em todos nós uma verdadeira consciência para a defesa e conservação do ambiente são tarefas prioritárias.

Prioritário é também o direito à felicidade, para todos sem barreiras.

O deficiente, o toxicodependente e o delinquente também são jovens e como jovens podem e devem ser felizes.

Eles estão aí.

Vivem entre nós.

E nós não podemos comodamente esquecê-los.

Aqui, a família tem um papel decisivo como centro de formação e de construção da personalidade.

Em família se adoptam hábitos, se corrigem desvios, se combatem excessos.

Por isso, a família merece uma atenção especial. Por isso, continuar-se-á a combater a pobreza e a apostar na qualidade da habitação, como factor de protecção da família.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este programa vai ao encontro destas e de outras necessidades materiais dos jovens.

Aposta no contributo dos novos empresários para a criação da riqueza regional, confia no seu dinamismo e incentiva o aparecimento de um novo tecido empresarial.

Mas o desenvolvimento da nossa sociedade não se esgota no campo económico, reclamam-se valores de natureza eminentemente cultural.

Evitar a tentação do Governo tudo fazer nesta área, promovendo a missão que lhe cabe de abrir espaço à saudável iniciativa de todos os açorianos é a postura aceitável perante a cultura.

Impõe-se, sem dúvida, uma referência clara à salvaguarda e valorização do nosso património cultural.

É a história que não se pode apagar, mas que tem de continuar a fazer-se.

Assim, é bom saber que os jovens podem continuar a criar, livre e espontaneamente, dando largas à sua originalidade, ao seu modo peculiar de viver e retratar o seu mundo.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Investir em recintos culturais, apoiar manifestações de cultura, incentivar a criação artística e literária é dizer sim ao futuro, é dizer sim às nossas gentes, é dizer sim aos Açores.

Pois a cultura é, acima de tudo, a afirmação da nossa açorianidade.

E esta açorianidade deve começar por fazer sentir-se nos bancos da escola.

Os mais novos têm, desde cedo, de começar a valorizar o que é seu, orgulhar-se da sua terra.

Educar é, sem dúvida, uma tarefa primordial.

Não admira pois que este programa coloque a educação na 1.<sup>a</sup> linha das prioridades de investimentos.

É pela educação que se renovam as mentalidades.

É pela educação que se avança.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com orgulho que qualquer jovem açoriano refere a existência da nossa universidade que com pouca idade, muito tem feito pela nossa sociedade.

Cabe à mesma perpetuar a sua vocação universal, sem, no entanto, esquecer o meio que a concebeu e que de bom grado receberá os seus frutos.

Com as novas exigências profissionais, com os novos desafios da ciência e da tecnologia, com a Europa cada vez mais perto, o papel da Universidade dos Açores assume um relevo muito especial.

E falar de formação é obrigatoriamente falar de desporto, não fosse este complemento essencial no crescimento dos jovens.

Pela virtude que tem de propiciar um convívio são entre os jovens, pelo privilégio de contribuir para a nossa saúde e bem estar, pelo reconhecimento que deve ser feito à qualidade das infraestruturas que a nossa Região possui, cabe aqui lembrá-lo.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das palavras aos actos vão grandes lições.

O **fundamental** é que cada jovem, de hoje ou de amanhã, viva como merece, pintando o seu ambiente com as cores da sua realização pessoal e profissional.

O **importante** é que se previnam os comportamentos marginais e se facilite a inserção do jovem na vida activa.

O **decisivo** é que o jovem cresça em segurança, com sucesso, sem lamentar o que passou, sem chorar pelo que vive e sem temer o que está para vir.

Apostar nos jovens vale a pena.

O alerta aqui fica.

Encontra eco neste programa do Governo.

Espera encontrá-lo na sua concretização.

Disse

*(Aplausos das bancadas do PSD, do Governo e de alguns Deputados do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para uma intervenção.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Sr. Presidente Sr. Presidente e Membros do Governo  
Sras. e Srs. Deputados

A viragem da década de oitenta para os anos 90 marcou decisivamente a comunicação social.

Os sinais de rotura que surgiam em meados de oitenta em algumas empresas jornalísticas eram preocupantes, indiciando mesmo como provável e único desfecho a interrupção de um legado informativo de longas dezenas de anos.

Tal situação requereu uma intervenção estruturalmente profunda, incidindo nas componentes financeira e económica, em ordem à existência de uma base produtiva sólida e dinâmica.

Feito o diagnóstico, as políticas então definidas seriam regidas por esses princípios. Com sucesso.

As incertezas deram lugar ao redimensionamento e actualização tecnológicos, ao crescimento da produção, à valorização dos recursos humanos, ao equilíbrio financeiro.

Este sucesso, prenúncio de bons tempos para esta incursão em direcção ao próximo século, não pode ser factor de inibição ou comodismo. Deve antes ser motivação suficiente para proporcionar um reposicionamento da comunicação social açoriana no mercado mediático nacional.

Também neste sector, se deve entender a participação da Região em termos estritamente subsidiários, que por um lado compensa os custos sociais da produção informativa no Arquipélago e por outro facilita a modernização dos meios e técnicas comunicativas.

Para este quadriénio estabelecem-se os seguintes grandes objectivos:

- impulsionar a dimensão competitiva do empresariado comunicacional.
- valorizar os recursos humanos de forma integrada e pluridisciplinar.
- prosseguir a actualização tecnológica das estruturas produtivas das empresas jornalísticas.
- alargar a oferta do serviço público audiovisual.
- preservar o património histórico da comunicação social açoriana.

Como se disse, mais do que nunca as ajudas financeiras à comunicação social far-se-ão em termos subsidiários, isto é, de forma dinâmica, com incidência variável relativamente aos encargos e à duração da respectiva aplicabilidade.

Privilegiar-se-ão investimentos sustentados, mediante a bonificação de encargos financeiros. E quando houver lugar a ajudas directas, estas poderão ir até 40% do investimento total.

As ajudas financeiras à comunicação social serão necessariamente mais selectivas e criteriosas. Conferida prioridade ao investimento reprodutivo, serão reformulados os esquemas de compensação de encargos correntes com a aquisição de papel, comunicações telefónicas e serviços de agências noticiosas.

Actualizaremos a substância e a forma das ajudas financeiras, procurando neste caso simplificar ainda mais o regime de apresentação de candidaturas.

Todos desejamos e queremos uma comunicação social estruturalmente mais assente nas suas capacidades competitivas e posicionamento no mercado. Serão, por isso, evitadas todas as formas limitativas de uma concorrência leal, transparente e igual.

O arrojo e a boa gestão empresarial dos meios disponibilizados não podem continuamente concorrer com o comodismo, o menor rigor e a falta de ousadia empresarial, apenas porque ainda existem custos sociais na produção informativa, que numa Região como a nossa, devem ser comparticipados pelo erário público.

Condição indispensável para ganhar os desafios da competitividade é a existência de recursos humanos capacitados para as novas solicitações da actividade comunicativa e exigências do mercado consumidor.

A valorização dos recursos humanos é, pois, uma variável estratégica no quadro de modernização e crescimento dos média açorianos.

A aposta nesta área tem de continuar. De forma integrada e pluridisciplinar, recorrer-se-á a parceiros técnicos de reconhecida competência no plano nacional para a ministração de acções de formação e valorização profissional. E serão mantidas iniciativas que num passado recente, nesta área, se revelaram de grande utilidade como seja a participação em cursos e seminários e a atribuição de bolsas para estágios.

A título complementar, o Governo poderá apoiar a organização e instalação de entidades vocacionadas para a formação e especialização de agentes de comunicação social.

Com recursos humanos capacitados é possível rentabilizar investimentos tecnológicos. Encerra-se agora o ciclo de renovação dos antigos e pouco eficientes parques gráficos da imprensa regional. Esta alteração substantiva foi complementada com a introdução da informática. Prioritariamente estes equipamentos destinaram-se à actividade das redacções, importando, por isso, agora, estender a sua utilização a outros sectores produtivos ou mesmo afectá-los a novas tarefas, designadamente as relacionadas com o acesso a serviços de telecomunicações de valor acrescentado.

A reconversão tecnológica da imprensa açoriana tem disponibilizado um importante espólio, nalguns casos quase secular, de equipamento gráfico. Tanto quanto possível, e com a colaboração dos seus proprietários, serão desenvolvidas as necessárias iniciativas com vista à sua preservação.

Na área da actividade de radiodifusão sonora proceder-se-á também a uma reformulação dos equipamentos elegíveis, de modo a adequar as ajudas financeiras às intenções de investimento, isto é, facilitar a aquisição de "hardware" que responda tecnologicamente às expectativas do auditório e à rentabilização dos recursos humanos e financeiros das estações.

Ainda neste domínio, é necessário garantir a aplicação, tanto quanto possível eficaz, do pacote legislativo sobre a actividade de radiodifusão sonora. Para o efeito, diligenciaremos com vista a ser instalada na Região uma delegação do IPC ou delegadas as suas competências em serviços já existentes, vocacionados e capacitados para o desempenho de tais tarefas.

O concurso público nacional concluído em Março de 1989, deixou vagas diversas frequências de âmbito local, disponíveis nos Açores. Não decorrendo de tal facto qualquer penalização para os açorianos, cercearemos as iniciativas que o mercado possa gerar, no sentido da respectiva ocupação. Do mesmo modo, será lançado um novo desafio aos operadores de rádio, através da

abertura de um concurso para atribuição de uma frequência regional, que em devido tempo solicitaremos ao Governo da República.

No domínio da actividade dos serviços públicos audiovisuais, o contributo da Região para a realização dos respectivos planos de investimento tem sido determinante para o desenvolvimento e expansão entre nós das empresas em apreço e, sobretudo, para o alargamento das infraestruturas de transporte e difusão das respectivas programações.

Consolidada esta fase, é chegada a hora de se esboçar uma nova etapa, a do alargamento da oferta do serviço público audiovisual, que o mesmo é dizer, garantir a existência de dois programas regionais de televisão e três de radiodifusão sonora, sendo dois de FM e um de OM.

Temos consciência que este é um processo complexo, que passa pela intervenção e envolvimento de variadas instituições e entidades. Que implica o aperfeiçoamento de conceitos e a adaptação de novas metodologias. Que assenta em capacidades técnicas e financeiras nem sempre disponíveis. Que eventualmente, requer um reordenamento jurídico sobre a matéria. Mas é um princípio do qual os Açores não podem abdicar.

O serviço público audiovisual deve nesta Região Autónoma uma expressão idêntica ao restante espaço nacional, garantindo a promoção e defesa dos valores culturais que definem a identidade açoriana. Deve contribuir para a modernização da Região e ser fonte de recreação e promoção educacional das suas gentes. Deve ser um espaço aberto à participação cívica e política dos cidadãos. Deve garantir expressões de diversidade cultural e social consideradas "não lucrativas" e minoritárias. É este o espírito nobre e primeiro do serviço público.

Suplementarmente o Governo vai continuar a colaborar nos processos de cobertura geral e micro-cobertura, televisiva e radiofónica e de instalação de redes de securização. Para tanto elaborará em conjunto com os operadores e gestores das redes de transporte e difusão, planos pluri-anuais de investimento que atendam à dimensão demográfica e geográfica do Arquipélago.

Já noutro domínio, a política de participação e valorização das comunidades açorianas emigradas será prosseguida com a manutenção de fluxos informativos regulares, pelo recurso às agências de notícias e meios de radiodifusão sonora e televisiva.

Por último, e ainda no âmbito da responsabilidade do meu Gabinete, prosseguir-se-á o plano de modernização do Jornal Oficial. Depois da introdução de novos arranjos gráficos, dos novos processos de identificação dos diplomas, da criação de canais de informação para os utentes e da introdução de meios de pagamento electrónico nos serviços daremos o grande salto qualitativo na circulação da informação, acrescentando ao suporte físico a sua veiculação através da imagem.

A integração da I Série do Jornal Oficial no SPV é uma medida inovadora no nosso País.

Com baixo custo, recorrendo a equipamentos informáticos de pequeno porte e à Rede Telefónica Comutada (RFC), em qualquer ponto do País o cidadão, as empresas e as instituições terão ao seu dispor um conjunto de vantagens de elevado valor acrescentado, traduzido em facilitação e mobilidade nas tarefas de pesquisa processamento de toda a documentação publicada desde o início da Autonomia.

Somos uma Região marcada pela descontinuidade geográfica, razão acrescida para investirmos na criação de meios eficazes para a circulação da informação, valorizando as componentes velocidade, fiabilidade e custo.

É esta proposta que os eleitores açorianos criteriosamente subscrevem que agora deixamos à vossa consideração.

Uma proposta objectiva, pautada pelo rigor, isenção e qualidade, para dignificar a comunicação social açoriana. Para com os açorianos, continuar a mudar os Açores.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira para pedir esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social:



Apenas duas perguntas muito simples, pois não temos tempo para mais.

A 1.<sup>a</sup> questão é a seguinte: vai haver transmissão directa dum canal da televisão nacional para os Açores?

E a 2.<sup>a</sup> é a seguinte: O que se passa a respeito dum Conselho Regional de Comunicação Social que aparece no Programa Eleitoral do PSD e que desaparece do Programa do Governo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Os Srs. nem programa para a comunicação social têm!

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (*Joaquim Machado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estranho que o Partido Socialista, pela segunda ou terceira vez, faça referências nesta Câmara a questões da comunicação social, quando no seu programa, apenas na introdução subscrita por alguém que certamente não as redigiu, dedica apenas quatro linhas muito genéricas e muito vagas sobre este assunto.

**Deputado Dionísio de Sousa** (*PS*): Olha o Sub!!!

**O Orador:** O Sr. Deputado tenha calma!

Parece que o Sr. Deputado está com sintomas do "síndrome da destituição adquirida".

*(Risos da bancada do Governo)*

**O Orador:** Mas tenho muito gosto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Socialista. E a resposta é negativa e explico-lhe porquê:

É negativa porque, contrariamente ao que V. Ex.<sup>a</sup> ontem tentou, abusivamente, fazer crer, que esta Câmara havia aprovado uma resolução, no sentido da transmissão directa de um canal nacional, o que na verdade esta Câmara aprovou, em Novembro do ano passado, foi uma resolução que recomendava ao Governo que providenciasse no sentido de criar um segundo canal de serviço

público na Região, através do qual se transmitisse, **integralmente**, que é muito diferente de directo, um dos programas emitidos pela RTP em Lisboa, preferencialmente o primeiro.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira para pedir mais esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pelos vistos o Sr. Subsecretário não respondeu à minha segunda pergunta, sobre o Conselho Regional de Comunicação Social.

**Presidente:** Sr. Subsecretário, em querendo, tem a palavra para responder.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A resposta à segunda pergunta estava implícita na introdução à minha primeira resposta. Ou seja, tal como o Partido Socialista também fez adaptações, nalguns casos, do seu programa eleitoral de 92, em relação ao programa eleitoral de 88, o Governo também entendeu fazer algumas adaptações do seu programa, em relação ao programa eleitoral que o PSD apresentou aos eleitores. E não foi apenas esta área que foi suprimida. Foi essa como muitas outras.

Nós sabemos que estamos numa situação em que urge tomar iniciativas, no sentido de conter a despesa. E se entendermos que é viável a criação de um Conselho Regional de Comunicação Social, se ele não pesar no orçamento regional como poderia pesar, possivelmente, fazendo a analogia em relação aos encargos doutros conselhos semelhantes, se entendermos que ele é benéfico para a Comunicação Social Açoriana, certamente não será pelo facto de não estar integrado neste Programa do Governo, que deixaremos de o fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma intervenção.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma das funções mais dignas e portanto mais nobres do Parlamento de um país, é precisamente a análise, discussão e votação do programa do Governo. É neste preciso momento que o poder legislativo e o poder executivo se entrecruzam submetendo este àquele a decisão final sobre as suas propostas governativas, através do solene direito do voto dos seus deputados.

Da leitura e análise do presente programa do Governo Regional, vamo-nos debruçar sobre a área específica dos serviços públicos, ou melhor dizendo, sobre o sector da administração pública regional.

O Governo Regional neste programa defende uma contenção na admissão de pessoal não qualificado .

Trata-se de um propósito válido, defensável, mas que não pode ser tomado à letra.

É que a máquina administrativa para funcionar, necessita também desse pessoal não qualificado.

Fechar as portas à admissão desse pessoal pode levar à paralisia da máquina administrativa, pela falta precisamente dessas unidades sem qualificação específica e que executam as tarefas ditas básicas dos serviços públicos.

Lembro especialmente a dificuldade já sentida em muitos departamentos regionais no preenchimento de vagas em carreiras como as de auxiliar administrativo, vulgo contínuos, porteiros, mecânicos, pessoal de limpeza, etc..

Esta contenção, se exagerada, leva a formas menos claras de admissão de pessoal, como seja o recurso indiscriminado aos contratos a prazo ou o recurso aos famigerados tarefeiros que invadiram a função pública portuguesa e regional há alguns anos atrás, com manifestos prejuízos quer para a administração, que ao fim de um ano não os pode voltar a contratar, quer para o trabalhador que ao fim do mesmo ano vê cortado o seu vínculo e pior que tudo, vê-se no desemprego.

E ao fim e ao cabo é a Administração a principal prejudicada, pois vê-se obrigada a despedir um trabalhador, precisamente na altura em que ele começa a estar rodado e preparado para as funções que lhe foram cometidas.

Isto para dizer que no sector da função pública não se pode ser demasiado rígido no congelamento de admissões de pessoal não qualificado, sob pena de ser a própria administração a sofrer em última análise as consequências da rigidez das suas medidas.

Um outro ponto bastante importante e que não se vê tratado no programa do Governo é a melhoria do sistema de incentivos que permita de uma forma mais eficaz otimizar a fixação dos funcionários, sobretudo de técnicos qualificados, quer nas ilhas mais pequenas quer na Ilha de S. Miguel nas zonas mais afastadas das áreas citadinas, sobretudo nos concelhos de Povoação e Nordeste. O sistema legal em vigor não resolveu satisfatoriamente este problema e continua a ser grande a falta de funcionalismo qualificado nas áreas atrás referidas.

São sabidas e por demais conhecidas as dificuldades que tal facto acarreta para as populações.

Esta situação tem sido ao longo dos anos um dos calcanhares de Aquiles desta Autonomia.

Nunca teremos uma administração plenamente eficaz enquanto não tivermos funcionários de qualificação superior, sejam eles professores, médicos, engenheiros ou outros, colocados e a viver o seu dia a dia, lado a lado com as populações, nas ilhas mais pequenas ou nos concelhos mais distantes da Ilha de S. Miguel.

Há um terceiro ponto em que o programa do Governo é ambíguo e que hoje é a pedra de toque de toda a administração moderna.

Falo daquilo a que se chama a administração aberta, ou, por outras palavras, a transparência da administração.

É que a transparência da administração não se obtém apenas como se pretende no programa do Governo, através, e cito "...da criação de novas estruturas de informação que permitam ao cidadão um melhor conhecimento da sua administração."

Essas estruturas informativas são necessárias, mas só por si são insuficientes para levar a administração ao conhecimento do cidadão.

Esse conhecimento tem o cidadão que o ter no seu dia a dia de contactos com os departamentos governamentais. O cidadão deve ser elucidado no próprio momento em que recorre à administração, de toda a cadeia de actos que são necessários praticar para que ele consiga atingir os seus objectivos, desde que, como é óbvio, esses objectivos sejam legais.

O que se verifica a maior parte das vezes é vermos o cidadão a andar a correr de uma Secretaria Regional para outra, de um departamento regional para outro, para conseguir a simples aprovação de um subsídio, seja ele para a construção de um restaurante, seja ele para a aquisição de casa própria.

E é esta situação que é preciso alterar.

Para benefício do cidadão. para uma boa imagem da administração. Urge acabar com a Administração-Poder e criar uma Administração-Serviço.

Por isso, temos de ter uma administração clara, para que seja honesta, por isso temos de ter uma administração eficaz, para que seja útil.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para dar um esclarecimento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Silva Melo, apreciei o tom em que ela foi produzida mas não concordo com o conteúdo. Discordo porque, relativamente às medidas que foram utilizadas e no contexto em que nós vivemos, para além das intenções, todas essas medidas são geradoras de grandes despesas.

O Sr. Deputado há-de reparar que de todas as medidas que foram anunciadas, não houve nenhuma alternativa. Porquê?

1.<sup>a</sup> medida - aumento das contratações contra o descongelamento.

2.<sup>a</sup> medida - idem.

3.<sup>a</sup> medida - acabou por redundar no mesmo. E, por conseguinte, nós temos que equilibrar a administração, mas ao mesmo tempo temos que tentar não aumentar mais os custos, senão vamos cair na quadratura do círculo. Por exemplo, que a SATA tem que voar mais; os serviços têm que ser melhores; que há que ter mais aviões; que não se pode pôr gente em casa; o custo da SATA tem que ser um custo mais reduzido; os preços das tarifas não podem aumentar para não penalizar os residentes. Portanto, há aqui, no mínimo, uma impossibilidade matemática impossível de resolver.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para prestar esclarecimentos.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo à questão posta pelo Sr. Secretário das Finanças, eu gostava de referir que eu próprio estou de acordo com esta contenção. Ou seja, eu não proponho uma admissão indiscriminada deste pessoal não qualificado. Só que - como o Sr. Secretário bem sabe - na prática, quando em todos os serviços eu tenho a impossibilidade de os contratar para a admissão nos quadros, posso socorrer-me da figura da contratação a prazo. O que acaba, em certa medida, por apresentar aqueles inconvenientes que eu acabei de citar. Em vez deles entrarem pela porta, entram pela janela com prejuízos para a administração.

Relativamente ao último ponto, não sou eu que faço aumentar as despesas, aliás no próprio Programa do Governo - e volto a citar - fala-se na "criação de estruturas informativas".

Eu não ponho em causa estas estruturas, pois até como funcionário público que sou acho-as necessárias. Só que acho muito mais viável serem os próprios funcionários, no seu local de trabalho, a facilitarem estas informações ao cidadão, quando este procura os serviços públicos para a obtenção de determinados benefícios pessoais. Portanto, eu não estou a propor qualquer aumento de despesas.

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar para intervenção.

**Deputado José Ramos Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É nosso dever e obrigação, nesta Câmara, analisar, discutir e concordar ou rejeitar o Programa do V Governo Regional dos Açores, da responsabilidade do Partido Social Democrata ao qual me orgulho de pertencer.

Podemos afirmar, sem medo de errar, que este é o melhor Programa de Governo para a nossa Região, e digo sem medo de errar, porque este Programa está elaborado em conformidade com o manifesto eleitoral que o PSD apresentou ao eleitorado açoriano e o dito manifesto foi amplamente divulgado e analisado pelo povo das nossas ilhas e, após essa análise, os eleitores disseram, maioritariamente, no dia 11 de Outubro que o PSD apresentava o melhor programa e o melhor projecto para o desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

Esse sim foi dado porque o PSD soube ouvir as populações e com elas trabalhar para se elaborar um documento e desenvolver uma acção que dê resposta às necessidades e meios de quem habita estas nove parcelas que constituem a nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Programa merece a nossa confiança e mereceu a confiança da maioria dos eleitores dos Açores porque prevê um conjunto de intenções, que serão transformadas em acções, em todos os sectores da vida regional que permitirão continuar o progresso de todas e cada uma das nossas ilhas. Contudo, farei aqui e agora, referência apenas a um sector que me parece de grande importância para o bem estar e qualidade de vida da população açoriana, que é o sector da habitação. Julgo de grande importância e assim o julgou também o Governo, pois dedica neste Programa, grande atenção nesta área.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que uma habitação condigna contribui em muito, para a estabilidade da família, para uma melhor integração dos jovens na sociedade e também para a fixação da população.

Em suma, contribui para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

É também de louvar, aqui e agora, a actividade que foi desenvolvida pelo IV Governo Regional dos Açores, também da responsabilidade do PSD, nesta área, aliás já reconhecida durante este debate, pelo menos por um partido da oposição.

Contudo, não podemos parar, porque como diz o povo "parar é morrer" e nós não queremos parar e o povo cada vez exige mais, porque nunca o homem se sente totalmente satisfeito, daí que seja importante, tal como refere o Programa agora em análise, continuar com os incentivos já criados e melhorá-los tanto quanto possível. Referimo-nos concretamente aos apoios existentes para a construção ou aquisição de casa própria, que devem continuar a existir, mas que também devem ser atribuídos com base em informações rigorosas por forma a racionalizar os meios existentes e com eles atingir de forma cada vez mais acentuada as camadas populacionais mais carenciadas, e é também nosso entender que a população jovem deve merecer especial atenção tal como aconteceu durante o mandato do IV Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Outro aspecto que julgamos de grande importância é o apoio à recuperação de habitações degradadas, pois só com esse apoio, é possível a uma grande faixa populacional, recuperar e passar a dispor de uma casa condigna e ao mesmo tempo, não deixar decair o parque habitacional já construído. De certa forma ligada a esta preocupação, expressa no Programa do Governo, de não deixar decair o parque habitacional construído e de o rentabilizar ao máximo possível, julgamos acertado e conveniente encontrar formas de incentivar as pessoas que disponham de casas fechadas, e que em algumas zonas são muitas, por diversos factores, nomeadamente a emigração, ser possuidor de mais que uma habitação, etc; que as coloquem à disposição de quem delas necessita, recebendo as contrapartidas que se julguem convenientes e ao mesmo tempo tendo a garantia, como não podia deixar de ser, de que a casa continuará a ser sua propriedade desde que não pretenda desfazer-se dela.

Com a política apontada neste Programa e nesta área, com a vontade firme de fazer sempre mais e melhor, tanto neste sector como em todos os outros, é de



esperar que os Açores e os Açorianos continuem a experimentar o gosto do progresso. Assim o esperamos e por isso confiamos neste Programa e neste Governo para levar os Açores a bom porto.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social pede a palavra para?

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, não sei bem se será possível a figura regimental do esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para dar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dar um esclarecimento, apesar do Sr. Deputado não ter sido muito explícito na sua intervenção e aproveito também, para dar o esclarecimento de há pouco, Sr. Deputado Carlos Mendonça. E é relacionado com duas questões, ou seja, uma delas, a de uma médica que está temporariamente a residir na Graciosa (é esposa de um juiz), e da sua possibilidade ou não, de trabalhar e prestar serviço no Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa.

Este assunto foi colocado, mas eu na altura não estava em condições de responder, porque não posso saber qual é a situação de cada um dos 300 médicos que nós temos na Região, porém neste momento, posso esclarecer a Câmara que esta senhora vai ser contratada, em breve, pela Secretaria para prestar, **como contratada**, funções no Centro de Saúde da Graciosa.

As dúvidas que se colocaram até agora, residiam no facto de como se previa que a senhora estaria na Graciosa apenas por um curto período de 9 meses a 1 ano, não seria conveniente - e já foi decidido que não é conveniente - abrir uma lista de utentes para funcionar como médica de família. Será, certamente aproveitada nos serviços de urgência e nos serviços de consulta.

Em relação às obras do Centro de Saúde, elas estão já em curso. Houve dificuldades de execução, num passado recente, porque se trata de

aproveitamento de uma instalação antiga, que era o antigo hospital concelhio de St<sup>a</sup>. Cruz da Graciosa e, paralelamente a isso, tinha uma ampliação.

Quando se mexe numa casa velha, na qual não existem planos, nomeadamente em relação a questões que parecem de somenos importância mas que depois causam problemas no próprio decurso das obras - por exemplo as canalizações e as instalações eléctricas - há necessidade de demolir e fazer trabalhos não previstos, inicialmente, no projecto, daí esse atraso.

De qualquer maneira, esses assuntos estão equacionados e espera-se muito em breve que as obras em curso tenham uma aceleração e, por consequência, o nosso objectivo que é ter instalações modernas e condignas para Santa Cruz da Graciosa, vai ser conseguido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para?

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado - Sr. Secretário Regional - pelo esclarecimento que se dignou prestar-me, no entanto eu gostaria de precisar, em termos temporais.

Disse que ia ser muito em breve: qual é a sua previsão dessa brevidade, ou seja, da médica entrar ao serviço dos graciosenses?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional, em querendo, para responder.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Logo que eu chegue à Terceira, vou assinar esse despacho para que a médica seja contratada.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Amanhã ao meio dia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar para dar um esclarecimento.

**Deputado José Ramos Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de complementar o esclarecimento já aqui prestado em relação à médica que está a residir temporariamente na Graciosa, para dizer que perante essa situação, eu também sinto o desejo da mesma poder atender os utentes da Graciosa.

No entanto, e como o Sr. Deputado Carlos Mendonça sabe, existem várias áreas de actuação do Centro de Saúde e, concretamente no Centro de Saúde da Graciosa, só são colocados clínicos gerais. E estes regem-se por legislação própria e têm um campo de actividade muito vasto. De qualquer modo talvez não se compadeça até, com o espaço de tempo que ela lá estará.

Por outro lado, é sempre de aproveitar os recursos que existem na nossa terra. E esta senhora que se encontra lá, neste momento, será aproveitada.

Tanto quanto julgo saber, já foram feitos vários contactos com essa senhora, no sentido de escolher uma forma de ela poder colaborar com os médicos que lá estão colocados e poder prestar um serviço à população da nossa ilha, pois é isso que todos nós queremos, certamente, e por isso julgo que o tempo que medeia entre a espera que se está a ter e o início das suas funções, será muito breve.

De qualquer modo, também se sabe que essa senhora pretende sair, muito em breve, de férias. E que talvez só após o seu regresso, é que iniciará as suas funções. Mas não lhe posso garantir com exactidão que isso se processe dessa forma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 17.40 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares, para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

*(Eram 18.15 horas)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira uma intervenção.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aglomerado de boas intenções, que em alguns sectores constitui este programa de Governo, não está até mal elaborado.

É fruto de 16 anos de experiência, de extensos debates nesta Assembleia e &o muito que a oposição, principalmente através do Partido Socialista, conseguiu transmitir ao longo deste tempo.

Há evidentemente a preocupação de tocar todos os temas e de em cada um, esquecer o menos possível.

Sabemos todavia, que a maioria dos assuntos aqui apresentados, farão parte novamente do próximo programa eleitoral do PSD. E que entre o enunciar e o executar vai uma grande distancia, que nalguns sectores se torna quase intransponível, para aquele que tem sido e continua a ser o Governo Regional dos Açores.

Isto é assaz preocupante pelo facto de constatararmos estarem os Açores à beira do momento mais crítico da era moderna e neste Governo pouco ou quase nada ter mudado a não ser o cansaço que parece apossar-se de alguns dos seus membros.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, grandes e graves problemas irão os Açores encontrar nas épocas que se avizinham;

A emigração, devido às crises económicas que afectam as nações tradicionalmente acolhedoras das gentes dos Açores, não será, pelo menos durante alguns anos, o refúgio que tem sido para aqueles que não conseguem subsistir na sua terra.

Os que lá estão, pelo menos muitos deles, desejam regressar. Têm até tentado fazê-lo, mas ao chegarem à sua Ilha resolvidos a ficar, deparam com o vazio à sua frente.

De concreto, apenas os esperam a vaca ou o barco artesanal. Por isso, do mal o menos, lá voltam à terra estranha. Desta vez, uma certeza amarga na bagagem: a definitiva desilusão!

A Base das Lajes, "Eldorado" nos Açores durante várias décadas, embora continuando a existir, não será mais aquela fonte de riqueza que tem sido: nem para o Palácio de Santana, nem para os trabalhadores da Ilha Terceira.

No que concerne aos despedimentos nas Lajes, homens que recebem algum dinheiro de indemnizações, irão às dezenas tentar subdividir as já quase divididas até ao infinito, pequenas lavouras, da Ilha Terceira e possivelmente de outras Ilhas. E que a alternativa imediata, na mente de quem necessita trabalhar para viver, é e será uma vez mais a vaca, ou a pesca.

Quanto a nós porém, a verdadeira alternativa estará no Sector Industrial.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É evidente que no que respeita à Indústria, se este Governo passasse à prática tudo o que menciona no seu programa e que deriva em grande parte da tal longa aprendizagem com o Partido Socialista, seria excelente.

Se o Governo procedesse em primeiro lugar a uma eficaz e real sanidade animal;

se contribuísse para a colocação dos derivados do leite no exterior;

se avançasse de imediato com a classificação do leite na Zona demarcada do Queijo de São Jorge;

se procurasse por todos os meios, que a matéria prima, que constitui o gado desta Região, fosse transformada nos Açores;

se ajudasse a desenvolver ainda mais a Indústria Alimentar;

se desenvolvesse como se impõe a Indústria pesqueira, modernizando a frota de forma a que se conseguisse produzir mais;

se conseguisse que a madeira produzida nesta Região fosse aqui transformada;

se na Hotelaria ajudasse a dar o empurrão final que se impõe, para não ficarmos com tudo dum lado e pouco menos de nada no outro;  
se construísse os Parques Industriais já anunciados e tão necessários;  
se a já famosa Zona Franca fosse coisa que existisse;  
se todos estes "ses" se transformassem em realidades então este Governo daria um grande e significativo passo em frente para o desenvolvimento dos Açores. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, em nosso entender isto não seria tudo.

Não basta construirem-se Parques Industriais e deixá-los para aí como corpos sem alma, autênticos cadáveres a atestarem aquilo que nos falta: conhecimento do que, e como produzir, de onde e como vender, de como arranjar financiamentos, em suma, de como diversificar a nossa Indústria.

O isolamento em que vive o cidadão comum nestas Ilhas, a falta do constante contacto com os mais diferenciados mercados e conseqüentemente o desconhecimento de inúmeros produtos neles existentes, condiciona sobremaneira qualquer iniciativa em novos investimentos.

Esta falta de pontos de referência, que o Açoriano tem em relação ao Continental, constitui quanto a nós, um dos mais graves custos de Insularidade a que estamos sujeitos.

Daí que, deveria pertencer ao Governo, criar condições que possam ultrapassar este verdadeiro fosso criado entre o desejo de fazer alguma coisa e o não saber como.

Deveria o Governo Regional ordenar todos os estudos que entendesse necessários a técnicos competentes, que se lançassem na procura de verdadeiras pistas, quer de produtos quer de mercados, que oferecessem segurança à partida nesse tipo de investimento.

Se isso vier a acontecer, teremos respostas para os emigrantes que queiram voltar, para os que não queiram partir, para os trabalhadores despedidos das Bases das Lajes e das Flores, para todos aqueles que possuindo algumas poupanças queiram investir em áreas minimamente seguras, capazes de produzirem riqueza.

Se para tal o Governo Regional, para além de tudo o mais, tiver de se constituir em parceiro empresarial apenas até que se prove a viabilidade das empresas, que o faça!

Que dê a mão, que ajude a arrancar com pequenas e médias empresas industriais, pois só assim mostrará saber compreender os verdadeiros problemas que aqui se vivem e desejar participar activamente na sua solução.

Tenho dito!

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

**José Fernando Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção neste parlamento, gostaria de saudar todo o povo dos Açores, perante os seus legítimos representantes aqui presentes.

Gostaria, de igual modo, apelar ao esforço de todos para a dignificação desta Assembleia, de modo a que possamos satisfazer a confiança que em nós foi depositada.

A estabilidade política tem sido o pressuposto fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural que se tem verificado na Região Autónoma dos Açores.

Desenvolvimento esse que tem contribuído para a melhoria do nível de vida dos açorianos, ao que não é alheio, a manutenção de baixas taxas de desemprego e inflação, com o conseqüente aumento do poder de compra.

As políticas de incentivos, dentro do quadro comunitário e fora dele, tanto nos sectores económicos como nos sociais, são fundamentais para o desenvolvimento e equilíbrio regional.

Merecem especial destaque as políticas relacionadas, por um lado, com a área

da Educação e, por outro, com as áreas da Saúde e Habitação, como forma de, no primeiro caso, apostar na capacidade dos açorianos e, no segundo, promover uma vida com qualidade e bem estar.

A formação profissional deverá ser uma preocupação constante na acção governativa, de modo a aproveitar os recursos humanos disponíveis, fundamentais para a economia regional.

Por outro lado, a promoção da iniciativa privada, mediante sistemas de incentivo ao investimento e à modernização/ inovação, constitui uma política fundamental para a participação de toda a sociedade açoriana no desenvolvimento económico-social da Região e redução do peso do Estado.

Assim, a Administração Regional terá a oportunidade de canalizar todos os seus meios humanos, materiais e financeiros, para as áreas consideradas prioritárias, sem esquecer o objectivo fundamental da satisfação das necessidades e anseios dos utentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No contexto actual em que se inserem os Serviços Públicos, torna-se necessário políticas de gestão orientadas por princípios empresariais, de modo a que sejam rentabilizados os meios disponíveis e, ao mesmo tempo, melhor qualidade nos serviços prestados à comunidade em geral.

Surge, pois, a necessidade de uma verdadeira gestão financeira da Administração Regional: planeamento, execução controlo e correcção dos gastos públicos.

Torna-se urgente uma reforma orçamental e de contabilidade pública por forma a estabelecer um novo regime de administração financeira que seja capaz de satisfazer as necessidades em termos de gestão da Administração Regional.

Os Serviços Públicos, mediante objectivos previamente aprovados, deverão ter maior autonomia na gestão dos seus orçamentos por forma a que a realização e o pagamento das despesas não careçam de prévia autorização das Delegações da Contabilidade Pública.

Será necessário a introdução de novas peças financeiras imprescindíveis ao planeamento, execução e controlo das despesas e receitas.



Seria fundamental e de extrema importância que na gestão dos dinheiros públicos se aplicasse o Plano Oficial de Contabilidade (P.O.C.), em vigor no sector privado.

Aliás, à semelhança do que existe no Serviço Regional de Saúde, que é uma adaptação desse Plano à área específica da saúde, que se designa por Plano Oficial de Contabilidade dos Serviços de Saúde (P.O.C.S.S).

Na perspectiva, porém, de que a administração seja gerida em moldes empresariais, conciliando, obviamente, com a componente social que lhe compete.

Para finalizar, salienta-se o facto do sistema financeiro e orçamental estar, actualmente, desfasado da realidade.

Por um lado, o sistema contabilístico existente não nos dá a informação necessária e atempada para as devidas medidas de gestão e, por outro, o sistema de financiamento é pouco adequado na medida em que privilegia a política dos "Cortes".

em detrimento da discussão, inter-departamentos, dos planos e propostas de orçamento.

Deste modo, existe uma certa desmoralização do sistema, provocado pela sub-orçamentação que, no caso da Saúde, tem conduzido a alguns problemas na realização de despesas, perante regras rígidas do Tribunal de Contas, em que nem sempre é possível conciliar com o princípio geral de que nenhuma despesa pode ser realizada sem que para tal exista o respectivo cabimento orçamental.

Contudo, com o Programa do V Governo, estão criadas as condições para a continuação do desenvolvimento harmonioso, nas suas várias vertentes, tendo como pressuposto fundamental o fortalecimento da Unidade Regional, através da redução das assimetrias inter-ilhas.

Tenho Dito.

Muito Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado para uma intervenção.

**Deputado Mário Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pese embora uma grande dose de humildade democrática, que nalgumas circunstâncias até é salutar, não deixa, contudo, de ser doloroso, para mim, como candidato derrotado, ter que me pronunciar, como deputado, sobre um programa de governo que, felizmente para uns infelizmente para outros, não corresponde propriamente aquilo que eu julgo ser necessário e urgente fazer para definitivamente colocar os Açorianos em patamares semelhantes aos dos nossos restantes concidadãos europeus, apesar das minhas grandes discordâncias serem mais relativamente às actuações de certos executantes e modos de atingirem os respectivos fins, do que propriamente a estes mesmos fins que, confesso, estou na maioria dos casos em sintonia.

Por isso, não podia, nem o farei, criticar a boa brochura bem como algumas das promessas e intenções nela contidas.

No entanto, da sua leitura atenta, fica-me a consolação, da razão me assistir, quando retenho duas premissas que ninguém poderá negar.

A 1.<sup>a</sup> é o vastíssimo rol de intenções programáticas demonstra que muitíssimo há a fazer porque muitíssimo ficou por fazer, o que legitima, só por si, o desejo de mudança livremente manifestado por dezenas de milhares de Açorianos.

*(Risos do Presidente do Governo)*

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** E os outros?

**O Orador:** A 2.<sup>a</sup>, a razoabilidade das críticas entretanto efectuadas, na medida em que muitas destas intenções, já outrora manifestadas, ficaram, infelizmente, para todos nós, por cumprir, pelo que, são legítimas as dúvidas que nos assistem quanto à concretização do agora prometido na medida em que é grande o défice de concretização entre o outrora programado e o até à data executado.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Isso foi na Câmara!

**O Orador:** Julgo que o Governo não terá problemas em fazer aprovar o seu Programa, pois, legitimamente vive um novo estado de graça, por isso esperarei para ver e crer, se, passado o susto, se passará das palavras aos actos e se terão, desta vez, credibilidade as promessas e intenções agora, novamente, manifestadas.

Assim o espero, para bem de todos e porque, acima dos interesses partidários para mim, os Açores estão primeiro.

Disse.

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que eu desejava pedir ao Sr. Deputado Mário Machado, refere-se à parte da sua intervenção onde se encontra o rigor, a competência e a coerência. E isto por quê?

V. Ex.<sup>a</sup> esqueceu-se que estas pessoas que aqui estão, são as mesmas de há dois meses, em que o Sr. Deputado, através dos tempos de antena e na sua actuação política, constantemente acusava de corruptos, salteadores etc.!

Caluniou pessoas, individualmente, e vem agora a esta Casa, com esse descaramento, depois de falar em rigor, em competência e coerência, fazer um discurso de aproximação como se nada tivesse acontecido e como se nós não sentíssemos. Nós somos filhos de boa gente, Sr. Deputado! Nós sentimo-nos!

As eleições não foram há muito tempo. Foram apenas há dois meses. E nessa altura, a vossa candidatura liderada por si, insultava, caluniava dirigentes do Partido Social Democrata! Com provas dadas!

Os Srs. têm medo e o Sr. Deputado Mário Machado também tem!

Eu pensava que ele vinha aqui a esta Casa...

*(Protestos inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estava convencido, bem como o Partido Social Democrata, que o Sr. Deputado Mário Machado vinha anunciar...

**Deputada Lisete Silveira (PS):** O quê?! A aderência ao PSD?!

**O Orador:** Pelo amor de Deus!

"O diabo seja cego, surdo e mudo"!

Como eu ia dizendo, nós pensávamos que ele vinha aqui anunciar a criação duma comissão de inquérito, para averiguar os actos do Sr. Presidente do Governo. Ou vinha aqui denunciar a corrupção de alguns membros do Governo ou alguns dirigentes do PSD. Era isso que nós estávamos à espera.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** É possível!

**O Orador:** Porque há dois meses, éramos constantemente insultados!

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Vocês não insultaram?!

**O Orador:** Não, Sr. Deputado! Foi por isso que ganhámos as eleições. Esta é que é a nossa diferença.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

E nós havemos de analisar aos poucos - porque eu gosto de fazer isso - os tempos de antena um a um. Temos tempo para isso. Temos 4 anos para ir falando nisso.

Porque o Partido Social Democrata não pode aceitar de maneira nenhuma, que venha agora aparecer o "lobo" vestido de "cordeiro".

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para dar um esclarecimento, presumo eu.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Efectivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Mário Machado subiu àquela tribuna para fazer um discurso como entendeu fazer, dentro das regras da maior dignidade.

O Sr. Deputado Rui Melo, no estilo que lhe é habitual, "saltou" da sua bancada, com gestos e voz, em total desacordo com aquilo que aqui foi dito.

Eu só quero lembrar-lhe uma coisa:

O Sr. Deputado já massacrou um dirigente do PS, durante mais de um ano aqui sentado, maltratou-o, vilipendiou-o, insultou-o - é verdade não o negue, porque é verdade! - portanto, não se prepare para repetir a graça! Porque nós estaremos aqui atentos e queremos todos que nesta Casa se procure dar o tom de dignidade que ela, de facto, merece.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):**

Pobre do Eng.º Martins Goulart!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós somos todos humanos e sentimos todos na carne quando falhamos, porque nem sempre temos razão.

Devo dizer que durante a campanha eleitoral houve, de facto, algumas opções que se fizeram e que caíram bem fundo. Uma delas foi uma notícia que eu cheguei a ler num semanário de Lisboa, de que (isto foi num sábado) na semana anterior o Governo Regional dos Açores tinha reunido e que todos os Membros do Governo tinham decidido aderir e - citando - havia "tachos para todos" (este era o termo). Ou seja, que todos os Membros do Governo já se tinham colocado

nos altos postos da administração pública regional e nas empresas públicas regionais.

Eu quero afirmar perante esta Câmara, e para os meus filhos (se me estiverem a ver) que é mentira!

Gualter Teixeira Andrade Furtado não fez isso! Nem em nenhuma reunião do conselho de Governo se fez isso!

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** É para um contraprotesto.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero contraprotestar em relação às afirmações do Sr. Deputado Manuel Serpa, no que se refere à minha actuação na anterior legislatura.

Eu não posso permitir que o Sr. Deputado venha dizer que eu andei a insultar o líder do Partido Socialista, porque isso não é verdade.

O que eu costumo fazer nesta Casa, e vou continuar a fazer, é citar as contradições do Partido Socialista, porque elas são constantes.

O vosso ex-líder, que é um indivíduo completamente...

*Vozes da bancada do PS: Cuidado! Cuidado!*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** É isso que os Srs. estão a pensar, mas ele não diz!

**Presidente:** Sr. Deputado Rui Melo, fazia o favor de continuar!

Sr.<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira, deixe o Sr. Deputado continuar.

**O Orador:** Como eu ia dizendo, o ex-líder do PS, por ser um indivíduo inconstante, que faz afirmações hoje e desdiz amanhã, logo eu critico essa postura nesta Casa.

O que os Srs. querem é uma postura nesta Casa e outra postura lá fora. Os Srs. têm que se habituar a assumir o que dizem lá fora, porque têm que dizer a mesma coisa nesta Casa.

O Sr. Deputado Mário Machado insultou o PSD lá fora e eu vim relembrar aqui o que aconteceu.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Ele também foi insultado e é bom relembrar!

*(Protestos inaudíveis da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** Oh! Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu gostaria que a senhora não se excitasse tanto. Até porque já não tem idade para isso! Tenha calma!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sr. Deputado eu agradecia que não estabelecesse diálogo.

**O Orador:** Sr. Presidente, todas as vezes que eu uso da palavra, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira interrompe-me constantemente.

**Presidente:** O Sr. Deputado ainda dispõe de um minuto. Agradecia que concluísse o seu contraprotesto, relativamente às afirmações feitas pelo Sr. Deputado Manuel Serpa.

**O Orador:** Como eu ia dizendo, todas as vezes que eu uso da palavra, a Sr.<sup>a</sup> Deputada manda uma quantidade de apartes deselegantes!

Eu não posso aceitar isso!

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Tu não és elegante!

**O Orador:** Porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada quando quiser, pede a palavra e intervém. Voltando ao meu contraprotesto, quero reafirmar, aqui, que se o Sr. Deputado Manuel Serpa está a tentar condicionar a minha actuação - tenha paciência! - não vai conseguir.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Arruda pede a palavra para?

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** É para responder ao protesto do Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Apreciei a defesa que fez dum membro da sua bancada. Gostaria, igualmente, de lhe referir que a dignidade tem dois sentidos. Ou seja, quando defende a dignidade dum membro da sua bancada, eu também estarei aqui presente para fazer o mesmo em relação à minha. E se houve exageros em tempo de campanha eleitoral, por parte do Partido Socialista, nós reagimos sempre com muita calma, com muita ponderação.

É isso que peço que continue a haver nesta Câmara.

Muito obrigado.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** A Sr.<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira pede a palavra para?

**Deputada Lisete Silveira (PS):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, só faço apartes quando sinto que venho para aqui perder tempo a ouvir, normalmente, outros apartes e outras palavras que não têm crédito nem cabem no âmbito da discussão que se está a fazer!

É só para ficar registado que, de facto, indigna-me virmos para esta Casa perder tempo, quando temos que tratar de coisas tão importantes como o futuro da Região.

Disse.



*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Risos do Presidente do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Lima para uma intervenção.

**Deputado José Manuel Lima (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Sendo esta a minha primeira intervenção na ALRA, que há dias iniciou a sua V Legislatura, as minhas primeiras palavras são, naturalmente, de saudação a todos os presentes e para a formulação de dois votos.

O **primeiro** para que todos nós - Srs. Deputados, eleitos que fomos por sufrágio directo pelo Povo dos Açores, nos empenhemos na efectiva discussão e resolução dos problemas relevantes da nossa Região, e deixemos para trás discussões estereis e demagógicas que não dignificam em nada esta Assembleia e muito menos os seus membros, assim como, para que sejamos capazes, mesmo com o rigor que o debate político exige e pelo qual se caracteriza, de respeitar a opinião diferente dos outros.

O **segundo**, dirigido ao Governo, para que a vontade e entusiasmo que vos anima no início deste V Mandato se consubstancie em resultados objectivos de progresso, modernidade e bem-estar para a Região Autónoma dos Açores, para que daqui a 4 anos o Povo dos Açores possa mais uma vez fazer uma avaliação e escolha tão clara e justa como a que acabou de fazer em 11 de Outubro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional: O Programa do Governo que aqui estamos a apreciar foi, como todos sabem, sujeito a discussão e avaliação durante a Campanha Eleitoral que antecedeu as eleições de 11 de Outubro. Nesse Programa, então chamado de Programa Eleitoral, estão bastante claras e definidas as 7 grandes linhas de actuação do Governo, especificadas por sua vez em 45 pontos que o PSD propôs ao Povo Açoriano para governar os Açores no próximo quadriénio. E o Povo dos Açores de entre as várias propostas que lhe apresentaram, escolheu de uma forma democrática e significativa a proposta do PSD. Só por isso, é justa e

democrática a aprovação deste Programa, pois assim estamos a cumprir com a vontade do nosso povo. **Escamotear esta verdade é que não é nem uma coisa nem outra.**

Assim, a tarefa desta Assembleia, e principalmente da bancada do PSD será a de defendê-lo e, porventura enriquecê-lo naquilo que ele possa ser mais omissivo ou menos abrangente. É neste sentido que a minha modesta e curta intervenção se pautará

Se é verdade adquirida e sentida que a Recessão Económica está a atingir a Economia Mundial em geral e as economias de alguns países e zonas do Globo mais em particular, como sejam os casos dos Estados Unidos da América, do Japão e da Europa, não é menos verdade que nós aqui nos Açores começamos a sentir os seus efeitos e a apercebermo-nos de que eles não vão ser tão suaves e passageiros quanto se gostaria e precisava. Com efeito, a Economia Açoriana caracterizada por uma forte dependência do exterior, quer através dos mercados de destino dos nossos produtos quer das fontes de fornecimento de matérias-primas que utilizamos, não pode, por muito que queiramos, escapar-se aos efeitos desta Recessão. E esses efeitos traduzem-se, como não pode deixar de ser, em **contração do investimento público, em diminuição da actividade empresarial e em desemprego.**

Todavia, se a esses efeitos não pode a Região fugir, poderá, no entanto, através de medidas simples mas eficazes e com alguma imaginação, influenciar o grau com que esses efeitos se vão fazer sentir na nossa Economia. **No cenário presente**, em que as receitas tendem a diminuir, mercê das razões atrás referidas bem como devido ao eventual desaparecimento das contrapartidas financeiras da Base das Lajes e das Flores, e as despesas correntes a aumentar, não somente por gastos exagerados de verbas deste ou daquele departamento governamental, como muitos têm pretendido demagogicamente fazer crer, **mas**, sobretudo, porque quando se põem a funcionar mais escolas, mais hospitais, mais Centros de Saúde ou mais creches, essas despesas crescem, (dizia eu que num cenário destes), um dos meios que o Governo tem para obviar esse déficit é privilegiar e promover os sectores onde se cria riqueza, apoiando projectos

novos que sejam viáveis, isto é, que contribuam efectivamente para a alteração estrutural da nossa economia e que tragam realmente valor acrescentado à Região.

A transferência para o sector privado de algumas das tarefas que ao Estado estão neste momento atribuídas, mas que a experiência tem demonstrado poderem ser mais eficazes e económicas se desempenhadas por entidades de carácter privado, é outro caminho que o Governo terá de adoptar no sentido de aliviar os seus encargos correntes e melhorar os serviços prestados ao público e às empresas.

No Programa do V Governo Regional dos Açores, que estamos a apreciar, aprez-nos verificar que a páginas 38 e 39, estas preocupações são contempladas. de resto, estão consignadas neste Programa ideias bem definidas sobre o papel de subsidiariedade que o estado deve desempenhar numa Sociedade, que se pretende cada vez mais dinâmica e humanista.

São, sem dúvida, o fruto da longa experiência que o PSD tem de governação dos Açores e do protagonismo que tem tido na difícil missão a que se propôs, desde o início, de tirar estas ilhas do atraso em que se encontravam. Este Programa tem por isso, uma base prática e realista. E se associarmos a competência, o dinamismo e a capacidade de diálogo deste Governo, não temos dúvidas que ele vai galvanizar todos nós, Açorianos, proporcionando mais uma vez um clima de **sucesso**, de **mudança**, e de **modernização** dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sem querermos nos alongar demasiado, gostaríamos, no entanto, de referir duas ou três questões que sabemos constituir preocupação deste Governo, mas que por não estarem especificadas no actual Programa, achamos de interesse aqui colocar.

A **primeira**, refere-se à necessidade de se proceder em tempo útil ao pagamento dos incentivos dos Programas SIBR, SINC e SIFIT às empresas que a eles concorreram, para que os objectivos dos mesmos não se percam e se traduzam apenas em verbas que quando chegarem às mãos dos empresários sirvam só para pagar juros à Banca.

A **segunda**, decerto mais complicada, prende-se com a necessidade de se criar regulamentação, ao abrigo da nossa condição de região ultra-periférica, para que nos concursos de Obras Públicas e outros, sejam definidos critérios de selecção que privilegiem as empresas que liquidam impostos na Região, promovendo-se assim, para além de maiores receitas, uma maior cooperação entre empresas do Continente e dos Açores e, porventura, uma maior sediação dessas empresas na nossa Região.

A **terceira**, resulta da aplicação prática que temos vindo a observar do POSEIMA. Com efeito verificamos que se se insistir na repercussão total para os consumidores finais dos efeitos benéficos do mesmo, a indústria ficará, e só ela, de fora do acesso às benesses que na origem desse Programa Comunitário se pensava viessem a dizer-lhe também respeito. Se assim vier a acontecer, tornar-se-á indispensável que se prossigam as negociações para alargar o campo de acção, também à Indústria, do actual POSEIMA.

Já referimos que o futuro enquadramento europeu não nos vai ser tão favorável quanto se pensava por alturas da feitura deste Programa do V Governo Regional dos Açores. Ainda a semana passada alguns países da Comunidade Económica Europeia se recusaram a participar para o reforço do Fundo de Coesão Estrutural, decisão que a manter-se e conjugada com a já anunciada redução do Pacote Delors II e adiamento da assinatura do Tratado de Maastricht, nos virá afectar de forma relevante. Percebemos, claramente, as dificuldades orçamentais que o V Governo vai encontrar pela frente para implementar este Programa.

Porém, o PSD e os governos que tem suportado têm demonstrado, ao longo dos anos, saber ultrapassar situações difíceis, contando para isso com o seu grande poder de diálogo quer com as instâncias europeias como com o Governo da República.

Estamos certos, que também assim acontecerá no Futuro.

Disse. Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

São várias as matérias que gostaríamos de tratar com alguma profundidade, contrapondo ao programa do Governo outras propostas e perspectivas.

As limitações de tempo impedem-nos, no entanto, de ir por esse caminho de forma sistemática, tendo antes que optar por seleccionar um ou outro assunto de maior relevância no momento.

Ao longo do corrente ano certos responsáveis e alguns Órgãos de Comunicação Social foram avançando lentamente com a ideia de que, afinal, o custo de vida não seria nos Açores mais alto do que no Continente. Recorde-se que esta tendência começou a ganhar alguma (embora tímida) expressão após a Assembleia Legislativa Regional na 4.<sup>a</sup> Legislatura ter aprovado oportunamente o Decreto Legislativo Regional da Remuneração Complementar.

Já neste debate o Governo através do seu Presidente aludiu diversas vezes à necessidade de se proceder à redução de despesas públicas, nomeadamente através da revogação de legislação "marcada por um despesismo infrene", para usar a expressão utilizada.

Gostaríamos de deixar claro que certas despesas vultuosas são consequência da nossa situação insular e que só poderemos apostar num futuro mais justo e equilibrado se tivermos a coragem de realizar essas despesas. Ao contrário também há que ter coragem de cortar em muitas despesas, incluindo despesas de investimento mal avaliadas, que em nada contribuem para a construção do futuro.

É pois oportuno vir hoje aqui, no debate do Programa do Governo, lembrar que o custo de vida continua a ser substancialmente mais caro na nossa Região do que no Continente. A afirmação precedente é confirmada por um estudo por nós realizado tendo por base um conjunto de elementos extraídos de publicações do Serviço Regional de Estatística e do Instituto Nacional de Estatística, referentes aos anos de 1990 e 1991 conjugados com recolha de informação efectuada em

**Ponta Delgada e Lisboa** em estabelecimentos idênticos, referidos também ao ano em curso.

Assim considerou-se um conjunto de bens alimentares essenciais (e apenas esses) e verificou-se que a mesma quantidade custava mais caro em Ponta Delgada do que em Lisboa (+10% em 1990 e mais 11% em 1991).

De acordo com as mesmas fontes oficiais a inflação em 1992 no Continente e nos Açores será idêntica, pelo que se pode concluir (como os inquéritos directos o confirmam) que em 1992 o custo de vida no que respeita a bens alimentares básicos, é cerca de 10 a 11% mais alto em Ponta Delgada do que em Lisboa.

Não falamos no custo de vida em Angra e na Horta e em outras ilhas, mas todos nós sabemos que é ainda mais alto do que em Ponta Delgada.

Gostaríamos ainda de informar que se retirarmos dessa listagem de produtos alimentares básicos, os produtos derivados do leite, esse aumento acentua-se bastante mais. É óbvio que não incluímos despesas de vestuário, calçado, transportes e outros sectores.

Referimos com mais ênfase a situação em 1990 e 1991 por estarem já publicados dados oficiais e completaremos este estudo no que respeita a 1992 com esses dados oficiais quando estiverem publicados. Os inquéritos complementares e os dados da inflação não deixam porém dúvidas que em 1992 a situação se manterá.

Caso algum Sr. Deputado ou membro do Governo queira dispor dos dados essenciais deste estudo (lista dos produtos, unidades utilizadas, custos apurados) teremos muito gosto em fornecer cópia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A realidade regional impõe que as políticas salariais nos sectores público e privado e o valor das prestações sociais tenham em conta o custo acrescido de bens e serviços essenciais.

Uma política de desenvolvimento com utilidade social obriga que esta realidade seja considerada. Fugir dela é pôr de parte uma das nossas mais palpáveis especificidades e tal contraria tudo o que seria razoável.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez que estou nesta Câmara. E como cidadão e como agricultor que sou - e em nome de todos os agricultores dos Açores - gostaria de homenagear todos aqueles que por aqui passaram e que trabalharam para a dignificação desta Casa.

Gostaria de saudar todos os presentes, aqui, e desejar ao Sr. Presidente do Governo bem como aos Membros do Governo, as maiores felicidades na árdua tarefa que vos espera.

Falar em programas de governo, seja do PSD ou do PS, acaba por ser fácil. E é fácil, porque todos eles reportam-se a todos os problemas da sociedade. E mais do que isso, têm a solução mágica para eles.

Assim, como agricultor, vou procurar dar a minha mensagem objectiva, concreta, directa, despida dos artifícios políticos próprios de intervenções proferidas nesta Casa.

Em relação ao Programa deste Governo, reconheço que há infelicidade na composição e na textura do mesmo. E a prova disso, é o discurso do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas que se distancia (e de que maneira!) do próprio Programa.

Ouvi com muita atenção o seu discurso e sem fazer jogos políticos de "pancadas", infelizmente, coloca-se mesmo mais perto do nosso programa do que do programa do PSD. É uma realidade.

Basta comparar os choques do vosso programa, analisando os factores externos do mesmo, a realidade actual europeia e mundial, baseando-se no quadro dos dias de hoje, em que há uma Europa excedentária, devido à modernização, provocando assim, os problemas que nós temos. Problemas de competitividade de mercado que fazem com que se justifique e aceite o que neste momento se passa com o GAT, PAC, Europa e Estados Unidos. Por isso, aparece a vertente social, relativamente ao rendimento dos agricultores.

Atendendo a esta realidade, nua e crua, analisando internamente as vossas opções do vosso Programa - e não do discurso do Sr. Secretário - devo dizer que há prioridades para uma modernização e uma evolução. Daí eu dizer que foi infelicidade vossa, porque esta modernização e esta evolução já foram feitas. Ou seja, se há 8 ou há 4 anos se falasse nesta prioridade, nós aceitávamos. Consequentemente, a nossa realidade é o problema do mercado, a competitividade, é o rendimento do agricultor, como está referido no vosso Programa, mas a composição saiu errada, se atendermos às prioridades que se colocam no futuro.

Como agricultor, sentindo os problemas dos agricultores, neste momento, nós necessitamos de uma coragem - da parte de quem vai governar esta Região - para definir claramente sobre o sector.

Vamos ter um sector social ou económico?

Que fique bem claro, aqui, que nós somos os primeiros a reconhecer que para bem da Região, não podemos ser o único factor de criação de riqueza. Para vos elucidar melhor, a agricultura - que ganha tanta antipatia no nosso meio - cria riqueza na ordem dos 30% e só a seguir é que aparecem as pescas com 5% e o tão falado turismo com 2%. São números, são factos e contra factos não há argumentos.

Tal como já afirmei, nós agricultores, somos os primeiros a dizer que não podemos ser o único pilar desta Região. Temos que nos juntar a outros. Os responsáveis que escolham esse **outro**.

Porém, abdicar desta fonte de riqueza é uma loucura. É desconhecer a nossa realidade, a nossa dimensão, a situação geográfica, até a composição das nossas ilhas.

Cabe, portanto, ao Governo actual e ao Sr. Secretário da tutela a acção. A nós, agricultores, não nos interessam programas nem palavras. E vamos estar atentos ao plano anual e a médio prazo. Porque este Governo tem uma responsabilidade enorme em relação ao sector. Nós sabemos que há realidades de ilhas, totalmente diferentes de outras. Nós sabemos que tem que haver tratamentos



diferentes. Nós sabemos, e o agricultor espera e quer saber deste Secretário, se algumas ilhas irão destruir esta riqueza, atendendo à vertente social.

E nós pensamos assim porquê?

Porque o agricultor nota e tem a percepção da postura do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, ou seja, a aparência de uma tranquilidade aparente, porque os centros de decisão, hoje, não são cá. São lá fora.

Temos ajudas comunitárias, é um facto. Mas a competitividade é um jogo e nós vamos entrar nesse jogo. Nós temos que nos preparar. E se não nos prepararmos, vamos perder esse jogo.

Nós aceitamos que em certas ilhas, a agricultura tem que ser vista por um prisma social. Mas em outras **nunca**, meus Senhores!

Os Srs. têm essa responsabilidade, isto é, garantir a estabilidade do sector. Os agricultores não querem de modo nenhum "ensinar o Pai Nosso ao vigário".

Quanto à estabilidade do sector, há que ter coragem, neste momento, de admiti-la. O nosso problema é manter a tranquilidade financeira das empresas agrícolas. Como adquiri-la?

Há que não ser demagógico, nem utópico e muito menos político.

Se são os mercados que põem e dispõem de leis, se são os mercados que são os centros de decisão das grandes políticas, Sr. Secretário, V. Ex.<sup>a</sup> surpreendeu-me. Ouviu falar em agricultura, nos Açores e na palavra **diversificar**. E para os próximos 4 anos, para pessoas conhecedoras do sector, há que dizer com coragem - e para cumprir o vosso Programa - que seriam precisos muitos milhões de contos. Nós não estamos à espera de ver esse Programa cumprido na íntegra.

Há aspectos que têm que ser cumpridos, por isso o problema da "tranquilidade financeira", o facto de se encarar a agricultura como ela é neste momento, terá que ser encarado seriamente, Não há que temer os outros sectores da Região. A agricultura dos Açores é a produção do leite, baseada e apoiada na carne.

É uma realidade regional alicerçada nas leis de mercado. Se sobre o mercado e sobre a agricultura paira uma nuvem negra Europa/Mundo, o leite, felizmente, está menos mal.

Atendendo a estes factores, há que ter a coragem de encarar o problema desta maneira. Mais. Os custos operacionais das explorações agrícolas, têm-nos custado muito. Transporte de água, caminhos etc., portanto, urge a criação de tudo isso. E isso já estava consagrado nos programas anteriores, mas foram **órfãos**, até agora. Urge, também, a necessidade de tornar firme o único mercado actual, e isso não vai ser fácil, ou seja, conquistar novos mercados. Não vou dizer quais são, porque os Srs. sabem quais são esses novos mercados. Se não se conquistar esses novos mercados, vai ser difícil, talvez até de solução impossível.

Portanto, os agricultores não estão à espera de programas e de mensagens. Estamos à espera, sim, do plano anual e a médio prazo. E aí, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, saber que caminhos, que viatura e que velocidade vai o Secretário Regional da Agricultura e Pescas ter, no seu desempenho.

Trago aqui o vosso Programa de Governo, e para que a minha mensagem não se torne demasiado fria, Sr. Secretário, como sportinguista, vou encarar esse Programa de um modo apaixonado.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Adolfo Lima*): Eu sou é azul.

**O Orador:** Como se fosse um calendário de futebol. O vosso trabalho foi executado e irá ser descontado no vosso programa.

Estarei ali naquela bancada para o louvar e reconhecer, quando alguma coisa for feita. E para o penalizar quando algo não estiver bem feito.

Nós não precisamos do calendário completo das jornadas efectuadas. Só espero, em nome de todos os agricultores, que tenhamos o nosso rendimento digno para nós e para as nossas famílias.

Nós queremos contribuir para a riqueza desta terra que tanto amamos.

E, para fechar à laia de graça, Sr. Secretário, não esteja para os agricultores, como o Sousa Cintra está para os sportinguistas: foi buscar o Careca e disse que

era um Eusébio e levámos "porrada" do Porto, do Benfica e ainda queremos ser campeões!

Disse.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, eu realmente pedi a palavra, mas dado a forma como o Sr. Deputado Manuel António Martins terminou a sua intervenção, eu prescindo porque fiquei "arrasado" pois não sou sportinguista.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado do Partido Socialista.

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Manuel António Martins, como aliás ouço sempre todas as intervenções e, sobretudo aquelas que, objectivamente, têm a ver com a área da Agricultura e Pescas. Queria apenas aclarar uma breve circunstância, até porque não é nada fácil falar sobre questões agrícolas. É uma questão complexa, por mais que a gente julgue que sabe disto, o conhecimento de amanhã é sempre superior ao conhecimento de ontem e exige muito trabalho e muita dedicação. É sobretudo um sector que hoje se altera profundamente, de acordo com as circunstâncias.

Na minha intervenção, tinha um pequeno parágrafo que, depois de analisar algumas circunstâncias afirmava:

"Tal circunstância, impôs à agricultura regional dificuldades acrescidas em termos de competitividade que obrigou, inclusivé, a sucessivas correcções na

condução da política agrícola estabelecida, nomeadamente no que respeita ao reforço de soluções de natureza conjuntural para apoios específicos ao rendimento".

O Sr. Deputado conhece bem essas alterações que foram necessárias introduzir, aliás como um deputado do meu partido, aqui presente, acompanhou essas correcções que foram necessárias introduzir.

Portanto, a agricultura em termos de sùmula, um pouco daquilo que o Sr. Deputado disse e que não está em discordância com a essência daquilo que eu também afirmei, não é uma coisa fácil de se falar, exige muita meditação e os fenómenos do mercado exercem hoje uma influência tão grande, que aquilo que a gente pensa hoje, pode não ser o que se pensa amanhã.

Mas o meu esclarecimento era talvez para, depois desta breve introdução, dizer que parece haver - segundo as suas palavras - alguma contradição e se esta palavra não é a correcta, perto dela estaremos, em termos de adjectivação. Ou seja, há uma contradição entre o que é o Programa do Governo, aqui apresentado, e o meu discurso de apresentação. Eu é que fiz as duas coisas.

Acontece que o Programa do Governo, como programa político que é, define enquadramentos e aponta grandes objectivos de política.

No meu discurso complementei essas palavras que aí escrevi, com uma análise estrutural e de conjuntura da situação que vivemos e na qual nos encontramos, por forma a que se possa perceber facilmente, porquê aquelas opções de política e, porque não, vir-se a perceber de forma muito clara as propostas de plano e de orçamento que se terão que fazer na altura devida.

Agradeço, portanto, a sua intervenção, mas não podia deixar passar sem esclarecer este aspecto que me parece indispensável.

Quanto à forma como terminou, a essa questão que nos une que é o nosso "sportinguismo", daqui lhe prometo o seguinte:

- Eu já sou melhor do que o Sousa Cintra. Quero é ser melhor do que o Carlos Queirós!

*(Risos da Câmara)*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de lembrar um facto, que me esqueci de mencionar a quando da minha intervenção - próprio de quem intervém pela primeira vez nesta Casa - e que de modo nenhum poderia esquecer. Ou seja, quando falo na tranquilidade das empresas e de todos os factores que aponte, há uma lacuna grave que cometi e que reconheço. Só quando cheguei ao meu lugar é que verifiquei e que é o seguinte: se não há futuro sem jovens, a agricultura para ter futuro terá que ter o acesso fácil por parte dos jovens.

O Sr. Secretário sabe qual é a lei nacional e regional sobre o acesso dos jovens, já não digo à terra, mas sim às explorações e às empresas familiares. E neste momento isso é quase impossível e difícil.

Se o futuro está nos jovens, há que facilitar a sua entrada, o que neste momento é muito difícil.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar esclarecimentos.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saudar o Sr. Deputado Manuel António Martins. E como já ando há uns anos nestas andanças, gostaria de referir que a agricultura não é recebida nesta Casa com antipatia. E espero que não o seja lá fora, pois nós sabemos que é um dos sectores mais importantes do desenvolvimento.

Mas é sempre bem-vinda uma nova voz. As vozes da agricultura têm-se sucedido nesta Casa, quer dum lado quer de outro, em termos de bancadas parlamentares, neste nosso caminhar de modernização.

Como o Sr. Deputado sabe, porque é um homem que tem conhecimentos nesse sector, a agricultura já fez um grande percurso na nossa Região. Há que ir-se adaptando aos novos mecanismos e há que ir caminhando nesse sentido.

Porém, eu gostaria de deixar-lhe uma pergunta, gracejando um pouco também.

Quando fala em nome de todos os agricultores e quando fala em nome dos jovens, será que o nosso amigo Berto Pacheco tem conhecimento disso?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para prestar um esclarecimento.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há graças e graças. Simplesmente quando eu falo em nome dos agricultores, em nome dos jovens agricultores, eu falo também em mim, porque eu sou um jovem agricultor.

Tenho dito.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** É a prova acabada de que há jovens agricultores!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Pedia ao Grupo Parlamentar do PSD que procedesse à sua substituição na Mesa.

*(Nesse momento o Deputado Manuel Brasil foi substituído pelo Deputado José Ramos Aguiar na Mesa da ALRA)*

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem pretendermos ser derrotistas nem vendedores de dificuldades, não poderemos deixar de reconhecer que como Região, temos e sempre tivemos uma agricultura difícil.

As razões de ser destas dificuldades, são várias, muitas delas bem conhecidas de todos e como tal dispensáveis de serem agora aqui enumeradas.

Além disso, o futuro, aponta modificações consideráveis, nas políticas agrícolas, nacional, comunitária e internacional. Situação esta que não pode de modo nenhum ser ignorada e muito menos esquecida, por quem quer que seja, que nesta Região, tenha o dever de informar.

Se é certo que a agricultura, só atingirá o seu ideal tecnológico, elevada produção e estabilidade económica, quando água, energia, vias de acesso e outras estruturas de apoio, necessárias à transformação, comercialização,

armazenagem, transportes, investigação, experimentação e protecção das culturas, se encontrem devidamente estabelecidas, e os agricultores habilitados, para receberem a necessária formação profissional. Também é verdade, para quem quiser recuar um pouquinho no tempo, apenas 20 anos, verá talvez se fizer uma análise desapaixonada, que os objectivos agora propostos, se fossem considerados nessa época, seriam conotados de pura heresia.

Mas o que é mais importante é que nestes 16 anos de Autonomia, o Governo Regional, muito tem feito no sentido de alcançar para a agricultura da Região, estes objectivos.

Os dados estão à vista, para quem os quiser ver; é evidente que ainda não se fez tudo, e muito mesmo há ainda a fazer. Mas todos sabemos também que estas acções, custam muito dinheiro, e que o pouco que há está a ser gerido no sentido de se atingirem as metas pretendidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O desafio europeu está à porta, e se é certo que a agricultura comunitária, ainda comporta focos de pobreza e de subdesenvolvimento, também é verdade que na extensão substancial das grandes superfícies e sectores, esta beneficiou, sobretudo desde há 50 anos, de profundas transformações, enquanto na Região, como sabemos essas começaram apenas há 16 anos.

Podemos sem dúvida dizer que a comunidade, nestes últimos 50 anos, forjou uma moderna e eficiente máquina de produção, com óptimos resultados, motivados pelo duplo encorajamento das constantes inovações tecnológicas e do suporte de preços da PAC o que levou esta agricultura, a produzir para além das suas próprias necessidades, criando excedentes que tem necessariamente de exportar.

É para esta agricultura que caminhamos, e é nesta que temos de nos inserir, com as nossas limitações, deficiências, vantagens e inconvenientes.

Por isso, a luta da modernização da nossa agricultura, que tem sido uma constante nos últimos anos, continua neste V Programa de Governo, a ser um objectivo forte. E se tivermos o cuidado de o analisar no essencial, veremos que este contém quanto a nós, a estratégia possível, no contexto das possibilidades

actuais que nos permite afirmar que a agricultura açoriana, continuará a caminhar rumo ao futuro certo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Sejamos conscientes, que esta caminhada da nossa agricultura, com vista a uma integração plena e de facto na comunidade, com as disponibilidades financeiras que temos não é tarefa fácil para ninguém. Tanto mais que a posição exportadora da agricultura comunitária, impõe-lhe uma luta incessante, sobre os mercados mais competitivos, onde apenas simples diferenças de preços de alguns pontos percentuais, podem ganhar ou perder grandes transacções. Isto permite-nos de acordo com o contexto do mercado agrícola comunitário, explicar o seguinte: para manter e ganhar mercados, é essencial praticar preços baixos e, portanto, ter apenas pequenos encargos de produção. Para se alcançar esta situação, têm os agricultores de fazer o seu melhor, serem competitivos; adoptarem criteriosamente as tecnologias de ponta e dimensionarem as suas explorações, de modo a que esta dimensão lhes permita pôr em prática, essas tecnologias. Esta é sem dúvida, a palavra de ordem do futuro agrícola, na Região, no País, na Comunidade, no Planeta, e cujo encadeamento lógico é o seguinte: uma agricultura moderna, leva a um aumento de produção, a qual necessita de exportação, condição que só é possível com o abaixamento dos custos de produção, corolário este necessário a uma modernização produtivista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Considero que na actual conjuntura agrícola mundial, é impossível, não enfrentar este desafio, e não jogar a cartada da modernização criteriosa. Porque a agricultura comunitária, tem necessariamente de aceitar a concorrência internacional, de que as célebres negociações em curso no "Urugay Round" do GATT, são a prova mais concludente.

A alternativa a esta situação seria o fechar-se na concha, a restrição à produção de modo a satisfazer somente as necessidades interiores. Esta estratégia, levaria à saída do sector agrícola, dos recursos inúteis, aumentando deste modo o desemprego, o que criaria sem dúvida graves tensões ou até confrontos, na partilha dos direitos de produção, entre os países, regiões e explorações da CEE.



Mas esta escolha, levaria ainda à perda de oportunidade na obtenção de divisas, necessárias à aquisição das matérias primas, que faltam na CEE, e até à estagnação do sector agrícola. Seria pois quanto a nós uma má escolha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nem sempre é possível concluir que uma determinada política agrícola, é melhor que outra, sem termos indicações de natureza quantificável que o justifiquem. Por isso parece mais lógico em políticas complexas, como as agrícolas julgar estas em função das propostas incidentes sobre:

- as condições que levarão à melhoria da produtividade global dos factores utilizados na agricultura;
- a aplicação mais racional dos recursos a pôr à disposição das sociedades nos sectores da produção;
- a racionalização da produção de acordo com as necessidades reais;
- a redução das desigualdades no meio da sociedade;
- a correcção dos acidentes e a criação e desenvolvimento dos mecanismos que evitem a consolidação ou o aumento das flutuações;
- a redução dos efeitos nefastos que a actividade agrícola possa exercer sobre o ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Programa do V Governo, contempla sem dúvida no sector agrícola os objectivos tidos por fundamentais numa agricultura evoluída, como aquela que pretendemos para a nossa Região.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para uma intervenção.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No actual quadro europeu em que o nosso País, em geral, e a RAA, em particular, como zona ultra-periférica, se inserem, com os problemas decorrentes das suas respectivas localizações geográficas, impõe-se, numa perspectiva de educação intercultural, mais do que nunca, continuar a investir-se de forma a que não restem dúvidas a ninguém, na nossa juventude, envolvendo cada vez mais neste desafio, para além dos próprios alunos, os pais, os encarregados de educação, os professores, as instituições e as forças vivas da comunidade. Impõe-se, pois, continuar a apostar nessa escola nova por que tanto temos vindo a pugnar, como local aberto, centro de cultura, onde, mais do que meramente se transmitirem conhecimentos ou técnicas, se prepara o futuro, investindo-se no ser humano, da forma mais flexível e diversificada possível, em que a capacidade de adaptação à mudança tem de imperar, perpassando toda uma intervenção educativa que não pode deixar de ter, logo desde o início da escolarização, como imagem de marca, a defesa intransigente da liberdade, da solidariedade, do pluralismo dos direitos dos Homens, da democracia e da paz, sem os quais a tão almejada União Política, Económica e Monetária dos actuais doze países, mais aqueles que porventura entretanto se lhe vierem a juntar, não passará de vã utopia.

Chegados que somos a esta constatação não posso deixar, aqui e agora, de fazer justiça a todos quantos, connosco, se têm empenhado de forma dinâmica, criativa e responsabilizada, na implementação da actual reforma do Sistema Educativo e não só, pois já antes tal vinha progressivamente a acontecer, no tornar realidade a interacção Escola/Família/Sociedade, na óptica da realização pessoal do jovem, que não pode sentir-se um estranho num sítio, a escola, onde permanece tanto tempo e que, por conseguinte, deve ser local privilegiado de troca de ideias e de vivências.

Conscientes das dificuldades que temos e cujas responsabilidades de forma alguma, enjeitamos, na quota parte respectiva duma problemática que passa, na sua esmagadora maioria, por todos e cada um de nós, em que ninguém se pode demitir de participar, de dar à sua medida, o contributo possível, pois mais não lhe será exigido, propomo-nos a continuar a trabalhar num conjunto de medidas

que, centradas no professor como agente, por excelência, da mudança e do desenvolvimento, possam dar seguimento à aposta na dignificação da carreira dos docentes, na melhoria da formação inicial, contínua e em serviço, de forma a irem ao encontro das reais necessidades dos nossos profissionais e da rede onde trabalham, com a creditação respectiva como factor de promoção profissional e de progresso na carreira, tanto supletivamente na qualidade de promotores, como especialmente na de facilitadores dos respectivos processos para que outros continuem a envolver-se cada vez mais, numa tarefa, numa atitude de maior descentralização e corresponsabilização onde as capacidades de saber escolher e inovar terão terreno livre, desde que impere a qualidade, para serem testadas.

O processo de completamento de habilitações, já encetado pela Universidade dos Açores e o reforço dos incentivos à fixação de professores continuarão a estar presentes no nosso dia-a-dia.

Convém lembrar que não obstante todo um conjunto de esforços e de medidas já preparadas, em carteira, para serem desenvolvidas, quer em colaboração com o Continente, quer exclusivamente na nossa Região, tal não nos foi possível concretizar, até ao presente momento, devido aos elevados recursos financeiros que exigem para os quais não tem havido, mau grado nosso, a correspondente disponibilidade orçamental.

Na área alunos há que continuar a melhorar e aperfeiçoar a orientação escolar e profissional que ainda está, entre nós, muito embrionária, dada a falta de pessoal habilitado para tal, bem como levar a cabo uma cada vez maior sensibilização para os ensinamentos tecnológico e profissional. Não podemos deixar de ter presente que a valorização do homem integral passa por se conseguir o justo equilíbrio entre uma formação de índole mais humanística e a de índole tecnológica, verdadeira promotora daquela qualidade profissional e versatilidade exigida pela competitividade da economia de mercado em que nos inserimos.

Foi com grande satisfação que, já no presente ano lectivo, que arrancou na sua esmagadora maioria, salvo escassas situações pontuais, entretanto rapidamente

ultrapassadas, entre 14 e 21 de Setembro, atribuímos 7 das 8 bolsas de 50 contos, mais as respectivas passagens aéreas, a alunos que, deslocados da residência do seu agregado familiar, irão prosseguir os seus estudos nas licenciaturas em ensino de Matemática e Física e Química, áreas tão carenciadas tanto no País em geral, como na Região, em particular. Após conclusão dos respectivos estudos exercerão funções docentes nos Açores por um período nunca inferior a 5 anos, sob pena de terem, em caso de incumprimento do acordado, de indemnizar a Região.

Nos cerca de 53 000 alunos que estão matriculados no presente ano lectivo continuam a diminuir os educandos do 1º ciclo, ao mesmo tempo que se verificam os aumentos, já previstos, nos ciclos de ensino subsequentes. De destacar, entretanto, que, este ano, a baixa de natalidade já começa a fazer sentir-se na própria rede de educação pré-escolar que, cobrindo 90% das nossas freguesias, já patenteia também um decréscimo no número dos seus utilizadores.

Paralelamente ao continuarmos a procurar alargar a oferta deste nível de educação, a quem dela ainda não dispõe, em estrita colaboração com as autarquias, envidaremos os melhores esforços no sentido de colocarmos a funcionar, com a colaboração activa e indispensável de todos os intervenientes, a Educação Especial, recentemente reestruturada, em dois diplomas fundamentais, que deverão ser publicados muito brevemente. Foi um processo lento, penoso, que envolveu negociações com 4 sindicatos e com profissionais a trabalhar no sector e que vai levar o seu tempo a ser convenientemente implementado. Como o dinheiro escasseia e neste como noutros campos nada se faz sem ele, só com muita calma, muita dedicação e profissionalismo e acima de tudo com muita vontade de trabalhar, o que felizmente muitos têm, adentro das melhorias que progressivamente foram sendo introduzidas, é que poderemos continuar a garantir, agora de forma mais descentralizada, a nível de concelho, o tal direito à diferença que subsiste às crianças e aos jovens com necessidades educativas especiais.

O arranque que tem vindo a ser preparado, para este quadriénio, no que toca à escolaridade de segunda oportunidade, do sistema de unidades capitalizáveis, virá responder, no âmbito da luta contra o analfabetismo, às muitas solicitações que nos têm vindo a ser postas por parte daqueles que, tendo completado o seu 6.º ano de escolaridade, agora pretendem, na Educação Permanente, chegar até ao 9.º.

Contamos igualmente fazer surgir na melhoria de rede equipamentos escolares a primeira escola básica integrada de raiz, ao mesmo tempo que esperamos pôr cobro à situação precária do ensino artístico, e não só, tanto em Angra do Heroísmo como em Ponta Delgada, com a construção de novas escolas com ensino integrado de música.

Medidas como as enunciadas, conjugadas com a constante melhoria do apoio prestado pelo FRASE (Fundo Regional de Acção Social Escolar) irão, de certo, continuar a permitir aumentar o aproveitamento escolar e o prosseguimento de estudos que, entre 88 e 91 registaram evoluções bastante positivas e que se situaram nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário entre os 2.1 e os 5.6 pontos percentuais e os 3.1 e 6 pontos percentuais, respectivamente.

O êxito do desporto escolar, tanto dos Jogos Desportivos como dos Jogos do Atlântico, que passa pelo reforço dos nossos clubes escolares, faz-nos a ponte para a política desportiva regional que não pode deixar de fazer passar a sua linha de orientação pelo continuar a apostar-se nos escalões juvenis e de formação, pelo procurar minimizar as lacunas existentes a nível do enquadramento técnico, a falta de profissionais de ensino qualificados, por um maior equilíbrio na distribuição e qualidade das instalações desportivas pelas nossas ilhas, uma melhoria da área desporto-recreação e, acima de tudo, pelo criar condições para que se verifique um reforço do sector privado no desporto, mobilizando os agentes económicos e sociais para investirem no campo desportivo.

Duas ideias chave convinha aqui ficar, ou seja, não só temos de progressivamente ir libertando as pessoas da actual quase total dependência das estruturas governamentais, por exemplo, através da celebração de contratos-

programa com clubes desportivos, associações de modalidade, autarquias, etc, com regras bem definidas e áreas de intervenção bem delimitadas, como também há que fazer vingar a mensagem de que o desporto espectáculo deve passar a ser pago por quem de direito que, de certeza, não é o Governo.

Além disso a participação desportiva nacional que tem vindo e bem a aumentar, com os resultados que estão à vista, não pode, de forma alguma, anular a actividade desportiva regional.

Passando finalmente à área da Cultura, não queria deixar entretanto, de manifestar a expectativa que a todos nos anima de vermos surgir, proximamente, o tão almejado Departamento de Educação Física da Universidade dos Açores, cujo processo, ao que me informam, está bem encaminhado.

Prosseguiremos na valorização e dinamização do nosso rico Património Cultural e Artístico, sem veleidades dirigistas, inibidoras da criação artística, facilitando o seu surgimento e apostando nos jovens como ponta de lança social que estará mais disponível e permeável ao espírito sem barreiras físicas e mentais, da edificação duma Comunidade Europeia mais forte e solidária.

Reformulando ou criando nova legislação que proteja o nosso património, investindo na formação de quadros técnicos, continuando a recuperar os exemplares de maior valor da nossa arquitectura, ao mesmo tempo que rentabilizamos o extraordinário investimento efectuado no recém inaugurado "Centro de Estudo Conservação e Restauro dos Açores", estaremos, como se diz no programa do governo, a "preservar raízes históricas que do Passado projectam o Futuro".

Revestir-se-á da maior utilidade a colaboração de "contratos programa" com as autarquias para a construção de infra-estruturas de apoio cultural que estão em falta para a dinamização, a nível local, de conferências, palestras, artes plásticas, música, teatro, dança, projecção de filmes, exposições etc..

Melhorando o funcionamento das estruturas existentes e cuidando da projecção da nossa imagem cultural não deixaremos de explorar, dinamizar e divulgar todas as potencialidades advenientes de sermos o repositório de tantas tradições

e valores, que o isolamento nos permitiu preservar, o que nos permite actuar por exemplo como ponto cultural entre o Novo e o Velho Mundo.

Disse.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para pedir esclarecimentos.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Muito brevemente, não porque os assuntos não merecessem mais tempo, mas porque - como sabemos - estamos na fase final deste debate.

Duas questões. Como é sabido, na Ilha do Pico tem um jovem - José Eduardo - hoje considerado o melhor fundista da Região, ainda há bem pouco tempo, na Ilha Terceira, subiu ao pódium com os irmãos Castro. Encontrar esse rapaz nos campos de futebol a praticar desporto é aquilo que, infelizmente, não se vê noutros países e noutras regiões.

O Programa do Governo diz:

"Criação de mecanismos de apoio ao desporto de alta competição regional". Se me pudesse adiantar alguma coisa, gostaria de ficar elucidado.

Outro ponto que gostaria de pôr, rapidamente, é que o vosso Programa também diz "Recuperar o património arquitectónico ainda não sujeito a obras de intervenção". O famigerado caso do nosso Convento de São Pedro de Alcântara, à espera sempre de estudos e mais estudos. O arquitecto Paulo Gouveia diz que tem isso entre mãos, se me pudesse adiantar alguma coisa, quanto ao futuro.

Numa última abordagem à sua intervenção, quando se refere aos contratos programa ou aos apoios de cooperação com os municípios, até que ponto é que estará a vossa Secretaria com vontade política para, com o município de S.

Roque do Pico, nos ajudar a construir o velho sonho do nosso concelho que é um auditório municipal?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Porque V. Ex.<sup>a</sup> disse no primeiro dia que iria responder a algumas das questões e, não tendo respondido àquelas que foram postas por mim, pelo menos coloque uma que não vi respondida. O vosso Programa diz, e cito, "Desenvolver esquemas de acção que permitam aos educadores de infância e aos professores do ensino básico uma formação inicial de nível superior". O que é isto?

V. Ex.<sup>a</sup> falou agora de complemento de formação. Tanto quanto eu sei e vi com os meus olhos, é que a Universidade dos Açores escreveu a vários professores dos Açores, a quem foi mandado o curriculum, dizendo que não tinha condições para eles completarem a sua formação.

Como vão fazê-lo? Com que apoios e onde?

3.<sup>a</sup> Questão: Educação e Ensino Especial.

V. Ex.<sup>a</sup> disse "recentemente reestruturada". Que reestruturação foi essa que não veio ainda à luz do dia, quando toda a gente sabe que já devia ter sido há muitos anos, porque é a única estrutura a funcionar, nestes moldes, em Portugal?

Que garantias é que V. Ex.<sup>a</sup> dá, de facto, à situação que foi criada aos abaixo-assinados que chegaram a esta Casa, vindos de diversas ilhas, para apoios?

Última questão.

V. Ex.<sup>a</sup> falou em uma primeira escola básica de raiz.

Qual escola básica? Onde, para quem e quando?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A alta competição já teve exemplos de apoios, a nível da Região, no caso do judo, em que facilitámos não só o prosseguimento de estudos, como o treino da



atleta que está envolvida em questão. E qualquer outro atleta, noutra modalidade ou na mesma, que esteja em condições de o fazer, poderá contar com apoio da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da sua Direcção Regional de Educação Física e Desportos.

O Convento de São Pedro de Alcântara encontra-se, neste momento, com os trabalhos a nível de projecto de consolidação, restauro e adaptação, concluídos. Espera-se o momento oportuno para passar à fase de arranque de obra. O que acontecerá quando for possível, ou seja, no momento que for considerado possível para se passar a essa nova etapa.

Quanto aos contratos programa, a disponibilidade que foi aqui manifestada, estende-se a qualquer autarquia desta Região. Portanto, projectos que surjam, serão analisados, serão estudados e veremos em que medida é que, em conjunto, poderemos atingir os objectivos a que se propõem.

A escola básica integrada da qual falei, será uma nova escola que terá desde o 1.º ciclo ao 3.º ciclo, incluindo a educação pré-escolar, e será feita na cidade que neste momento está com maiores problemas a nível do ensino básico, ou seja, em Ponta Delgada. Localizar-se-á ou nas Laranjeiras ou no Lajedo, consoante os estudos que estão a ser efectuados nesse sentido.

A frustração do ensino especial que aqui abordei, e que tenho muito gosto em esclarecer a Câmara - e em que o Sr. Deputado Francisco Sousa, como Presidente do Sindicato de Professores, participou activamente em todos os trabalhos - trata-se de ordenar a educação especial, de forma a que a nível concelhio, dentro daquilo que se vai fazendo por esse País fora e no estrangeiro, se vão preparando e proporcionando aos alunos com necessidades educativas especiais, apoio a nível local, através de equipas, com salas de aquisições básicas, onde for sempre possível de fazer surgir, e através da itinerância que tem vindo a ser feita e que pretendemos que venha a ser melhorada.

Duas escolas, a nível de estruturas físicas, uma em P. Delgada outra em Angra do Heroísmo, assegurarão nestas duas cidades onde é maior a necessidade de apoio, porque felizmente no Faial não se justifica uma estrutura tão pesada como esta e, portanto, terá salas de apoio e equipas itinerantes que assegurarão

o chamado apoio de rectaguarda. Ou seja, todos aqueles alunos que não são integráveis na rede, bem como a fase de pré-profissionalização na eventual transição para o mundo do trabalho, daqueles que tiverem possibilidade para isso.

Complemento de Habilitações: a Universidade dos Açores ainda está em fase de analisar. Não tenho conhecimento de que tenha visto todos os processos dos professores com vínculo e que, portanto, têm direito a esse complemento. Não foi ainda solicitada reunião com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, no sentido de se encontrar, em conjunto, os mecanismos para ultrapassar o problema. Sabemos que os professores estão a ser chamados, têm enviado os seus materiais, estamos a aguardar que nos sejam postas a diferentes terapêuticas que a Universidade irá preconizar para cada um dos casos em particular.

Por último, queria dizer ao Sr. Deputado Francisco Sousa que em relação à questão da valorização da carreira docente, não queria acreditar no que li no documento que, gentilmente, me facultou por não me ter sido possível ouvir a sua intervenção. E não queria acreditar no que li, porque fiquei com a ideia de que, com o artificialismo e com uma superficialidade que não lhe é hábito usar, o Sr. Deputado parece que à falta de melhor, depois de ler e reler o Programa do Governo, não encontrando mais nada de fundo para que pudesse pegar, vai centrar a sua atenção em algo que, tão bem como eu e toda a gente aqui na Câmara, como todas as pessoas aí fora, todos aqueles que intervieram na preparação deste Programa, com muitos dos quais o Sr. Deputado - como presidente do sindicato trabalha frequentemente - e refere, de forma acintosa, não conhecer as leis, não estando por dentro da área da Educação, estando por fora, numa matéria que me parece perfeitamente clara.

Quando dizemos "desenvolver esquemas de acção que permitam aos educadores de infância e aos professores do ensino básico, uma formação inicial de nível superior", não queremos mais do que focar aquele problema que tanto o preocupa, como Presidente do Sindicato de Professores, como deputado da oposição e a mim como Secretário, bem como a todos nós, como aos pais

que têm os seus filhos na escola, são todos os professores que nessa grande coluna, nessa grande base que é o básico desta Região, não têm uma formação inicial de nível superior.

Sr. Deputado: Nós, na Secretaria da Educação e Cultura, temos filólogos românicos, apesar de eu ser germânico. E não costumamos ser, nem redundantes nem somos masoquistas!

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não era preciso pôr aqui "que permitam a todos os educadores de infância e aos professores do ensino básico". Ou dizer "aos educadores de infância e aos professores do ensino básico **que não possuam...**". A gente já sabe que na Região, 40% dos que estão nas escolas, não têm essa formação. É uma coisa que nos preocupa - preocupa-o a si - e eu nunca esperei que perdesse tempo (este é um exemplo de perda de tempo nesta Casa), com estas coisas. Eu acho que não se prestigia esta Câmara, não se dignifica a mesma, trazendo assuntos destes para aqui.

Portanto, nós temos mais que fazer. Sr. Deputado - confesso - nesta parte não o reconheço.

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Quero apenas ler-lhe o artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo:

"No ensino superior são conferidos os seguintes graus:

Bacharel, licenciado, mestre, doutor".

Todos os educadores de infância, todos os professores do ensino básico são bacharéis. É isso que faz a Universidade dos Açores, desde há vários anos, quando criou o CIFOP, por exemplo.

Portanto, é falso que são todos de grau superior!

Não fui eu que disse. Foi uma lei que se chama "Lei de Bases de Sistema Educativo Português".

Todos os professores são de grau superior.

O que o Sr. Secretário está a falar - e eu estou de acordo e já muitas vezes me bati por isso nesta Casa - é outra coisa. É pelos professores do **2.º e 3.º ciclos** do ensino básico, **não portadores de habilitação própria**. É desses que o Sr. Secretário está a falar e é desses que eu tenho falado, mas **não é desses** que fala o vosso Programa.

Segunda questão:

O Sr. Secretário volta a falar da Escola das Laranjeiras que o seu antecessor apresentou, publicamente, em Ponta Delgada, há 4 anos, com projecto e com tudo?! E todas as autoridades escolares de S. Miguel foram convidadas e participaram numa conferência de imprensa?!

Vai acontecer o mesmo que aconteceu à escola do Pico?!

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** Já está a ser construída.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu mantenho aquilo que disse, quanto à abrangência desta acção. E faço lembrar ao Sr. Deputado Francisco Sousa que, mesmo a nível da educação pré-escolar - e isso é referido muitas vezes e o Sr. Deputado sabe bem disso -

mesmo a nível das educadoras de infância, nós temos pessoas que não têm uma formação inicial de nível superior.

Lembre-se das auxiliares de educação que passaram a educadoras de infância e que nas reuniões com pessoal dinamizado e jovem, como são os actuais professores e os actuais educadores de infância, são sempre apontadas como não tendo tido formação.

Portanto, a abrangência é total. Ou seja, desde a educação pré-escolar até ao 3.º ciclo do ensino básico.

E quanto à escola, que se está a fazer é uma escola adaptada às circunstâncias e às exigências da actual reforma, uma escola básica integrada que não tem nada a ver com aquele projecto, desde há muito posto de lado, já no outro plano, isto é, o tal que foi feito com paredes isolando as áreas, e quebrando esta perspectiva de poder haver espaços onde possa acontecer ensino de grupo, ensino individualizado ou ensino de grandes grupos. Acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos à hora regimental de encerramento dos nossos trabalhos.

Vamos encerrá-los. Antes porém, eu daria conta dos tempos ainda disponíveis.

Assim, temos:

**Governo** - 27 minutos.

**PSD** - 2,01 horas.

**PS** - 35 minutos.

**CDS** - 10 minutos

**PCP** - esgotou o seu tempo de intervenção nesta fase do debate.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Retomá-los-emos amanhã, pelas 10.00 horas da manhã.

Boa noite.

Muito obrigado.

*(Eram 20.00 horas)*

**(A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré***